

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PPGEA

ANA LOURDES DA SILVA RIBEIRO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PERTENCIMENTO: o caso da Zona Rural II de São Luís
- MA

RIO GRANDE – RS
2016

ANA LOURDES DA SILVA RIBEIRO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PERTENCIMENTO: o caso da Zona Rural II de São Luís
- MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande - FURG como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental. Área de concentração: Educação Ambiental.
Orientador: Carlos Roberto da Silva Machado

RIO GRANDE – RS
2016

R484e Ribeiro, Ana Lourdes da Silva.
Educação Ambiental e pertencimento: o caso da Zona Rural II de
São Luís – MA / Ana Lourdes da Silva Ribeiro. 2016.
122 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental,
Rio Grande/RS, 2016.

Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

1. Educação Ambiental 2. Conflitos Ambientais 3. Pertencimento
4. Lugar 5. Maranhão I. Machado, Carlos Roberto da Silva
II. Título.

CDU 504:37

ANA LOURDES DA SILVA RIBEIRO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PERTENCIMENTO: o caso da Zona Rural II de São Luís -
MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, para obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental, aprovada pela comissão de avaliação abaixo assinada:

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Carlos Roberto da Silva Machado (Orientador)

Doutor em Educação

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof. Gianpaolo Knoller Adomilli

Doutor em Antropologia Social

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof. Horácio Antunes de Sant'Ana Jnior

Doutor em Ciências Humanas – Sociologia

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Dedico essa pesquisa a Thiago Pires (In Memoriam)

& Leividânia Gonçalves (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

O sentimento desse momento é: GRATIDÃO

Grata ao Pai Maior pela oportunidade da Vida. Aos Benfeitores Espirituais pelo auxílio constante e a presença em Espírito da minha mãe, que nos momentos de saudades de casa, quando morei no ano de 2014 na cidade de Rio Grande /RS, sentia sua presença a me auxiliar.

Em Rio Grande/RS construí relações que muito me fizeram amadurecer e com certeza, voltei para casa no final do ano de 2014 muito diferente daquela que aportou a essa cidade em março de 2014: mais madura, com meu senso de justiça mais aguçado ainda, aprendi a partilhar, já que como filha única, nunca convivi com primos e familiares e de repente me vi morando numa Casa de Estudante Universitário – CEU - na companhia de sessenta jovens, cada um, cada um vindo de diferentes regiões do Brasil. Uma experiência inenarrável. E agradeço a cada um, cada uma individualmente sem citar nomes para não ser injusta com ninguém.

Em Rio Grande sempre fui muito bem acolhida em cada canto que convivi. Como boa nordestina que sou, senti frio que me atrapalhava até de pensar... e os rio-grandenses me acolheram até doando roupas, cobertores...

Lembro-me de coisas tão simples, como a e na forma de me agasalhar que não sabia fazer, com isso os primeiros meses foram muito difíceis, sofri muito com o frio intenso.

Lembro-me de Cleiton Oliveira, Vinícius Puccineli, Caio Floriano, Marcela Mascarello, Thaíssa Pinheiro, Alexandre Macedo em pequenos detalhes da vida que me explicavam e foram pessoas importantíssimas na minha trajetória acadêmica e como pessoa. Ah! Quanta saudade sentirei! Serei eternamente grata a cada um, cada uma.

Agradeço aos colegas da minha turma de Mestrado do PPGEA que sempre me aceitaram como sou. E me receberam com muito respeito.

Aos professores e professoras e lembro muito da Prof. Dr Vanessa Caporlândia pela recepção ao chegar a FURG. Gratidão pela experiência que tive contigo.

A Pro - Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE – os funcionários e funcionárias. Sempre atentos as minhas necessidades e o fato de ter saído de tão longe para estudar era motivo de estarem sempre dispostos as minhas necessidades físicas e materiais, na medida das possibilidades que a universidade poderia me auxiliar.

As funcionárias e funcionários do Hotel de Trânsito que sempre atentas e atentos buscavam me auxiliar nas horas mais difíceis. Gratidão.

Quero ainda agradecer aos colegas do Grupo de Estudos, Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA - pela experiência compartilhada e pela dedicação às comunidades, a seriedade das pesquisas realizadas sempre em prol dos menos favorecidos, com Ética e seriedade nos dados apresentados e na assessoria prestada gratuitamente aos movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, parcerias construídas nesses dez anos comemorados em 2015.

Ao Prof Dr Carlos R. S. Machado por me aceitar prontamente no Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil e como orientanda de última hora. És também um exemplo de justiça social: gratidão

Meu respeito e gratidão ao Prof. Dr. Horácio Antunes de Santa'Ana Júnior que compreende o meu modo de ser, respeita a minha individualidade e tem muito me auxiliado na minha formação enquanto educadora/pesquisadora e que é além de orientador, exemplo, é sempre o meu amigo querido que esteve ao meu lado nesses últimos anos em vários momentos importantes na minha formação profissional, é o meu exemplo a seguir na academia, pela simplicidade, amorosidade, amor e dedicação a profissão, aliás é essa a nossa maior afinidade! Amo-te Horácio.

Aos meus filhos: Paulinho, Gabriel e Tiago esse três homens que tenho o maior orgulho de fazer parte da vida de cada um deles. E que cada um tem de mim aquilo que precisa. Tenho muito orgulho de ser. Vocês me ajudam a ser uma pessoa melhor. Desculpem

a ausência nesses últimos anos, vocês me conhecem muito bem e sabem que ofereço a cada um de vocês o melhor de mim que eu posso dar a vocês.

Aos meus amigos/irmãos Marcelo e Luzia Rezende e seus filhos Pedro, Lucas e Felipe que acolheram Tiago e cuidaram dele como um filho/irmão na minha ausência: Gratidão!

Ao meu querido conterrâneo Abel Gabriel irmão, que conheci em Rio Grande e levarei essa amizade para sempre dentro de mim.

A jovem menina E.A. A que veio morar conosco em agosto de 2015, que tem me ensinado muito, inclusive ser mãe de uma menina. Desejo a ti querida um futuro muito melhor do que foi o teu passado e que tenhas muita Luz na tua caminhada.

Aos moradores e moradoras da zona rural II de São Luís pela confiança, pelo aconchego, respeito e amor que construímos.

Aos jovens e as jovens que me inspiram a cada dia.

E por fim, não por ser menos importante, mas ao contrário por ser ele a melhor parceria que Deus colocou no meu caminho: Sidney Poutiê, meu companheiro, eu te agradeço a tua paciência em ficar longe de mim durante um ano inteiro para que eu realizasse meu sonho que era de voltar a estudar. Obrigada meu amor pelo cuidado e por tudo que significa para mim.

Quero dizer que aprendi também na FURG que tipo de profissional não devo ser enquanto profissional da educação superior. Reafirmei as minhas convicções e sei mais do que nunca de que lado estou nessa existência: Gratidão

À CAPES pela bolsa de pesquisa concedida nesses dois anos.

“Nós pobres já nascemos abortados”

Maria Máxima Pires

RESUMO

Este trabalho reflete de que forma a educação ambiental pode fortalecer os jovens e as jovens das comunidades rurais que vivem em disputa com governos e empresas pelo uso e ocupação do território com os governos. A área pleiteada por 12 comunidades para a criação de uma Reserva Extrativista é a mesma escolhida por governantes e empresários para a implantação de projetos de desenvolvimento no estado do Maranhão e mais recentemente para ampliação do Complexo Portuário devido a demanda de exportação de matéria prima para outros países. Abordaremos a importância do sentimento de pertencimento e das diferentes abordagens teóricas que nos embasará para definir lugar, território tendo a educação ambiental como importante ferramenta de luta em defesa do território devido às constantes disputas e violações de direito ao modo de vida tradicional de 14.500 famílias de pescadores, agricultores, de comunidades rurais que serão atingidas por esse modelo de desenvolvimento altamente impactante e excludente implantado em nosso estado. A zona rural II de São Luís no Maranhão em especial doze comunidades que vivem secularmente, desde 2003, lutam pelo território e para manter seu modo de vida no lugar que construíram com suas famílias. O Curso de Extensão Educação Ambiental e Cidadania aconteceu em duas etapas nos anos de 2011 a 2014. Configuradas as situações de conflito, apresentaremos o que tem sido feito através da extensão e da educação ambiental. Entendemos também que não se pode pensar na educação ambiental apenas na prática educativa visando o ambiente natural, mas sim no sentido de estimular a mesma no contexto socioambiental, de forma que possibilite uma participação efetiva, de cidadãos e cidadãs por meio da ação-reflexão crítica, partindo da realidade das comunidades atingidas pelo atual modelo de desenvolvimento no Estado do Maranhão e em todo Brasil.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Conflitos Ambientais; Pertencimento; Lugar.

ABSTRACT

This research reflects how the environmental education can fortify young people in rural communities who lives disputing for the use and occupation of the territory with the government. The pleaded area for 12 communities for the creation of an Extractive Reserve is the same choice done by the government for the implementation of development projects in the state of Maranhão and more recently to expand the port due to export demand for raw materials to other countries. We are going to discuss the importance of the sense of belonging and of different theoretical approaches that will support us to define place and territory related to the environmental education as an important tool of struggle in defense of the territory due to constant disputes and rights violations to the traditional livelihoods of 14,500 families of fishermen and rural farmers from communities that will be affected by this highly impactful and exclusive development model implemented in our state. The Rural area II of Sao Luis, in Maranhão, especially twelve communities that live in the area for thousands of years, since 2003 fight for the territory where they live, intending to keep their way of life in the place they have built with their families. The Extension Course in Environmental Education and Citizenship happened in two stages in the years of 2011-2014. Since we configure the conflict situations, we present what has been done through the extension and environmental education. We also understand that you cannot think of environmental education only in educational practice aimed at the natural environment, but to stimulate it in the social and environmental context in order to enable the effective participation of citizens through action-reflection critical, based on the reality of the communities affected by the current development model established in the state of Maranhão and Brazil.

Keywords: Environmental education. Environmental conflicts. Belonging. Place.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 A localização do Estado do Maranhão.....	36
Figura 2 Divisão do Estado do Maranhão em Microrregiões geográficas	37
Figura 3 Ilha de São Luís.....	50

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Posição Geográfica do Maranhão.....	39
Mapa 2 Localização da área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.....	56

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 Atividade de campo realizada com os jovens do Núcleo Taim na comunidade do Rio dos Cachorros	63
Imagem 2 Atividade de campo realizada com os jovens do Núcleo Taim no dia.....	64
Imagem 3 Aula de Campo realizada na comunidade do Amapá.....	65
Imagem 4 Aula de Campo realizada na comunidade do Amapá.....	66
Imagem 5 Reunião realizada durante o DRP na comunidade do Jacamim.....	86
Imagem 6 Aula de Campo – 1ª Etapa.....	96
Imagem 7 Aula de campo na comunidade do Amapá.....	97
Imagem 8 Beto do Taim participando da Aula de Campo	97
Imagem 9 Aula de campo.....	98
Imagem 10 Atividade na Ilha de Tauá- Mirim – 1ª Etapa.....	98
Imagem 11 Escola de Ensino Fundamental Menor na Ilha de Tauá Mirim	98
Imagem 12 Caminho percorrido para chegar na Ilha de Tauá Mirim	98
Imagem 13 Atividade na Comunidade do Cajueiro 2ª Etapa.	102
Imagem 14 Oficina de Cartografia Social – 2ª Etapa – Comunidade do Rio dos Cachorros.	102
Imagem 15 Atividade no Cajueiro.....	109
Imagem 16 Atividade no Cajueiro.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Lista nominal de entrevistados e entrevistadas.....	29
Quadro 2 Matriz de Impactos	52
Quadro 3 Lista nominal dos jovens e das jovens do Núcleo Taim – 1ª Etapa	87
Quadro 4 Lista nominal dos jovens e das jovens do Núcleo Tauá-Mirim – 1ª Etapa	88
Quadro 5 Rol de Conteúdos do curso – 1ª Etapa.....	92
Quadro 6 Lista nominal dos jovens e das jovens do Núcleo Taim	103
Quadro 7 Lista nominal dos jovens e das jovens do Núcleo Tauá - Mirim	103
Quadro 8 Rol de Conteúdos do curso – 2ª Etapa.....	104

LISTA DE SIGLAS

Área de Proteção Ambiental – APA

Bolsa de Apoio Técnico – BATI

Companhia Vale do Rio Doce – CVRD

Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico– CNPq

Consórcio Alumínio do Maranhão – ALUMAR

Diagnóstico Rápido Participativo - DRP

Educação Ambiental – EA

Fundo de Financiamento Estudantil – FIES

Fundo de Amparo e Pesquisa do Estado do Maranhão - FAPEMA

Grupo de Estudos; Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA

Grupo de Pesquisa, Direito e Educação Ambiental – GPDEA

Instituto Federal do Maranhão - IFMA

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB

Ministério de Educação – MEC

Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA

Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras – MONAPE

Núcleo de Educação Ambiental – NEA

Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO

Organizações das Nações Unidas – ONU

Partido dos Trabalhadores – PT

Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente – PCN's

Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA

Programa de Capacitação Docente – PROCAD

Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental – PPGDEA

Programa Nacional de Educação Ambiental – PNEA

Programa Grande Carajás – PGC

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA

Programa Universidade Para Todos – Pro UNI

Rio Grande do Sul – RS

Reserva Extrativista – RESEX

Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Universidade Federal de Rio Grande - FURG

Unidade de Conservação – UC

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. MARANHÃO E O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS: ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS	35
2.1 O Processo de Ocupação em Terras Maranhenses	41
2.2 ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS: O programa Grande Carajás.....	46
2.3 ILHA DO MARANHÃO E A RESEX DE TAUÁ MIRIM: palco disputas e conflitos ambientais.....	50
3. A ZONA RURAL DE SÃO LUÍS: O CONFLITO INSTALADO ENTRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADO PELOS GOVERNOS FEDERAL E MARANHENSE	56
3.1 TERRITÓRIO EM DISPUTA: a construção de um território comum	58
3.2 PERTENCIMENTO E LUGAR: a noção do espaço resignificado	61
4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS	69
4.1. Educação Ambiental, Cidadania e Conflitos Ambientais	73
4.2 A construção da cidadania: as comunidades rurais e o acesso à educação pública e gratuita	76
4.3 A ilusão do progresso X desenvolvimento.....	80
5. O CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA NA ZONA RURAL II DE SÃO LUÍS – MA: UMA ANÁLISE METODOLÓGICA	83
5.1 Para início de conversa.....	84
5.2 Educação ambiental, cidadania e interdisciplinaridade	90
6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A DEFESA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	111
6.1 A Complexidade do debate ambiental.....	116
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir da pesquisa sobre Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais do Maranhão¹, realizada pelo Grupo de Estudos; Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente - GEDMMA² - que dentro de outras ações resultou o Curso de Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA. A partir das pesquisas realizadas desde 2005 nas comunidades da Zona Rural II de São Luís, especificamente, está sendo possível compreender alguns dos desdobramentos do atual modelo de desenvolvimento adotado no Estado do Maranhão e no Brasil.

A atual dinâmica da crise dos recursos naturais, tanto propagandeada pelos mais diversos meios de comunicação, vem demonstrando o quadro de constantes depredações do ambiente e da qualidade de vida das pessoas. Esse efeito vem acontecendo paulatinamente, na medida em que o mundo inteiro impõe o atual modelo de desenvolvimento que atende ao capital e não cumpre ou se abstém de cumprir a demanda social.

Vale ressaltar, que alguns dos projetos desenvolvimentistas foram planejados em governos ditatoriais o que se deu mais intensamente a partir dos anos de 1970 e ainda estão sendo implantados ou retomados e, em outros casos, são feitos programas e projetos novos no intuito de modernizar o país. O resultado desse modelo trouxe graves consequências sociais e ambientais em todo país.

Como argumento, justifica-se tais projetos, afirma-se que a Amazônia Brasileira continua vazia, o que é uma falácia, pois não se leva em conta os diferentes grupos sociais e povos que secularmente ocupam a região e que já possuem as suas relações estabelecidas pelos seus valores culturais, suas relações produtivas e sociais, com características próprias e com diferentes formas de se relacionar com o ambiente natural.

Conflitos ambientais no Maranhão foram identificados a partir de várias pesquisas do GEDMMA, do qual faço parte desde 2006, como por exemplo aquele decorrente da tentativa de implantação de um grande polo siderúrgico na Ilha do Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR *et al.* 2009).

¹ Pesquisa apoiada pelo CNPq, através do Edital MCT/CNPq/ 02/2009 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, através do Edital FAPEMA 010/2009 Universal.

² Grupo de Estudos, Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC) e aos Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão –UFMA.

A partir desse processo de disputa, no qual as comunidades lutam para permanecer em seu lugar de origem, surge a constante defesa pela posse dos recursos naturais, e a demanda dessas comunidades por uma proposta de intervenção local, através de um Curso de Educação Ambiental. Eu, como pesquisadora, proponho esse projeto de dissertação de mestrado, pois coordenei o referido curso entre 2011 a 2013, sendo, na época, Especialista em Educação Ambiental.

Diante da realidade apresentada anteriormente, vão surgindo categorias advindas desses conflitos ambientais tais como: populações tradicionais, pertencimento, lugar, território e Educação Ambiental. Portanto, a interdisciplinaridade de temas e entendimentos nos ajuda compreender a relação homem/natureza e os processos complexos que se dão no atual contexto socioambiental que vive o planeta terra. Permitindo, ainda, a percepção sobre a importância da Educação Ambiental e o papel que ela desempenha na sociedade. Nos trabalhos desenvolvidos, ouvimos constantemente dos pescadores e dos moradores desses territórios depoimentos sobre a diminuição de algumas espécies de pescado. Desse modo, afirma Alberto Cantanhede, liderança local, conhecido como “Beto do Taim”, morador da Zona Rural II:

Beto: (...) a redução do camarão, da tainha..., o camurim sumiu do rio, seguido pelo desaparecimento do *sururu*³ as espécies ameaçadas de extinção ou já extintas em toda área rural da Ilha por conta da implantação de indústrias ao seu entorno e do crescimento desproporcional da população (IBAMA, 2007 p. 09).

Nesse contexto, discutir a questão ambiental pautada apenas pela conservação das espécies não é a nossa prática na Educação Ambiental. No entanto, a pesquisa se norteia na perspectiva da inter-relação construída no lugar de vivência, uma vez que a pesca tem um significado imprescindível na economia e na subsistência das comunidades. Para compreender tais relações se faz necessário a aproximação com os atores sociais que, segundo o geógrafo Milton Santos, compõem o território entendido como extensão apropriada e usada.

Como pesquisadora, foi possível perceber que o sentimento de pertencimento foi se consolidando, baseado nas relações entre si e o amor ao lugar em que vivem, no qual realizam seus sonhos e almejam algumas conquistas; alimentam utopias, criam filhos e desejam ver seus netos correndo pelas ruas das comunidades. Este sentimento enraizado é cada vez mais valorizado. As comunidades rurais têm uma dinâmica própria, com características bem peculiares, a saber: quando alguém da comunidade adoecer, há uma parceria entre todos

³ *Mytella falcata* espécie de molusco parecido com o mexilhão, porém menor no tamanho e muito comum no Maranhão e que encontra em risco de extinção.

visando o auxílio mútuo. Característica que permanece sólida nos locais de observação, apesar dos sucessivos conflitos internos implantados juntamente com os grandes empreendimentos de natureza industrial ou de infraestrutura.

Vale ressaltar que o lugar onde as comunidades tradicionais se fixaram, há mais de cem anos, na zona rural II de São Luís - MA, está constantemente ameaçado pela dinâmica de expansão do capital nacional e transnacional, exemplo disso é a sucessiva tentativa na alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de São Luís (Lei Municipal N^o 3.253 de 1992). No intuito de não perder seu direito de viver, em seus espaços construídos coletivamente, os moradores guardam na memória as histórias de vida dos seus avós e dos seus pais. Daqueles que lutam, desde o final da década de 1970, para permanecer com o seu modo de vida, em busca de sua autonomia e permanência na referida área. O que resulta em um conflito com as atuais pretensões de projetos de desenvolvimento, baseados no modelo de industrialização e na logística de exportação de recursos naturais (minério, petróleo, celulose, *commodities* agrícolas etc.).

Os interesses distintos dessas comunidades, de empreendedores privados e do Estado, têm gerado conflitos ambientais. Discutir estas situações na Educação Ambiental é de grande relevância, já que a questão social, não pode mais estar dissociada da questão ambiental. O atual quadro de expansão e instalação de grandes projetos e de empreendimentos têm acentuado os sucessivos conflitos ambientais em torno dos territórios das populações tradicionais: quilombolas, pescadores, camponeses, etc. Portanto, a incessante prospecção por novas fronteiras de mineração, geração de energia, infraestrutura de logística, plantio de eucalipto e outras *commodities* produzidas exclusivamente para a exportação tem avançado cada vez mais em detrimento das lógicas diferenciadas daquela proposta pela acumulação capitalista.

No entanto, há uma constante dissociação sobre o que é ambiental e o que é social. Pensamento muito comum nos países ocidentais no que se refere ao positivismo da ciência, que na maioria das vezes vê a realidade partindo apenas de um prisma, ou seja, cada um explica o que compreende dentro dos seus padrões e dos seus limites entre o viver e o estar no mundo. As configurações dos conflitos ambientais são também sociais, mas nem todos os conflitos sociais são necessariamente ambientais.

Nessa crise de pressupostos entre o que é social e o que é ambiental em busca de sua autonomia, as lideranças comunitárias, desde 2003 pleiteiam a criação da Reserva Extrativista

de Tauá - Mirim⁴. Os mais velhos preocupados com a ausência da juventude local no debate e na continuidade em defesa do seu território aceitaram de imediato a construção coletiva do Curso de Educação Ambiental, com o objetivo de fortalecer a organização social dos povoados rurais que demandam a criação da RESEX⁵. Tudo isto considerando-se a possibilidade de que os mais velhos conhecedores da história venham a faltar, pois eles são a memória e a consciência do território.

Importante compreender a necessidade de trazer a juventude das comunidades para a construção do caminhar e na luta pelos direitos, partindo de um olhar crítico, participativo e atuante. A Educação Ambiental (EA)⁶ em forma de curso de extensão apresenta-se como um instrumento que inclui, fortalece a luta em defesa do território e do lugar. O acúmulo de experiências na área, os estudos de textos referentes à temática que o GEDMMA se disponibiliza a analisar, a assessoria realizada nesses quase dez anos de pesquisa e estudo, traz um conjunto de histórias que foram ouvidas e geraram muitas expectativas em relação ao desenvolvimento dessa pesquisa. Porém, é ampla a responsabilidade de narrar os fatos, escutar os anseios, as dúvidas e até mesmo as conquistas e retrocessos que tiveram os moradores no decorrer dessa década, preservando a sua oralidade, que constitui a identidade dessas comunidades.

A população rural que compõe a área, tem se fragilizado internamente em muitos momentos nos últimos anos, afetadas pela incerteza da permanência no local de moradia. É importante ressaltar nesse contexto, o papel das lideranças locais que fazem parte das Associações e Uniões de Moradores e Moradoras, pois incansavelmente, lutam e reivindicam seus direitos junto aos órgãos públicos e às empresas privadas, na maioria das vezes sem recursos nem acompanhamento.

Dessa maneira, se faz necessário pensar numa Educação Ambiental que possibilite uma relação comunidade/natureza. Não queremos referir com isso, que essa relação é totalmente harmônica, mas, que, de alguma forma, foi sendo repassada pelos mais velhos aos mais jovens, valorizando o respeito do valor da natureza àquelas pessoas. As experiências de vida foram levadas em conta nos debates e nas atividades do Curso. Trazer fatos, explorar o

⁴ Antes era chamada de Reserva Extrativista do Taim, no entanto, como existe a Reserva Biológica do Taim, criada em 1978 no Extremo Sul do Brasil, houve a definição por essa nova nomenclatura em comum acordo entre as comunidades.

⁵ Tipo de unidade de conservação que tem seu conceito normativo definido na Lei 9.985/2000 em seu artigo 18 preceitua: “Reserva Extrativista é uma área utilizada pelas populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. (BRASIL, 2004)

⁶ A partir desse ponto, passaremos a utilizar a abreviatura EA para nos referir ao termo educação ambiental.

lugar, ouvir os conhecimentos dos mais velhos, respeitar a leitura de mundo, que talvez seja diferente do vivenciado na zona urbana, é um potencial a ser aproveitado.

A forma de compreender a Educação Ambiental (EA), para algumas das lideranças nas comunidades, está sempre relacionada com a defesa do lugar. Sobretudo no uso que eles fazem dos recursos naturais, a forma e o meio de utilizá-los e diante da degradação ocasionada pelo uso desordenado dos mesmos. Em comum acordo buscam um meio de lidar melhor com o conflito. Foi assim, que D. Maria Máxima Pires, uma das lideranças da comunidade do Rio dos Cachorros, fala sobre a EA em uma entrevista:

Pesquisadora: E como à senhora vê a educação ambiental nessa área?

Máxima: Olha, a gente aprendeu, isso foi uma lição pra nós. A princípio, a gente só sabia dizer: “daqui não saio daqui ninguém me tira”, porque ninguém queria sair daqui por entender que aqui é nosso lugar. Isso é só uma questão. Ai, depois a gente começou aprender com os processos, começou a perceber, isso foi como se fosse uma chamada de consciência. Vai ver nós chegamos a conclusão que nem se dava conta de quanta riqueza natural que se tinha aqui. Ninguém quer sair daqui porque aqui todo mundo se conhece, um vigiando o outro a gente tem do que sobreviver, mas, talvez, a gente mesmo não dava valor ao que se tinha. Daí começou a nossa Educação Ambiental e a gente começou a ver também que o meio ambiente que não era só uma florzinha. A gente começou a ver isso de forma diferente. Bom nós agredimos também. Aí vem veio à questão do discurso ambiental, porque as empresas vêm e fazem uma degradação enorme e a gente começou a ver em nós, não estamos agredindo também? Começamos a consciência realmente do que é Educação Ambiental (...) (SANTOS; BARBOSA, 2009, p. 223).

A intervenção da entrevistada informa sobre uma conduta pré-existente acerca da apropriação dos recursos naturais contidos no território. Nessa fala, percebemos o que vem se construindo sobre a EA, partindo do uso e do sentimento de pertencimento ao lugar já expressado pelos mais velhos e repassado aos mais jovens. O Projeto de Extensão Educação Ambiental e Cidadania, objeto dessa pesquisa, surge então a partir da necessidade de enfrentar os conflitos ambientais instalados na Zona Rural II de São Luís - MA, fruto dessa parceria entre o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e comunidades que compõe a área pleiteada para a RESEX de Tauá-Mirim e com muito respeito, aprendemos e ensinamos ao mesmo tempo, um diferencial nas pesquisas realizadas. Diante dessas informações será pesquisada a relação entre Educação Ambiental e a defesa do território a partir do Curso de Educação e Cidadania oferecido pelo GEDMMA/UFMA aos jovens da Zona Rural II de São Luís - MA compreendendo de que forma o Curso contribuiu para fortalecer o sentimento de pertencimento.

A Educação Ambiental entrou na minha vida, há quase 20 anos, quando ainda era professora da Educação Infantil. Atuei por 10 anos em uma escola em São Luís- MA, minha

cidade natal: no Centro Educacional Colmeia, que tinha no seu Projeto Político Pedagógico a Educação Ambiental, baseada na Pedagogia de Projetos, desde as séries iniciais até a antiga 5ª série, hoje chamada de 6º Ano⁷ do Ensino Fundamental Maior.

O Centro Educacional Colmeia, desde a ECO 92, iniciou um trabalho que aconteceu quase que paralelamente com a sua fundação, tendo em seus ciclos os eixos temáticos trabalhados de forma contextualizada, participativa e repassando aos seus alunos um reconhecimento do valor da natureza e de seus recursos naturais. Mesmo numa perspectiva conservacionista que não levava em conta os conflitos locais de acesso, uso dos recursos naturais e na desigualdade da distribuição de impactos e riscos ambientais e na perspectiva do paradigma da justiça ambiental, o qual será a base para esta pesquisa; a experiência abriu canais de possibilidades de inserção na temática a partir de então. Na época, enquanto professora de uma classe de maternal, e vivenciei momentos de muitas descobertas, iniciando a minha trajetória de educadora ambiental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394, de dezembro de 1996 – em seu Art. 62, passou a exigir o seguinte:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, e oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996, Art.62).

A obrigatoriedade de um curso superior me fez retomar os estudos, ainda que tenha sido professora desde os meus dezessete anos, pois fiz Curso de Magistério e o antigo 4º Ano Adicional. Ao cursar Geografia, através do Programa de Capacitação Docente (PROCAD) na Universidade Estadual do Maranhão, e com os filhos quase criados, retomei os estudos e, apesar das dificuldades impostas pelo próprio sistema, não parei mais. Ao término da graduação, tive a oportunidade de ingressar na mesma instituição na Especialização em Educação Ambiental. Oriunda de um sindicato de classe, de partido político, no qual militei

⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação 3.8 - Sobre os Profissionais da Educação (Artigos 61 a 67). O capítulo da lei sobre a formação dos profissionais da educação refere-se a todos os níveis. No que concerne aos professores destinados ao ensino básico, é de se destacar que a lei generaliza a obrigatoriedade do preparo em nível superior e na licenciatura plena. Como se vê, nenhuma referência é feita à "licenciatura de curta duração", donde se conclui que a mesma deixará de existir, na estrutura do ensino superior voltado para o exercício do magistério. Quanto à formação de professores para a educação infantil e para as quatro primeiras séries do ensino fundamental, é admitido seu preparo, em nível médio, na modalidade Normal (artigo 62). Embora o artigo 87, § 4º Documenta (429) Brasília, maio 1997 disponha que, ao final da Década da Educação, todo o pessoal docente deverá ter curso superior, a norma específica (artigo 62), se sobrepõe à de caráter geral. Contradição com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que em seu art. 2º diz: A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

desde 1996, no então Partido dos Trabalhadores (PT), iniciei o meu trabalho com comunidades e populações que já foi objeto de estudo e pesquisa na minha pós-graduação.

Já então, com título de Especialista em Educação Ambiental e através do GEDMMA, por dois anos consecutivos, aprovamos duas bolsas. A primeira, Bolsa de Apoio Técnico (BATI I) e a segunda, também de Apoio Técnico, ambas de Nível Superior, uma pela FAPEMA, por um ano e, no ano seguinte, como bolsista de Nível Superior pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o que possibilitou maior contato e idas mais frequentes à Zona Rural II. Sendo assim, com várias pesquisas em andamento e constantes episódios de ameaças de despejo, as estratégias de luta se voltaram para a resistência aos atores externos à dinâmica local.

O curso surge a partir dessa relação com as comunidades da Zona Rural II de São Luís e da minha participação como educadora ambiental e como militante do movimento pelos Direitos Humanos. Isso atendia às demandas das comunidades e à possibilidade de fazer um debate com o intuito de fortalecer a juventude em busca da defesa e luta pelo território, tendo como alternativa que se proporciona a vivência e conhecimentos da temática ambiental com foco nas questões locais.

Os acontecimentos seguintes, após as primeiras sessões do curso, vieram acompanhados de questionamentos construídos de forma coletiva, o que contribuiu para reformulações do projeto da segunda etapa do curso. Na primeira etapa era um projeto de pesquisa e extensão, na segunda etapa, foi desvinculado da pesquisa. Trata-se de um desafio enquanto educadora/pesquisadora já que vivenciei a construção do curso em plena interação com outras pesquisas do GEDMMA e a partir de constantes diálogos com interlocutores.

Em 2012 sentimos a necessidade de criar o Núcleo de Educação Ambiental (NEA), dentro do GEDMMA, compondo uma equipe especialmente para tratar do planejamento, execução e acompanhamento do curso. A referida equipe é formada por estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores da universidade que empreenderam esforços no sentido de realizar um planejamento estruturado de acordo com as necessidades do local. Desse modo, foi se configurando esse projeto de mestrado a partir da necessidade de ampliar os estudos e de realizar, agora em forma de pesquisa mais aprofundada, a crítica e análise do referido processo. Entre os sonhos e utopias, o mesmo foi acatado pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG) no PPGA – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.

Paralelamente a esses fatos, ministrei aulas de Educação Ambiental e Direito Ambiental em cursos técnicos profissionalizantes, de 2005 a 2013. Em seguida, fui aprovada em um seletivo para professora da disciplina de Educação Ambiental da Universidade

Estadual do Maranhão, nos Cursos do Programa Darcy Ribeiro, nas Licenciaturas de Biologia, Química e Física durante o ano de 2013. Atuando enquanto docente de nível superior na disciplina de Educação Ambiental pude constatar a necessidade de pesquisar textos mais aprofundados na área, além de ter tido acesso à produção acadêmica da FURG. Assim, ingressei no PPGA, em 2014.

Com a trajetória como pesquisadora da Linha da Educação Não formal dispusera colocar muitas indagações e contradições entre os valores e a prática da Educação Ambiental, lançando o enorme desafio e responsabilidade diante das comunidades com quem mantenho vínculos afetivos e profissionais, do grupo de pesquisa e do campo da EA e foi por essas mesmas inquietações que após a qualificação do projeto de pesquisa, resolvemos mudar a linha de pesquisa e de orientador. Resolvemos juntos que não iríamos modificar o projeto, mas, demos um tom com mais ênfase nos Fundamentos da Educação Ambiental a nova Linha de pesquisa nos auxilia na conclusão dessa etapa da pesquisa e que, com certeza, irá continuar em outros momentos e em novas perspectivas.

Desde a época de Professora das séries iniciais, no ensino formal não me identifico mais como “professora” e sim “educadora”⁸ baseada na categoria de Paulo Freire, a qual é utilizada no Curso de Educação Ambiental, na Zona Rural II de São Luís – MA.

Ao retornar para São Luís, após ter concluído os créditos do mestrado, no final de 2014, para minha surpresa, encontrei uma 3ª etapa do referido curso que foi solicitado pelo grupo de jovens que participaram das etapas anteriores e que será descrito mais à frente. Diante de tudo que foi descrito, importante ressaltar que a minha formação enquanto educadora-pesquisadora tem se consolidado de forma gradativa. Descrevo, detalhadamente, minha trajetória a fim de me objetivar enquanto pesquisadora, evidenciando os obstáculos epistemológicos que enfrentei na elaboração de minha dissertação. Apoio-me, nesse sentido, em Bourdieu (2004, p. 23), que alerta:

A familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência (...). O sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável.

Lenoir (1996, p.29) nos convida a ficar alertas no sentido de que possamos compreender:

A primeira dificuldade enfrentada pelo sociólogo deve-se ao fato de estar diante das representações preestabelecidas de seu objeto de estudo que induzem a maneira de aprendê-lo e, por isso mesmo, defini-lo e concebê-lo. O ponto de partida de qualquer pesquisa é constituído por representações que, como escrevia Émile Durkheim em

⁸ Inspirada por Paulo Freire, 1997 no livro Professora Sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.

Les règles de la méthode sociologique, são como um “véu que se interpõe entre as coisas e nós e acaba por dissimulá-las tanto melhor quanto mais transparente julgarmos o véu”. Trata-se do que ele designava por “pré-noções” que podem tomar a forma de “imagens sensíveis” ou “conceitos grosseiramente formados”.

Desta forma, a minha perspectiva de análise e observação participante é permeada pela objetivação do mundo social, acompanhada do meu constante desafio de vigiar e objetivar-me à visão de uma pesquisadora, problematizando as minhas próprias reflexões e conclusões de forma científica e metodológica. Nessa relação construída, vivenciada com as comunidades objeto de estudo dessa pesquisa, sinto cada vez mais latente a minha responsabilidade em apresentar dados que possam contribuir para autonomia dos grupos. Nesse tempo também vivenciei os conflitos internos e externos gerados pela forma em que o Estado e empreendimentos privados em tomar posse do território para ampliação dos portos e na instalação de indústrias na Grande Ilha do Maranhão.

Estaremos sempre atentos para os diferentes olhares que irão aparecer durante o percurso. Como por exemplo, o conceito a ser entendido como espaço marcado pelas atividades sociais daqueles que habitam e agem sobre ele (BOURDIEU, 2004) ou quando Santos em sua construção sobre o território, que parte do seu olhar geográfico e enfatiza que é necessário que “o território, essa realidade esquecida, seja retomado, evitando o enfraquecimento de uma das ópticas sem a qual a visão de mundo, dos países, dos lugares, é incompleta e até mesmo irreal” (SANTOS, 2004, p.34). Além de, demonstrar que “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. Ainda em Reis (2002, p. 17), em sua abordagem epistemológica das territorialidades e do território, destacam que “o território e economias de proximidade, por um lado, e poder e relações assimétricas, por outro, não são questões disjuntivas (o território é um objeto que deve ser interpretado enquanto lugar de relações de poder) ”.

No intuito de não fechar demais a compreensão sobre o território e trazendo um significado relacionado à EA, no sentido de fortalecer o debate na luta pelo território, trabalharemos com o conceito de Educação Ambiental descrito na atual Lei N°. 9795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 2004, p. 536), constante do seu primeiro artigo:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Em seguida, reforçando no mesmo sentido o 2º artigo da referida lei, diz: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 2004, p. 536).

Na pesquisa aqui apresenta-se várias etapas até chegarmos ao objeto. Perguntamos: Qual o melhor método utilizado para alcançamos os objetivos formulados dentro da experiência vivida pela pesquisadora? Sem perder de vista a necessidade de haver um distanciamento necessário entre a pesquisadora-educadora que foi se consolidando no decorrer do mesmo. Nesse sentido algumas disciplinas feitas no PPGEA como a de “Educação Ambiental e Pertencimento”, “Sociedade, Meio Ambiente e Territorialidade”, assim como as reuniões de estudo no Grupo de Pesquisa Direito e Educação Ambiental – (GPDEA) me proporcionaram um maior direcionamento na construção da metodologia. Serviram também para reforçar algumas convicções tanto na militância dos movimentos sociais de base, quanto na atuação profissional e na constante participação das ações das comunidades envolvidas e nas experiências no município de Rio Grande/RS.

Vivenciar, ter a experiência dos conflitos, as formas de resistência e fazer a relação entre a teoria e a prática foram passos para fora da zona de conforto, assumindo assim, uma ação desafiadora e a responsabilidade de apresentar a essas comunidades o retorno da pesquisa realizada. De modo que possam se sentir participantes no processo de construção do objeto, partindo da relação de confiança estabelecida entre as comunidades, o GEDMMA e a pesquisadora e através de todos esses argumentos justifico assim a importância e relevância dessa pesquisa, tanto para o GEDMMA quanto para as comunidades inseridas no processo de troca de conhecimento e diferentes formas de aprendizagem.

Nesse sentido, propomos pesquisar a relação entre Educação Ambiental, sentimento de pertença ao território a partir do Curso oferecido pelo GEDMMA/UFMA aos jovens da Zona Rural II de São Luís- MA, compreendendo de que forma o mesmo contribui para fortalecer a participação dos jovens na luta em defesa do território.

A pesquisa foi se consolidando e momentos muito emocionantes foram vivenciados. Resolvemos em nossa metodologia, para atingirmos ao objetivo proposto já que não poderíamos entrevistar todos os jovens e todas as jovens que participaram do curso em ambas as etapas, foi decidido então realizar nove entrevistas com os seguintes critérios: três jovens que participaram da primeira etapa com uma frequência de 75% nas atividades presenciais, três jovens que participaram da segunda etapa com o percentual de 75% de presença nas atividades presenciais e três das lideranças locais ou referências como Máxima gosta de se

identificar (Ver quadro 1). Explicamos mais a frente à justificativa dela para chegar a essa conclusão.

Quadro 1 Lista nominal de entrevistados e entrevistadas

ENTEVESTADO	COMUNIDADE	IDADE	DATA
Alberto Cantanhede Lopes	Taim	53	04/11/2015
Maria Máxima Pires	Rio dos Cachorros	56	01/11/2015
Rosana Mesquita	Taim	34	19/01/2016
Alunos 1ª Etapa do Curso de Educação Ambiental e Cidadania			
ENTEVESTADO	COMUNIDADE	IDADE	
Auriane dos Santos Inocentes	Jacamim	24	08/11/2015
Aylton Fontes Pires	Taim	22	12/11/2015
Nila Beatriz Pires Viana	Rio dos Cachorros	20	07/11/2015
Alunos 2ª Etapa do Curso de Educação Ambiental e Cidadania			
ENTEVESTADO	COMUNIDADE	IDADE	
Carlos Alberto S. Pereira da Silva	Jacamim	56	08/11/2015
Francivânia Gonçalves Silva	Taim	30	13/11/2015
Gabriel Silva da Graça	Cajueiro	18	13/11/2015

Fonte: Dados organizados pela autora

Gostaria de enfatizar aqui a emoção ao ouvir as lideranças Beto do Taim, D. Máxima, Rosana Mesquita. As três lideranças que estão engajados desde o início da luta, nas primeiras reuniões e se mantêm até a atualidade com suas convicções sobre a importância da luta em prol da criação da Resex de Tauá - Mirim. Juntos como irmãos (e por isso às vezes se desentendem, mas resolvem juntos as diferenças) vivenciam vários conflitos, inclusive atravessando diversos problemas de cunho pessoal, como falta de recursos financeiros para suas necessidades básicas, mas, nunca desistiram da luta e nunca mudaram de lado ou de posição.

Rosana e Máxima por serem mulheres aguerridas e mães, vivem no constante dilema e cobrança dos filhos e das filhas, devido às constantes ausências do convívio com suas respectivas famílias, e por muitas vezes não são compreendidas por esse processo vivenciado. Por esse motivo, servem de referência e agradeço muito o convívio com elas e com ele durante esses dez anos. Tivemos momentos de alegria, tristezas, como o desencarne do Thiago Pires (2014) filho de D. Máxima, de Leidivânia Gonçalves (2015) uma das alunas mais atuantes do Curso, potencial liderança jovem da comunidade do Taim, perdas imensuráveis para a luta, momentos de incertezas constantes. Por isso, foram muitas as tentativas de marcar as entrevistas, pois, as agendas dele e delas são muito intensa, já que o conflito se intensificou nos anos de 2014 e 2015 com a proposta da mudança do Plano Diretor

de São Luís e da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís que explico num capítulo mais à frente.

No dia que marcamos a entrevista com Beto do Taim, havia marcada uma das Audiências Públicas para tratar da lei de Zoneamento, Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo esse dia e o Beto se emocionou muito ao fazer seus relatos para servir de dados para a nossa pesquisa.

Rosana ao lembrar a infância, ao falar das lutas, das dificuldades enfrentadas no cotidiano das moradoras e moradores do Taim também se emocionou muito e ao chegar em casa, tinha uma mensagem dela, agradecendo a oportunidade de lembrar da escola, da infância feliz...

Momentos marcantes vividos também com a garra de Máxima, sempre solícita a no auxiliar na mobilização do curso, assim como os demais. Era sempre ela que os pais iam procurar para obter informações sobre as aulas de campo, importância da presença de todos alunos e todas alunas e cobrava cada um e cada uma a presença nas atividades, essas pessoas foram e são parceiro e parceiras.

Para a realização da dissertação aqui apresentada, utilizamos os seguintes procedimentos metodológicos:

Utilizaremos a pesquisa qualitativa e para justificar essa escolha, digo que a fizemos por que “responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (MINAYO, 2012, p. 21).

Para efeito prático de uma pesquisa qualitativa, o processo de realização da mesma junto aos procedimentos necessários se divide em três etapas conforme nos orienta MINAYO, (2012) a) fase exploratória; b) trabalho de campo; c) análise e tratamento do material empírico e documental A metodologia representa um quadro de orientações teóricas, inicialmente fundadas na História Oral. Contudo, por trabalhar na perspectiva também da história oral, essa delimitação cronológica não é de todo fixa e irreversível, já que a memória não se restringe a apenas um período de tempo, apesar da narrativa partir do presente de quem a narra (RICOEUR, 2007; DELGADO, 2010).

Considera a realidade em sua totalidade a partir do relato dos atores sociais, aliada à análise da fundamentação teórica da EA prescrita pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Assim definido, o “método” também define a natureza do problema, o campo, os instrumentos investigativos,

as hipóteses iniciais e as interpretações mais conclusivas, que este projeto buscou obter de investigações concretas dos aspectos sociais, políticos e econômicos da realidade maranhense. Para investigarmos a relação entre lugar e o sentimento de pertencimento dos jovens que participaram do Curso de Educação Ambiental, promovido pelo GEDMMA utilizamos como instrumentos de investigação, as seguintes peças: documentos oficiais, relatórios produzidos pelo NEA/GEDMMA, diagnósticos de atividades e fotografias. Além de acompanhamento de atividades do curso e reuniões realizadas nos locais de observação e entrevista com egressos da primeira e da segunda etapa do curso e lideranças.

Preliminarmente, foram selecionados 02 Relatórios de atividades do Núcleo de Educação Ambiental do GEDMMA, a fim de localizar as justificativas relacionadas aos projetos em curso na Zona Rural II. Nesse ínterim foi possível observar alguns determinantes políticos e sociais que justificaram a solicitação do curso pelas comunidades que compõe a área delimitada para a instalação da RESEX de Tauá-Mirim. Importante ressaltar que o tratamento do material nos conduziu a uma busca da *lógica* peculiar e interna do grupo que estamos analisando, sendo esta a construção fundamental do pesquisador e da pesquisadora. Para Minayo (2012, p. 27), “o ciclo não se fecha, pois, toda pesquisa produz conhecimentos e gera indagações novas”.

Para compreender as estratégias de reorganização, privatização e expropriação espacial, deslocamentos compulsórios e ajustes espaço-temporal perpetrada pelos empreendedores (HARVEY, 2005), buscamos também verificar as estratégias de resistência desenvolvidas pelas comunidades envolvidas no processo. Para tanto, foi necessário uma análise da proposta curricular do curso, assim como do projeto escrito que foi enviado aos órgãos que financiaram as referidas pesquisas no caso, a FAPEMA e CNPq. Uma vez coletadas as informações que auxiliaram na compreensão das estratégias de *tomada de posição dos ocupantes do Campo*, como diria Bourdieu (2002), considerando academia, Estado e comunidades, foi possível identificar interesses e a natureza das ações políticas que resultaram na maior participação dos jovens no processo de reivindicação pela RESEX como estratégia de resistência nos territórios.

Pensando nisso, é interessante evocar aqui o conceito de Campo como espaço de concorrências, de forças opostas que se chocam ao longo das disputas pela representação do mundo social, mas também se configura como espaço de transações entre os agentes dispostos com seus capitais postos à mesa de negociação ou de disputas. Na medida do possível, é interessante mencionar que os chamados efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio, sobretudo, de relações desenhadas pelos mandantes em consequência da

distância que mantém dos instrumentos de produção política, por vezes ou outras estão impossibilitados de adentrarem os espaços institucionais que, por conseguinte, ajudarão a alcançar seus objetivos desejados.

Pensando nisso, realizamos entrevistas semiestruturadas com participantes do curso de E.A, com o objetivo de captar origens sociais, disposições para a participação política, tomadas de posições no espaço de disputa pelo lugar, além de possíveis redes de pertencimentos que os agentes sociais possuem ou não, no curso das suas ações com questões estruturadas e semiabertas. Entendemos a entrevista tomada no sentido amplo da comunicação verbal segundo Minayo (2012). Uma conversa a dois, ou com vários interlocutores através da qual pretendemos construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa, abordadas pelo pesquisador com perguntas pertinentes ao objetivo.

“Na esteira desses argumentos, a utilização da metodologia da História de Vida⁹ foi escolhida porque ela permite empregar a criatividade e expressar a compreensão de conceitos científicos e dos problemas ambientais em discussão” (REIGOTA, 2012, p.70). Tal intervenção metodológica torna-se pertinente à medida que a análise das histórias individuais e/ou coletivas, permite à compreensão, a identificação, as modificações ocorridas e sentidas por eles além da busca de soluções e respostas coletivas para questões, que até então, eram tidas como individuais. Para tanto, o levantamento e descrição de histórias relacionadas à participação do curso de E.A se faz necessária. Segundo Reigota (2012), as histórias de vida podem ser apresentadas de forma oral, escrita ou visual (filmes ou fotografias), enfatizando as trajetórias e as relações de pessoas e grupos sociais com determinado tema em determinado momentos históricos.

Descrevemos através da História Oral a forma de vida, as suas conquistas, os avanços e retrocessos em busca de fortalecer o sentimento de pertencimento e o sentimento de amor pelo lugar que vivem e constroem suas histórias. Com o cuidado de que na pesquisa qualitativa a interpretação é o foco central, já que esse é o ponto e partida e de chegada nos resultados alcançados.

O Curso de EA na Zona Rural II em sua primeira etapa esteve inscritos 50 jovens no Núcleo Taim e 43 no Núcleo Tauá - Mirim¹⁰. Desse número de jovens inscritos, utilizamos como critérios para entrevistas a serem analisadas, jovens de cada núcleo. Chegamos a pensar

⁹ Estamos aqui correlacionando a pesquisa oral com a História de vida, apenas de forma pedagógica.

¹⁰ O Curso foi dividido em duas turmas denominadas: Núcleo Taim: com alunos das comunidades do Rio dos Cachorros, Cajueiro, Porto Grande, Limoeiro, Taim, Vila Maranhão, e o Núcleo Tauá – Mirim, com alunos das comunidades de Portinho, Jacamim, Imbaúbal, Ilha Pequena, Amapá e Tauá Mirim. Chegamos a esse número a partir de dados preliminares das fichas de inscrições encontradas no arquivo do GEDMMA e que confirmadas após análises dos documentos conforme nos propomos na metodologia.

em entrevistar os jovens e as jovens que apresentassem características de potencial liderança no grupo, no entanto, como educadora/pesquisadora compreendemos que aqueles ou aquelas mais reservados podem contribuir também nesse processo e resolvemos não fechar nesse aspecto e fomos sentindo no fazer e executar a pesquisa, sempre com cuidado e ouvindo os pares.

Quanto às lideranças adultas, buscamos aqueles ou aquelas que desde início da luta e da instalação dos conflitos ambientais tiveram em frente na organização social das comunidades, podendo ser Presidente ou Presidenta de Associação de Moradores e Moradoras, ou indicados pelos jovens e pelas jovens por serem reconhecidas enquanto participantes do processo em defesa do Território.

O fato de escolher a História Oral como metodologia é um grande desafio, no entanto, encontramos na Literatura que o “estudo da oralidade veio sendo ensaiado a partir da antropologia, no âmbito da pesquisa dos processos de transmissão das tradições orais, principalmente aquelas pertencentes a sociedades rurais, onde os modos de transmissão e conhecimento ainda transitam de maneira relevante, pelos caminhos da oralidade”. (LOZANO, 2006, p.15). Isso nos fez fazer essa opção pela proximidade com as Ciências Sociais e Antropologia.

Desse modo, pretendemos entender a relação entre Educação Ambiental e o sentimento de pertencimento ao território a partir da objetivação do curso de Educação Ambiental na Zona Rural II, da capital maranhense.

Desenvolvemos a dissertação contextualizando na Introdução como foi idealizado esse projeto de pesquisa e discorremos sobre a sua base teórica. O trabalho está organizado em sete partes.

Na segunda parte, apresentamos mapas, figuras e vamos contextualizando a colonização através dos dados geográficos e históricos do Estado do Maranhão para que, assim, possamos compreender como os conflitos ambientais foram surgindo e se intensificando com o passar do tempo, como foi se desencadeando as diferentes formas de ocupação do espaço maranhense que contribuem, na atualidade, na intensificação dos conflitos ambientais que tem se acirrado e a situação de extrema violência no campo e na cidade devido esse modelo imposto pelo capital.

Na terceira parte, apresentamos a área em estudo, as diferentes lógicas de uso e ocupação do território e os conflitos ambientais instalados na luta pela criação da Resex de Tauá Mirim. Discutiremos ainda, sobre o território, os aportes teóricos que nos embasaram, algumas falas dos jovens e das jovens ao falarem sobre os sentimentos que nutrem pelo lugar

ao qual se sentem pertencentes pelas relações que mantêm com o território e todo significado que advém das relações e laços estabelecidos com o lugar.

Na quarta parte, refletimos sobre EA como política pública. Partimos dos conceitos que se aproximam do que acreditamos dentro de emaranhado epistemológico que envolve a EA. Descrevemos a importância dos encontros internacionais, a posição do Brasil. Assim como conceitos, abordagens de diferentes autores e suas divergências, sonhos, utopias e ressaltamos que o atual modelo implantado não tem atendido as camadas menos favorecidas e que vivem em situações de conflitos ambientais.

Na quinta parte, vamos descrever como foi que aconteceu todos o curso de EA, a construção coletiva, as dificuldades encontradas, os conteúdos definidos e trabalhados a partir da realidade local, com a participação dos jovens, das jovens, das lideranças locais. A experiência nas aulas de campo, nos seminários temáticos e da influência da educação popular em todas as etapas do curso.

Na sexta parte, descrevemos de que forma acreditamos que a EA, apesar de todo contexto desfavorável, como a expansão do capital, os investimentos em infraestruturas em todo país que tem excluído, expulsado parte dos povos e grupos sociais e nesse sentido, precisa que sejam eles e elas ouvidos para que decidam sobre o rumo que querem para as suas vidas. Como a EA pode auxiliar no enfrentamento dos conflitos e na construção de cidadãos e cidadãs de forma crítica, atuante e participativa diante da complexidade das relações estabelecidas entre o ambiente natural/social e que apesar de toda complexidade existente houve um avanço na mobilização e na resistência.

E, para finalizarmos, nas considerações finais vamos reafirmando a necessidade da criação da Reserva Extrativista de Tauá - Mirim para a manutenção do modo de vida das comunidades rurais, assim como para a qualidade ambiental da Grande Ilha do Maranhão.

2. MARANHÃO E O PROGRAMA GRANDE CARAJÁS: entre avanços e retrocessos

Iniciar este capítulo enfatizando a Geografia do Maranhão e como aconteceu a ocupação histórica desse estado se deu por dois motivos: o primeiro deles é que sou formada em Geografia e a segunda, para que possamos adentrar na pesquisa partindo do contexto geográfico, social e histórico em que foi formado o estado do Maranhão, entendendo de que forma esses aspectos trazem pontos favoráveis e desfavoráveis para a população maranhense.

De acordo com o Atlas do Maranhão (2006, p.11), o Estado do Maranhão¹¹ está localizado no Litoral Norte do Brasil, ocupa uma área de 333.365,6 km², limitando-se ao Norte pelo Oceano Atlântico, numa extensão litorânea de 640 km. Uma extensa área repleta de diversidades ambientais, culturais e sociais.

Temos, enquanto localização, os seguintes pontos: tendo como base a linha do Equador, o estado do Maranhão fica no hemisfério sul; como base o meridiano de Greenwich está no hemisfério ocidental; Em relação à localização continental, o território maranhense localiza-se no continente Americano – na América Latina e na América do Sul; quanto à localização no país, fica localizado na porção norte do Brasil; e, por fim, na Localização Regional, o Maranhão se localiza na porção ocidental da Região Nordeste do Brasil. (Como pode ser visto na Imagem de número 1).

O Estado tem uma localização geográfica que é percebido por planejadores estatais e empresariais como fator esse de importância estratégica na distribuição política de um território¹² e que serve de diretriz para definir quais políticas públicas devem fazer parte do planejamento regional para o mercado exportador¹³.

Além de formar uma harmoniosa diversidade ambiental. Isso ocorre por ser todo o território distribuído na forma trapezoidal, tendo como limites os seguintes pontos: Norte – Oceano Atlântico; Sul – Estado de Tocantins; Leste – Estado do Piauí e ao Oeste os Estados do Pará e Tocantins. (Como podemos observar na Imagem de número 2)

Segundo Feitosa e Trovão, 2006, p.15 “a partir de 1970, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) determinou uma nova regionalização para o Brasil, as Macrorregiões Geográficas”. O Maranhão e o Piauí passaram a integrar a Região Nordeste,

¹¹ Considera-se a denominação Maranhão devido ao Rio Marañon como a mais apropriada, transferida para a terra maranhense em fase da confusão que reinava entre os primeiros colonizadores que, frequentemente, confundiam a entrada do Golfo do Maranhão com a do Amazonas. Para aprofundar no tema, conferir Feitosa e Trovão, (2006).

¹² Etimologicamente, a palavra território vem do latim “territorium”, que significa pedaço de terra apropriado. Nesse capítulo nos reportaremos ao território no conceito geográfico. Mais à frente, utilizaremos outro conceito de território que fundamentou toda a pesquisa.

¹³ Adentraremos mais adiante no porquê desta afirmação.

fato que ocorreu também na Bahia e no Sergipe, que faziam parte da Região Leste, substituída pela Região Sudeste. (FEITOSA E TROVÃO, 2006, p.15)

Figura 1 A localização do Estado do Maranhão



Fonte: Atlas do Maranhão. Adaptado por Trovão e Feitosa, 2006.

Figura 2 Divisão do Estado do Maranhão em Microrregiões geográficas



Fonte: Atlas do Maranhão. Adaptado por Trovão e Feitosa, 2006.

Ainda tratando dos dados geográficos, o Estado possui características físicas ambientais diferentes em todo seu território. Essas características vão se modificando à

medida que vamos avançando em todo território: é como se o Norte, o Centro-oeste e o nordeste fisicamente se encontrassem no mesmo estado (FEITOSA E TROVÃO, 2006; p. 17).

Apesar de bastante devastada, temos que no Oeste e Noroeste do estado aparecem características amazônicas, fazendo com que os rios perenes e caudalosos sejam os mais comuns e banhem as áreas de solos pobres, mas, a alta umidade e os sedimentos orgânicos depositados ao longo dos muitos e muitos anos, possibilitam uma agricultura de razoável produtividade, já que o clima equatorial e úmido ajuda bastante.

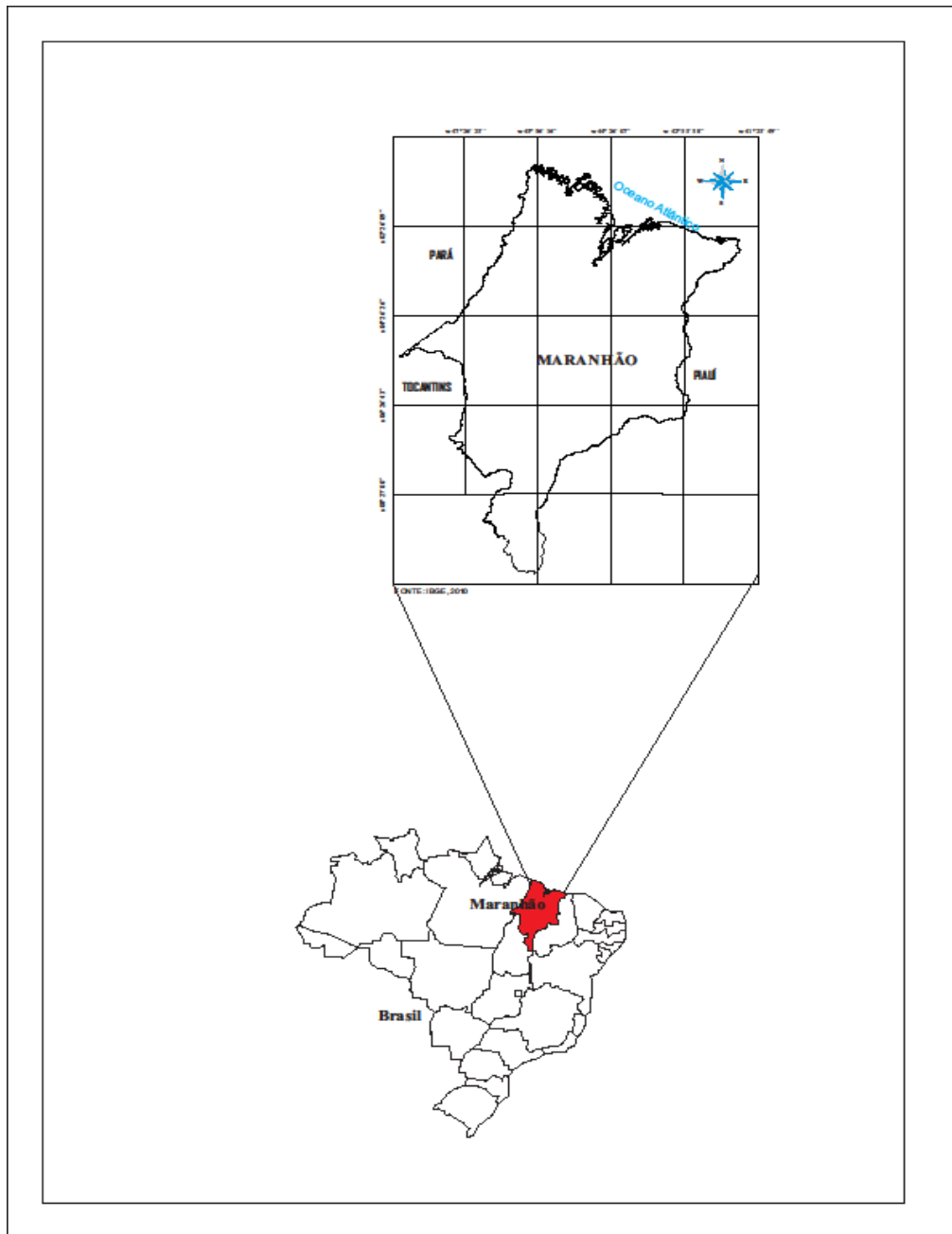
Quando se chega ao Sul do estado, a paisagem muda completamente. Encontramos, então, uma floresta menos densa, muito menos diversificada e chega a ser confundida com o cerrado. A partir daí a topografia muda: “são colinas, que vão se elevando, até formar chapadas, cuevas ou morros totalmente cobertos por campos cerrados, cujo é o relevo mais elevado no centro é o dispersor das principais bacias hidrográficas do Estado; espaço que se caracteriza pelo clima tropical semi-úmido” (FEITOSA E TROVÃO, 2006, p. 17).

Ainda em Feitosa e Trovão (2006, p.17), encontramos que no sentido Centro-leste, a paisagem se modifica: para o Leste, o cerrado continua, às vezes, mais seco; outras vezes, mais denso. “Em direção ao rio Parnaíba, fica mais rarefeito, a ponto de, em alguns trechos, se assemelhar à caatinga; é o carrasco, confundido por muitos como aquela vegetação.”

Em toda a orla maranhense há presença de uma grande extensão de manguezais, principalmente na parte ocidental do estado – característica do litoral amazônico, enquanto na porção oriental, encontraremos um solo arenoso e com dunas, característica do litoral nordestino.

Com toda essa diversidade de paisagem, encontraremos várias denominações ao Maranhão, como é de saber: Meio-norte, Região de Transição, Pré - Amazônica, Amazônia Maranhense e até mesmo Amazônia Legal. No entanto, nada que lembre o nordeste brasileiro. O Maranhão é, no mínimo, um Nordeste diferente (Melo 1983 *apud* FEITOSA E TROVÃO, 2006, p. 17). (Conforme mapa de número 1)

Mapa 1 Posição Geográfica do Maranhão



Fonte: NUGEO,2014

Falar do Maranhão e apresentar os aspectos geográficos desse estado nos ajuda a conhecer e entender até que ponto esses aspectos influenciaram a ocupação de todo território maranhense, desde a colonização e continuam influenciando nas tomadas de decisões locais. No entanto, a ideia inicial não é aprofundar o assunto, até porque a nossa pesquisa tem outro foco. O sentido em apresentarmos aspectos, mesmo que de forma superficial, é para que possamos ter a ideia de que a colonização no Maranhão não foi tão diferente do restante do Brasil, mas apresentou as suas particularidades, o que traz resquícios para os dias atuais.

Dessa forma, após apresentarmos os fatores geográficos, queremos apresentar também alguns aspectos históricos para que possamos ver de que forma as relações estabelecidas desde o Período Colonial até os dias atuais interferem diretamente e indiretamente na formação do povo maranhense e que os conflitos existentes pelo uso e posse do território vem desde os primórdios.

Conforme Cabral:

A conquista e ocupação do Maranhão iniciou-se tardiamente em relação à colonização em outras regiões da colônia. Entretanto o Maranhão sempre esteve presente nas preocupações expansionistas do Estado português. No decorrer do século XVI, os donatários da Capitânia do Maranhão armaram várias frotas com o objetivo de dar início à ocupação de suas áreas (CABRAL, 1992, p.59)

Ainda sobre o território maranhense e sua forma de divisão ao longo da história, devemos mencionar que no ano de 1772, mais uma vez, há uma divisão e, a partir desse ano, o Estado do Grão-Pará se divide e dá origem aos estados do Maranhão e Piauí. Para o Maranhão, permanece a capital em São Luís e a do Grão-Pará, permanece em Belém.

O Estado do Maranhão e Piauí reuniam as capitanias de mesmo nome, fato que permaneceu até o ano de 1811, quando foi conferida autonomia a Capitania do Piauí e instituído o Estado Colonial do Maranhão, logo recebendo nova denominação para Estado do Maranhão, o que prevaleceu até a independência. (TROVÃO E FEITOSA, 2008, p. 19)

O Maranhão chega ao Período do Império com uma nova mudança em sua denominação, passa a ser chamado Província do Maranhão e, junto dessa mudança, foram alterados os seus limites no Oeste e no Sul.

Durante os períodos da Colônia e do Império, as divisões regionais foram compartimentadas por interesses político-administrativos. No Período Republicano, só uma mudança regional ocorreu em caráter político, ainda que sob a justificativa de que era apenas uma mudança técnica.

Tem-se notícias de que várias frotas saíram com o objetivo de ocupar o Norte do Brasil, isso ainda no século XVI, feito pelos donatários da Capitania do Maranhão. O interesse dos europeus (franceses, ingleses e holandeses) em explorar as terras foi intenso.

Nesse sentido Cabral, explica que:

“Os franceses, por sua vez, desde 1524, incursionavam pelo litoral maranhense e, no começo do século XVII, mais precisamente em 1612, com o propósito de permanência, iniciaram a fundação de uma colônia francesa – a França Equinocial, na Ilha que denominaram de São Luís. Iniciou-se efetivamente, pelos conquistadores franceses, a ocupação do território maranhense.” (CABRAL, 1992, p.61)

A ocupação do Maranhão aconteceu de forma linear e a escolha do local para ser a sede da colônia francesa ocorreu devido a sua posição estratégica, que atendia a demanda francesa, e Trovão (2008, p. 10) destaca os seguintes fatores:

- Ser localizada numa ilha, o que dificultaria um confronto com os portugueses;
- Situar-se no centro de um golfo;
- Estar localizada entre duas baías, para onde convergem os rios Mearim, Pindaré e Grajaú (Baía de São Marcos) e Itapecuru (Baía de São José);
- Facilidade de se deslocar pelo mar para o oeste (Amazônia) zona mais úmida e de floresta, favorecendo a exportação de madeira;
 - Facilidade de navegar em direção à costa oriental, área favorecida pela oportunidade de exploração de salinas nos apicuns e lavados e pecuária, nos campos de várzea e nos cerrados.

Em 1612 foi oficializada a fundação da cidade de São Luís. “Foram 3 anos após a ocupação, os portugueses atacaram os franceses que, após lutarem bastante, foram derrotados, voltando assim o Maranhão para o domínio lusitano, cuja principal herança é a representada pela arquitetura colonial.” (TROVÃO E FEITOSA, 2006, p.35).

Todos esses fatores citados são utilizados até os dias atuais, só que em outro contexto, e utilizados para justificar a implantação de diversos projetos de desenvolvimento em todo o estado e na capital maranhense, o que gerou e tem gerado contínuos conflitos em todo o território maranhense – tanto no continente, quanto na Ilha de São Luís. Essa Ilha será o foco da nossa pesquisa, que detalharemos mais adiante, em um capítulo específico, no qual caracterizaremos o conflito instalado.

2.1 O Processo de Ocupação em Terras Maranhenses

Podemos dizer que “os limites geográficos do Brasil de hoje foram estabelecidos graças aos movimentos de expansão acontecidos a partir do século XVI, do litoral Atlântico em direção ao interior do continente”. (VELHO, 1981, p. 11)

No Maranhão, essa expansão não foi diferente. Foram duas as frentes de ocupação do espaço maranhense. A primeira, a frente litorânea, que estava sob o controle da coroa portuguesa e que para “concretizar tal meta política, para ocupar o espaço pretendido, foi preciso vencer a resistência dos habitantes locais – os índios” (CABRAL, 1992, p.62).

Esse plano de expansão foi preestabelecido. Os indígenas tentaram resistir e ao subjugar-los, os portugueses resolveram dois problemas: ocuparam a terra e encontraram mão-de-obra. Cabral (1992) afirma que “No caminho da expansão territorial, do devassamento ou da conquista, o primeiro passo, como frisamos, foi quebrar a resistência oferecida pelos índios, dominá-los”.

Em adição a essa proposta, Trovão (2008, p. 13) diz que “Os mecanismos desenvolvidos para utilizar o braço indígena não foram de maneira nenhuma pacífico, sendo quase sempre com requintes de violência, em forma de sujeição religiosa (a catequese), destruição e escravidão de grande número de indivíduos de inúmeras nações indígenas do Maranhão”. Ainda de acordo com esse autor, podemos afirmar que a frente litorânea partiu da Ilha de São Luís e se distribuiu em seis direções, indo pelo “mar e pelos rios uma vez que esses representavam na época as únicas vias de ocupação”. (TROVÃO, 2008, p. 14).

Nesse processo, a influência das ordens religiosas foi muito significativa e só diminuiu quando o reinado de D. João I, com o cerceamento do poder temporário dos missionários sobre os aldeamentos indígenas e logo após com a expulsão dos jesuítas.

A outra corrente de expansão é conhecida como Frente Pastoril e a mesma se deu através do pastoreio que avançava do sertão nordestino – ao ter que passar dos engenhos mais próximos do litoral, o boi abriu caminho em direção ao sertão.

“A vasta extensão do litoral, o cenário fisiográfico onde o relevo colaborou para a concentração na foz dos rios e do golfão maranhense, os problemas enfrentados pelas três expedições, os sucessivos donatários, a ocupação só se processou oficialmente com a presença francesa, legitimando-se, no entanto, após três anos, com a pose definitiva da Coroa Portuguesa” (TROVÃO, 2008, p. 33).

Não podemos deixar de citar os estados de Pernambuco e Bahia, pois esses eram os centros defensores do gado, a abundância de terras era infindável, muitos pastos naturais. E apesar de tardia e cheia de conflitos, entendemos que “o movimento colonizado e que se espacializou no planalto maranhense pelo Sul tem seu cordão umbilical nas caatingas nordestinas” (CABRAL, 1992, p. 22).

As duas frentes de colonização do Maranhão foram se encaminhando de forma diferente uma da outra, sendo que o povoamento, o aproveitamento econômico das terras maranhenses, deixaram marcas profundas no processo de colonização e condicionaram a formação de grupamentos sociais com particularidades próprias.

Candido Mendes, em 1852, fez uma descrição desse povoamento, percebendo a diferença entre as frentes presentes no processo de colonização do Maranhão. Esse autor defende que

há uma notável diferença entre a população oriunda da colonização que entrou pelo litoral e a outra (que entrou pelo interior): a primeira é de costumes mais amenos, a segunda é menos civilizada, e ressentem-se em extremo de sua origem. Daí provém a chamar-se no interior da Província do Maranhão aos sertanejos ou habitantes do campo – baianos. (CABRAL, 1992, p. 64).

Mesmo com uma notável carga de preconceito, podemos perceber, a partir dessa descrição, que as diferenças encontradas em todo o estado do Maranhão apresentam relação com a sua ocupação, sendo bastante perceptível a cultura, hábitos e costumes diferentes em todo território maranhense.

Em ambas as frentes, percebemos a predominância da grande propriedade, a violência no domínio dos povos indígenas – a mão-de-obra escrava foi utilizada em todo processo de colonização.

As frentes de colonização foram adentrando o interior e se encontraram no sertão maranhense. No entanto, “a frente pastoril tem suas raízes na corrente pastoril baiana, que por sua vez está ligada a agroindústria açucareira” (TROVÃO, 2008, p. 18).

Trovão (2008) destaca também as particularidades que identificam a ocupação do sertão. Dentre elas:

- Essa ocupação aconteceu 118 anos após o início da ocupação do litoral;
- Devemos considerar a importância do gado para a expansão econômica e açucareira;
- A ocupação ocorreu pela necessidade de transporte da cana-de-açúcar entre a área de produção e a área de industrialização;
- Como força motriz para movimentar os engenhos;
- Como alimento básico no fornecimento de carne e leite;
- O couro para a utilização na confecção de artefatos domésticos, como (cadeiras, camas, tamboretas (mocho), baús e alforjes; para transportes de grãos, objetos, e às vezes para alimentar animais (cavalos e jumentos) amarravam a cabeça dos mesmos com alforje repleto de milho ou similares;
- A lenta decadência da atividade açucareira;
- O enfraquecimento das relações econômicas da pecuária com a economia açucareira;
- A demanda do mercado, que incentivou a expansão;
- A expulsão do pessoal ligado à indústria açucareira que se engajou nos rebanhos;
- O caráter ultra extensivo da pecuária;

- O nível de investimento baixíssimo na pecuária.

O avanço contínuo, embora lento, foi propiciado pelo grande vazio demográfico no sertão maranhense, como também pela inexistência de fronteiras e, já em meados do século XVII, os vaqueiros e seus senhores foram ocupando diversas fazendas e criando novos municípios.

Nesse contexto, as frentes de ocupação iam se encontrando em diversas direções. A paisagem ia mudando, as vegetações iam sendo alteradas. Em decorrência disso, os vaqueiros foram procurando outros campos contínuos e, no século XIX, todo o vale foi se ocupando.

Com o sertão ocupado, os fazendeiros buscavam chegar a São Luís pelo Rio Grajaú, usando os rios até chegar pela baía de São Marcos e, mais uma vez, as frentes de expansão se encontravam por rotas diferentes.

Ainda no processo de ocupação do território maranhense, houve a chamada Frente de ocupação dos migrantes da seca e dos expropriados do Nordeste, que foi ocorrendo de forma gradual, passando pelos vales úmidos, pela floresta amazônica de forma esparsa e à medida que ia se aproximando da floresta, ia gradativamente devastando-a.

Os nordestinos chegavam ainda timidamente, em busca de terras disponíveis e fugindo das secas e “encontraram nas terras maranhenses aquilo que não tinham no seu estado de origem: terras abundantes e devolutas, índice pluviométrico satisfatório e solo úmido, graças à cobertura arbórea e a presença constante das chuvas” (TROVÃO, 2008, p.25).

Não podemos deixar de citar que em todo esse processo de ocupação predominou a violência e os fazendeiros ocupavam os campos que antes eram ocupados pelos povos indígenas que tinham que recuar devido ao uso de armas de fogo. Vale ressaltar ainda que em todo território maranhense não foram somente os africanos que sofreram, já que os povos indígenas eram e ainda são, os poucos que restam, os verdadeiros donos do território e viram seus espaços sendo invadidos, sua forma de vida ameaçada e, em muitos casos, até etnias inteiras dizimadas, gerando muitos conflitos durante o século XVIII até os dias atuais.

Já adentrando no século XIX e como consequência de tantos conflitos e perdas de muitos indígenas, houve uma trégua e como nos diz Trovão: “Dentre os fatores que contribuíram para essa “paz”, destaca-se a quebra de resistência dos índios pelas grandes perdas humanas, socioculturais e econômicas sofridas” (TROVÃO, 2008, p. 30)

Nesse interim, criadores de gado e indígenas passaram a se entender e começaram a usar as ferramentas usadas pelos de origem europeia e algumas serviram de instrumentos de paz entre os mesmos. Porém e sem auxílio do Estado, os indígenas eram abandonados, e

alguns dentre eles passaram a roubar gados e surgirem novos conflitos após ter sido realizado o aldeamento da etnia Kapietrã.

Ainda nesse período, os indígenas ficaram expostos a doenças e uma delas, a varíola, dizimou uma parte deles. Outra parte conseguia fugir e assim, espalhando a varíola por todo sertão maranhense e, mais uma vez, outra parte de indígenas foi dizimada, já que a doença era, até então, desconhecida.

Algumas etnias foram enganadas com a promessa de paz e no intuito de fornecer armas para uso dos índios, foram induzidos a deixarem a mata que os protegiam e num confronto aberto acabaram sendo abatidos e vendidos em leilão numa cidade próxima.

Observamos que os recursos marinhos pluviais e lacustres estavam no centro dos núcleos, e nos estuários, avançando assim, à montante dos rios, o que promoveu um povoamento linear-ribeirinho, se estendendo aos grandes rios¹⁴.

Após um século, foi à vez do sertão que, apesar de ter como foco as pastagens, de certa forma, não ficou afastado dos rios, o que acentuou uma área de baixa ocupação colonial entre o sertão e o litoral maranhense.

Quase um século depois, a Amazônia Maranhense e a mata tropical de transição foram sendo ocupadas atingindo todo lado Leste-Oeste, já com uma lavoura itinerante e uma vida seminômade. Por outro lado, nesse momento, São Luís estava em decadência econômica.

Em contrapartida o arroz revitalizou a economia rural, uma vez que os espaços vazios do algodão foram preenchidos, ao mesmo tempo em que as cidades portos fluviais se reequilibraram pelo escoamento da produção que só foi deixado de utilizá-las com a interiorização da rizicultura, fazendo surgir os pequenos povoados rurais, cuja cultura e hábitos tipicamente nordestinos se diferenciaram dos costumes de origem portuguesa (TROVÃO, 2008, p. 34).

Surgiram então, dois perfis sócio-humanos: dos portugueses com herança escravocrata e os novos de “virtudes” nordestinas, os cearenses e piauienses.

O caos econômico na capital maranhense retardou a ocupação urbana da ilha, já que tinha perdido a exportação de algodão, estagnou no tempo, fazendo com que toda a sua arquitetura de origem portuguesa fosse preservada.

E então, bem mais tarde, com a chegada das multinacionais, atraídas pela criação do Porto do Itaqui, São Luís passou por novo processo de crescimento urbano e econômico, porém de forma desordenada e com forte concentração de renda.

¹⁴ Rios Itapecuru, Mearim, Grajaú e Pindaré com grande navegabilidade e que contribuiu para o povoamento acontecer de forma linear. Maiores detalhes poderão ser encontrados em Trovão (2008).

A historiografia maranhense é quase nula de pesquisas sobre o processo colonizador. Esse é um dos motivos de escolha de uso dos autores citados nessa etapa do trabalho, que apresentam, na maioria das vezes, a história contada sob a ótica do colonizador.

Contextualizamos a história da ocupação do território maranhense desde o início e no próximo item trataremos mais especificamente dos avanços e retrocessos do Programa Grande Carajás no Estado do Maranhão, os resquícios, mazelas e conflitos existentes desde o início do processo colonizador.

Encontramos nos dados sobre a ocupação do território maranhense na década de 1970 a forte presença dos gaúchos, que modificaram toda a paisagem do sul maranhense, principalmente com a rizicultura e a plantação de soja e, a partir desse momento, há toda uma complexa estrutura formada no intuito de “desenvolver” o estado.

2.2 ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS: O programa Grande Carajás

A forte presença da igreja em ação conjunta com o Estado foi de certa forma decisiva na meta da Coroa Portuguesa para a conquista do Maranhão pelo litoral. Disciplinados pelo Estado, que deu todas as diretrizes para os colonizadores portugueses, o que possibilitou pôr fim a formação “das bases territorial e administrativa e de uma ideologia que viabilizou posteriores projetos econômicos nos moldes mercantilistas e influenciaram o elevado desenvolvimento cultural que conheceu São Luís” (CABRAL, 1992, p.219)

Com a grande lavoura exportadora a partir de meados do século XVII, chegando nos sobrados e mirantes da Ilha de São Luís, capital do Estado do Maranhão, mostrando o êxito da empresa portuguesa, “ao lado do crescimento econômico, verificou-se, a partir do início do século XIX, o desenvolvimento de uma elevada cultura elitista que possibilitou a São Luís o título de Atenas Brasileira” (CABRAL, 1992, p.219).

Na Atenas Brasileira, predominou a grande propriedade em ambos os processos de colonização. O comércio com produtos de exportação e o de carne de boi e couro diversificava as atividades econômicas o que influenciou fortemente a formação de hábitos e costumes de cada uma das regiões ocupadas em todo estado.

Claro que não faltou violência, extermínio de algumas etnias indígenas, mão-de-obra-escrava, sem falar que o “poder autocrático dos senhores rurais, foi marco também dominante nas duas frentes colonizadoras” (CABRAL, 1992, p.221).

Devemos ainda citar que a ação dessas frentes colonizadoras gerou com mais intensidade “conflitos” interfamiliares de grandes proporções, e provocando tensões entre o poder local e provincial (CABRAL, 1992, p.221).

Sendo o Maranhão considerado um dos estados integrantes da Amazônia Legal¹⁵, Almeida (2008) nos alerta que “O argumento de insuficiência demográfica ou de baixa densidade populacional, considerado em si, consiste num risco por mais de uma vez ter aberto as portas para a assertiva de espaço vazio nas justificativas dos programas e projetos desenvolvimentistas, contrariando a representação de espaço social e de territorialidade específica de diferentes etnias e comunidades e provocando conflitos sociais”, sendo esse conflito trabalhado e identificado nessa pesquisa como conflitos ambientais¹⁶ utilizados e definido conforme Acsegrad (2004, p. 26).

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas pelos impactos indesejáveis... decorrentes do exercício de prática de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc.

Esse será um os nossos principais referenciais teóricos utilizados nessa pesquisa.

Ao tratarmos da Amazônia Brasileira, vale a pena lembrar que esse discurso de vazio demográfico tem sido utilizado desde a ditadura militar e é retomado através de grandes projetos de desenvolvimento, que já constitui um dos desdobramentos da modernização do país.

Após o golpe militar de 1964, a iniciativa privada, sendo ela brasileira ou internacional, assim como grandes agências internacionais de financiamento, investiram fortemente num modelo de desenvolvimento¹⁷ que previa a industrialização do Brasil que precisava se “desenvolver”.

¹⁵A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em oito de maio de 2008 governo federal, considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira. <http://www.ipea.gov.br/> - O que é Amazônia Legal? 2008. Ano 5. Edição 44 - 08/06/2008

¹⁷O desenvolvimento foi, por várias décadas, aquela ideia que, como um altíssimo farol orientando marinheiros até a praia, guiava as nações emergentes em sua viagem pós-guerra. Ao se libertarem do jugo colonial, todos os

Sachs, diz que

O farol do desenvolvimento foi construído pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Com o colapso dos poderes coloniais europeus, os Estados Unidos encontraram a oportunidade de da dimensão global à missão que lhes havia sido legada por seus fundadores: de ser a “luz no cimo do monte. (SACHS, 2000, p.11)

Conceito esse que foi se espalhando, de modo que outras nações quisessem seguir os seus passos.

Nessa mesma direção, nas bandas do Maranhão surge “o advento da chamada “Lei Sarney de Terras¹⁸” (Lei n. ° 2.979, de 17 de julho de 1969), que baseada, na concepção de aquisição monetária das terras devolutas, anunciou um ambicioso projeto para explorar e desenvolver a Amazônia. Como parte desse projeto, havia a necessidade de implantação de infraestrutura¹⁹, especialmente a construção da rede rodoviária. A partir da Transamazônica, portanto, foram construídas várias outras rodovias decorrentes da implantação desse projeto, com sérias repercussões no aspecto da ocupação fundiária da chamada fronteira agrícola do Estado (PEDROSA, 2012, p. 22).

Várias empresas vindas de fora do Maranhão eram atraídas por valores de terras baixíssimos. Tudo isso, partindo de um plano maior que era de garantir e efetivar esse modelo de desenvolvimento já citado anteriormente. Sendo assim, o governo federal em parceria com o governo estadual planejou a modernização na infraestrutura básica através de construção de grandes estradas de rodagem, aeroportos, ferrovias, portos, usinas hidrelétricas para atender as empresas e com o discurso de trazer trabalho e renda para o estado.

Há três décadas, presenciamos o desdobramento do projeto desenvolvimentista que inclui estratégias que “levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio estado e estados vizinhos” (SANT’ANA JÚNIOR *et all*, 2009, p. 20) Todo esse aparato está interligado a várias formas de explorar os recursos naturais, formas de escoamento e traslado do que é extraído. E, ainda,

extensa rede de estradas de rodagem cortando todo território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando as grandes minas do sudeste do Pará ao litoral maranhense (administrada pela Companhia Vale do Rio Doce, conhecida atualmente como VALE); o Complexo Portuário de São Luís, formado pelo Porto do Itaqui (administrado pela estatal Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP), Ponta da Madeira (pertencente a VALE) e da

países do Sul, fossem estes democratas ou ditaduras, proclamavam como sua aspiração primordial” (SACHS, 2000, p.11).

¹⁸ Lei instituída no Governo do Estado do Maranhão pelo então Governador José Sarney.

¹⁹ Optamos por deixar a grafia original, apesar de nos dias atuais com a reforma ortográfica essa palavra não é mais separada por hífen.

ALUMAR (pertencente ao Consórcio Alumínio do Maranhão, subsidiária da multinacional do alumínio Alcoa); a hidrelétrica de Estreito e a Termoelétrica do Porto do Itaqui” (SANT’ANA JÚNIOR *et all*, 2009, p. 20).

Ainda temos outras grandes obras espalhadas em todo território da Amazônia brasileira, entre eles: a monocultura de eucalipto, monocultura agrícola extensiva de soja, sorgo, milho; projetos de reflorestamento, madeireiras, que atuam de forma ilegal na região da Pré-Amazônia maranhense; criação de búfalos na baixada maranhense; pecuária bovina extensiva e carcinicultura no litoral maranhense. Todos esses projetos trazem consequências nefastas para as comunidades e povos tradicionais²⁰, além de intensificar os conflitos ambientais pela posse, uso e ocupação do solo.

Esses conflitos têm se configurado com mais intensidade desde a década de 1980. No entanto, nos últimos anos tem se intensificado a situação de dificuldades das comunidades que vivem sobressaltadas pelos constantes constrangimentos sofridos e pela insegurança de em qualquer momento serem deslocadas compulsoriamente²¹ dos seus lugares para dar espaço à continuidade desses empreendimentos para exportação dos recursos explorados em toda essa cadeia de empreendimentos.

Surgido a partir da chegada de colonizadores, historicamente, vemos o conflito pela terra agravar-se. O Maranhão contemporâneo, por exemplo, encontra-se repleto de grupos sociais que lutam pela não expulsão de suas terras, como indígenas, quilombolas e extrativistas. Portanto, é a partir da compreensão da longa duração dessas expropriações que podemos entender a problemática entre povoados tradicionais, empresas e governos em São Luís (JESUS, 2014, p. 04)

Observamos que existe uma lógica diferenciada diante a noção de território e na apropriação dos recursos naturais ainda observadas na experiência de campo e que está relacionada também com a noção de pertencimento, lugar. Já que o conceito de território pode abranger múltiplos significados, desde área delimitada por limites geográficos até limites simbólicos, como áreas de culto, por exemplo, (CARVALHO, 2009).

²⁰Conforme instituído pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais por meio do decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, artigo 2º, inciso I que define povos e comunidades tradicionais: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

²¹Almeida define deslocamento compulsório como sendo “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e rever os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos” (ALMEIDA, 1996, p. 30).

Nesse contexto de conflitos, as pesquisas vão se ampliando e partindo da demanda e necessidade no processo de luta dos casos empíricos e do campo de pesquisa rico em detalhes, surge o Curso de Extensão universitária na zona rural II de São Luís, objeto dessa pesquisa.

2.3 ILHA DO MARANHÃO E A RESEX DE TAUÁ MIRIM: palco disputas e conflitos ambientais

Figura 3 Ilha de São Luís



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+da+Ilha+de+São+Luís>

A figura 3 nos mostra a Ilha de São Luís²². A Ilha possui uma extensão territorial de 1.462,4 Km² e abriga um conjunto de ecossistemas que resulta em uma paisagem singular, incluindo manguezais, dunas, restingas, brejos e babaçuais. Constitui, assim, um espaço relevante para a conservação da vida silvestre (IBAMA, 2007).

A Ilha está situada na Região Costeira do Estado do Maranhão, tendo como limites ao norte: o Oceano Atlântico; ao sul: a baía de São José e o Estreito dos Mosquitos; a leste com a baía de São José e a oeste com a baía de São Marcos nas coordenadas 02°22'23" e 02°51'00";

²²Como é mais conhecida a Grande Ilha do Maranhão.

Lat. Sul; 44°26'41" e 43°59'41" de Long. Oeste ²³ e a baía do Arraial está localizada a Lat. 2.75 e Long. 44.2333.

Formando a Grande Ilha o Maranhão, temos além de São Luís, os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, que juntamente com os municípios de Alcântara, Bacabeira, Rosário e Santa Rita, que ficam no continente, compõem a Região Metropolitana.

O fato de estar localizado em uma ilha, margeada pela Baía de São Marcos, que possui águas muito profundas, faz com que o município de São Luís seja percebido como estratégico para o crescimento econômico do Brasil, como pode ser constatado na seguinte citação:

São Luís apresenta características naturais e construídas favoráveis para a implantação de grandes projetos. Ligada ao Oceano Atlântico, uma das mais marcantes características naturais é a Baía de São Marcos, com profundidade natural mínima de 23 metros e, assim, adequada para navios de grande calado (CARVALHO; CIDADE, 2014).

Isso possibilita que não só a Ilha, mas o “estado do Maranhão seja hoje visto pelos grandes empreendimentos privados como um local de “oportunidades e investimentos em novas plantas industriais, pela privilegiada posição geográfica e pela profundidade das águas da Baía de São Marcos, localização do Porto do Itaqui” (MOREIRA, 2015, p. 41),

fator esse que coloca o estado como “entreposto de *commodities*, ou melhor, permanece gerando divisas para um pequeno grupo concentrador de capital e distribuindo os prejuízos entre as comunidades próximas às grandes instalações industriais. Investir em demandas de infraestrutura logística, mineração, agronegócio não resolveu e nem resolverá sucessivos bolsões de miséria “supridos” pelos longos anos de expropriação de terras nas comunidades da Zona Rural de São Luís “(MOREIRA, 2015, p.41)”.

Toda essa situação de conflito, palco de disputas desiguais, já que desde a implantação dos projetos de desenvolvimento na Ilha, as comunidades já conseguem perceber os sinais de contaminação dos recursos hídricos locais, assim como a diminuição dos pescados que afeta diretamente a segurança alimentar das comunidades da zona rural II do município.

Percebe-se notoriamente que a sociedade e o ambiente têm sido alterados, seja de forma direta ou indireta devido ao processo industrial implantado ao entorno das comunidades. Com a chegada da VALE e a ALUMAR²⁴ em São Luís, ainda na década de 1970, um dos maiores impactos sociais causados pela inserção de atividades industriais na Ilha, especificamente na zona rural, deu-se com o deslocamento de inúmeras famílias.

²³Maiores informações podem ser encontradas no documento intitulado Situação Ambiental da Ilha do Maranhão. Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. – São Luís: IMESC, 2011.

²⁴CVRD - Companhia Vale do Rio Doce atualmente conhecida como VALE e ALUMAR é a denominação para o Consórcio Alumínio do Maranhão, formado pelas multinacionais Alcoa e BHP Billington.

Famílias essas que se viram de uma hora para outra sem seus territórios²⁵, indo para lugares que não ofereciam as mesmas condições ambientais e naturais para a produção de agricultura de subsistência, assim como a pesca artesanal, gerando ainda o aumento da violência e os conflitos entre as comunidades, além da perda de laços culturais (a cultura popular e manifestações religiosas próprias).

Podemos identificar alguns impactos causados e alterações ambientais decorrente da implantação desses grandes projetos (Ver Quadro 01).

Quadro 2 Matriz de Impactos

IMPACTOS – MEIO BIOFÍSICO
Alteração das condições climáticas locais
Alteração da qualidade do ar
Alteração da qualidade do solo
Alteração da qualidade e quantidade dos recursos hídricos
Alteração ou destruição de habitats
Diminuição da produtividade dos ecossistemas
Deslocamento ou perda da fauna
Destruição de áreas de preservação permanente
IMPACTOS – MEIO ANTRÓPICO
Impacto visual
Desconforto ambiental
Riscos á saúde humana
Destruição de ambientes já existentes
Perda de traços culturais
Alteração ou perdas de sítios arqueológicos

²⁵ Trataremos especificamente alguns conceitos de territórios mais à frente.

IMPACTOS – MEIO ANTRÓPICO
Destruição ou perda de Patrimônio arquitetônico
Alteração do turismo local
Possíveis acidentes (ferimentos e mortes)
Redução da produtividade agrícola
Aumento populacional
Aumento da atividade comercial
Aumento da demanda de serviços públicos
Perturbação da vida comunitária
Capacitação da força de trabalho
Sobrecarga da infraestrutura
Aumento da arrecadação tributária
Alteração do modo e vida comunitária
Alteração no modo de vida socioculturais
Limitações das opções o uso desolo
Valorização/desvalorização imobiliária

Fonte: CARVALHO, 2008, p.68

Conforme podemos verificar no quadro de número 1, todos esses aspectos identificados contribuíram para que as comunidades da zona rural II de São Luís, desde 1996, buscassem alternativas de controle de seu território e pleiteassem junto aos órgãos ambientais, desde 2003, a criação de uma Unidade de Conservação²⁶ (UC) prevista no Sistema Nacional

²⁶ Sistema Nacional de Unidades e Conservação, instituída pela Lei 9.985/2000 prevê dois tipos de unidades de conservação: 1) de proteção integral e 2) de uso sustentável.

de Unidades de Conservação (SNUC) na modalidade de Reserva Extrativista²⁷, na tentativa de proteger o território secularmente ocupado e seu modo de vida.

“A solicitação de instalação da Reserva Extrativista configura-se, atualmente, como desdobramentos conflituosos que surgiram da mobilização crescente dos povoados ameaçados pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento na Ilha do Maranhão” (SANT’ANA JÚNIOR et all., 2009, p. 24). Uma área com amplo espelho d’água, num total de 16.663,55 hectares e um perímetro de 71,21 km² e fazem parte desse território as comunidades de Cajueiro (parte da comunidade, denominada Parnauçu), Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim, ainda abrange uma parte da Vila Maranhão e a Ilha de Tauá Mirim²⁸, na qual estão os povoados Amapá, Embaúbal, Portinho, Jacamim, Portinho e Tauá - Mirim²⁹.

Em princípio, a Reserva pleiteada pelas comunidades seria denominada de Resex do Taim, que é o nome de uma das comunidades que iniciou a luta pela garantia do território juntamente com a comunidade do Rio dos Cachorros, sendo as precursoras da luta. Após consulta aos povoados e organizações sociais das mesmas, ficou decidido que o nome mudaria para Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, por isso consta nos documentos legais para a criação da Resex como o Laudo Sócio - econômico e Biológico para a criação da Reserva Extrativista do Taim³⁰.

No Mapa 2 está a demarcação atual para a criação da Resex de Tauá Mirim depois de algumas negociações junto aos órgãos ambientais responsáveis. O processo de criação da Reserva tramita desde 2003, e um dos entraves para sua oficialização é a ausência de uma carta de aceite do governo do estado do Maranhão.

As comunidades que viram, desde 2004 seus territórios ameaçados mais uma vez para a implantação de um polo siderúrgico, proposto pelos governos federal, estadual e municipal. Desde então, todas as manobras estão sendo realizadas no intuito de transformar parte da zona rural II de São Luís em zona industrial ou portuária, o que tem intensificado os conflitos ambientais.

²⁷ Reserva Extrativista: Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000).

²⁸ Segundo Beto do Taim em entrevista concedida aos pesquisadores do GEDMMA Ana Caroline Pires Miranda, Maiãna Roque da Silva Maia e Rafael Gaspar Bezerra no dia 24/03/2007, a Ilha de Tauá - Mirim quando é maré cheia constitui-se um arquipélago, voltando, a condição de uma única ilha na maré vazante.

²⁹ Comunidades onde foi realizado o Curso de Extensão Universitária intitulado: Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís -MA objeto de análise dessa dissertação que veremos mais a frente em maiores detalhes.

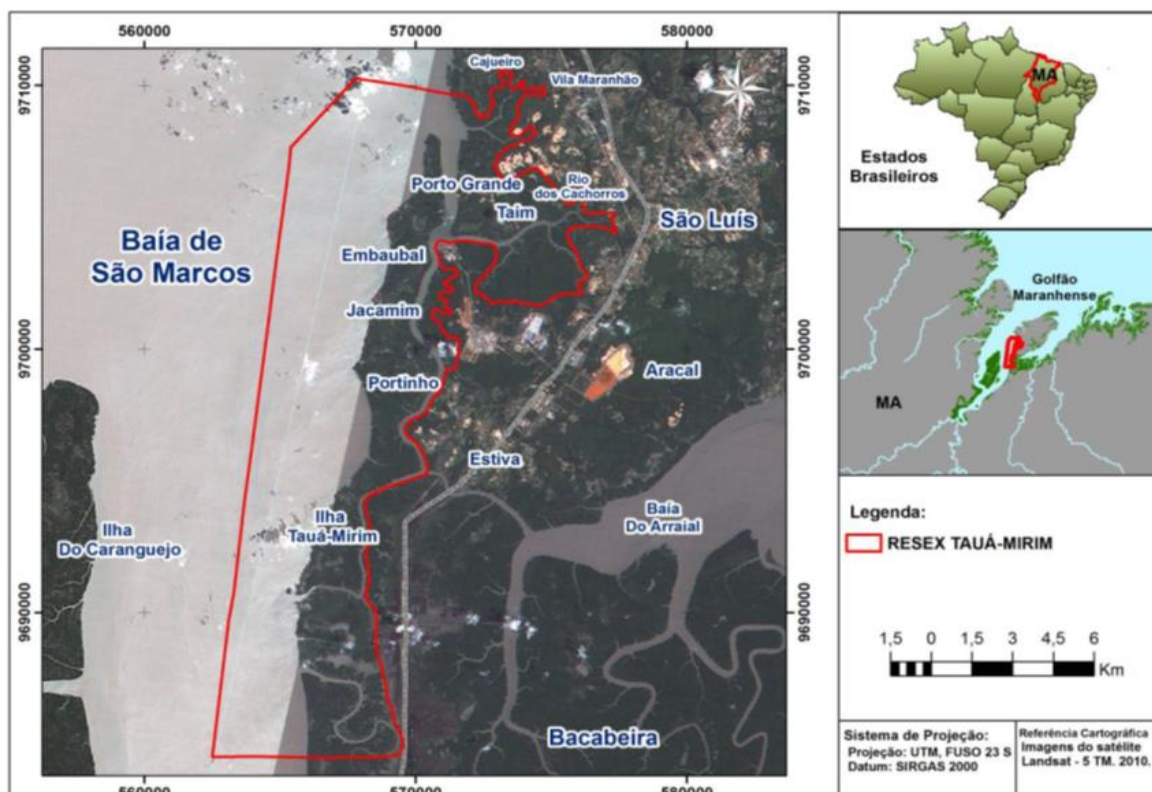
³⁰ Mantemos a grafia original do documento antes da reforma ortográfica.

O planejamento de um polo siderúrgico para São Luís constitui-se em desdobramento do Programa Grande Carajás (PGC), pois seria composto de três grandes usinas siderúrgicas para a produção de placa de aço e duas para a produção de ferro gusa, beneficiando em larga escala a produção de minério de ferro obtido na região de Marabá, no sudeste do Pará (CARVALHO, 2009, p. 29). Esse planejamento de um megaempreendimento colocou mais uma vez em risco a vida das comunidades, sendo que a possibilidade do deslocamento compulsório de aproximadamente 14.500 pessoas que surgia no planejamento do governo e das empresas aconteceria sem ao menos terem a chance e serem ouvidas, já que as audiências públicas realizadas cumpriam mero trâmite exigido pela legislação ambiental, o que requereu maior mobilização e resistência por parte das mesmas.

3. A ZONA RURAL DE SÃO LUÍS: O CONFLITO INSTALADO ENTRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADO PELOS GOVERNOS FEDERAL E MARANHENSE

As comunidades rurais que foram estudadas visando identificar elementos de outra possível educação ambiental estão localizadas no sudoeste da Ilha do Maranhão e foram, para realização do Curso de Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís - MA, agrupadas em dois núcleos pelos pesquisadores do GEDMMA: Rio dos Cachorros, Taim, Limoeiro, Cajueiro, Porto Grande, Vila Maranhão formando o Núcleo Taim e Portinho, Jacamim, Embaubal, Ilha Pequena, Amapá e Tauá – Mirim formando o Núcleo Tauá - Mirim³¹. Essas comunidades, desde 2003, vivem situações identificadas pelas pesquisas do Grupo de Estudos, Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente³² (GEDMMA) como conflitos ambientais. (Área pleiteada pelas comunidades rurais – RESEX de Tauá - Mirim - Mapa 2)

Mapa 2 Localização da área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim



³¹Divididas em núcleos para melhor viabilizar e garantir a participação efetiva de representantes da juventude de todas as comunidades pela distância física entre as mesmas, no Curso de Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA.

³² Grupo de Estudos, Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, vinculado ao Programa de Pós graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCS/UFMA); integrante do Colegiado da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) desde 2010. Mais à frente explicaremos melhor sobre a RBJA.

Fonte: LOBATO, 2016.

No processo de implantação da RESEX de Tauá-Mirim enfrentam-se lógicas distintas de apropriação dos recursos ambientais, noção de território, contagem de tempo, entre outras, que são fatores imprescindíveis para se compreender os embates resultantes desse encontro de grupos variados (MENDONÇA, 2006).

Os olhares diferentes, quanto a forma de uso do território tem gerado conflitos intensos nas comunidades que lutam para a criação da Resex de Tauá Mirim.

Nos trabalhos de campo, nas conversas informais e nas audiências públicas ocorridas durante o ano de 2015 quando mais uma vez o governo municipal tenta modificar a Lei de Zoneamento, Parcelamento, de Uso e Ocupação do Solo³³ alterando boa parte da área rural da Ilha na tentativa de priorizar a ampliação da zona industrial e portuária de São Luís, percebemos que a relação que as comunidades (incluindo os jovens³⁴ que participaram do curso de EA) têm com seu território ancestralmente ocupado é antagônica ao modelo de desenvolvimento que os governos (estadual, municipal e federal)³⁵ querem implantar.

Ao realizarmos as entrevistas, tivemos momentos de muita emoção, nos relatos das lideranças locais principalmente (por serem mais velhos e por estarem no enfrentamento há mais tempo), como as lembranças da infância, da juventude, sempre relacionada com o lugar, com o sentimento de pertencimento³⁶, identidade³⁷ e como este está diretamente associado à natureza e que a possibilidade de serem deslocados de forma compulsória geram dúvidas e incertezas quanto aos seus destinos.

Faz-se necessário destacar a existência da noção diferenciada de território que os grupos envolvidos têm. O conceito de território pode abranger múltiplos significados, e usaremos como base teórica dessa pesquisa definições com as quais fomos nos identificando

³³ Estamos falando da Lei Municipal nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992 que foi modificada em 2005 com a premissa básica de facilitar a implantação de indústrias em áreas anteriormente consideradas rurais, quando determinou que 1.063,6088 destas áreas fossem convertidas em zona industrial. Ver Carvalho (2009, p. 45).

³⁴ A princípio, no curso de Educação Ambiental, pretendíamos trabalhar com jovens de 16 a 29 anos idade, no entanto, as lideranças e jovens mais próximos solicitaram a inclusão de pessoas com diferentes idades. Vale ressaltar que o Estatuto da Juventude, Lei de nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 que institui o Estatuto da Juventude, dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) em seu Art 1º, parágrafo § 1º consta que: "(...) são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade." Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.

³⁵ O estado do Maranhão está na rota marítima devido a profundidade calado da Baía de São Marcos que permite navios de grande calado e que possibilita economia no escoamento das produções industriais implantadas com financiamento do governo federal. (Nota de caderno de campo)

³⁶ Trataremos de forma mais aprofundada um item específico sobre o sentimento de pertencimento e lugar.

³⁷ A identidade é realmente algo formado, ao logo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente no momento do nascimento (HALL, 2006, p. 38).

no decorrer das visitas de campo, no acompanhamento das comunidades em suas lutas diárias pela posse e uso do território.

3.1 TERRITÓRIO EM DISPUTA: a construção de um território comum

O conflito instalado no território base dessa pesquisa se remonta desde a forma como foi ocupado todo o espaço no período da colonização do espaço maranhense.

Com base nas pesquisas realizadas pelo GEDMMA³⁸, compreendemos que território então assume distintos significados em diferentes sociedades e/ou grupos sociais. Gottmann (1973/2005, p.27) “ênfatiza que a ideia de território já existia e era debatida no século XV, ligadas a questões políticas inerentes à época”. Foi através da ocupação do chamado Mundo Novo, que correspondia, para a classe dominante de alguns países europeus, a *novos* territórios para dominação e exploração. A imposição dessa lógica do grupo dominante sobre o grupo dominado se dá até os dias atuais, pois o mesmo passa a ser compreendido para além de abrigo, ou seja, como um receptáculo de investimentos econômico. Ressaltamos, no entanto, que:

A lógica prevalecente no seio dos grupos dominantes do Estado, empresas e gestores é a do *espaço* territorial constituído independente das relações sociais e que deve responder aos interesses do sistema econômico vigente. Por serem lógicas conflitantes, instaura-se um conflito; envolvendo questões para além das concepções espaciais e simbólicas dos indivíduos, como também modos de se apropriar do meio ambiente, é traçado um conflito ambiental (ACSELRAD, 2004).

Para os mercantilistas, o território abre portas para a liberdade de competição e mais oportunidades de acúmulo de capital. Eles acreditam que haja uma serventia que vai para além de habitat do homem, voltando-se, sim, para suas atividades econômicas; isso fora fortalecido no decorrer dos séculos XIX e XX. Já para as comunidades o território tem as suas funções baseadas também na interação e na interdependência entre seus moradores e moradoras seja nas lutas diárias, seja nos momentos de lazer e afirmação do seu modo de vida. Nas leituras para o embasamento teórico dessa pesquisa, à medida que ia vendo, revendo essas definições sobre o território já que oriunda da Geografia, dei-me conta de que a relação aprendida e compreendida na época da graduação era outra completamente diferente da construída e que está sendo reconstruída nessa etapa da pesquisa e na troca com os moradores e as moradoras das comunidades da zona rural II de São Luís- MA.

³⁸ O GEDMMA comemorou seus 15 anos de dedicação a pesquisas no estado do Maranhão em maio de 2015. Realizou no período de 12 a 13 de novembro de 2015 o IV Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (IV SEDMMA). Seus pesquisadores e pesquisadoras apresentaram dados relacionados às pesquisas realizadas nesses 10 anos de dedicação à defesa de comunidades rurais da Grande Ilha do Maranhão.

Ao retomar o conceito de território, percebemos diferentes aspectos da dimensão política do espaço; por outro, abre-se um rol de discussões teóricas quanto ao debate em relação à empregabilidade muito utilizado pelas empresas ao se instalarem nesses territórios que para elas é apenas um “espaço vazio”. Nesse contexto, “território deve passar de utensílio descritivo para conceito que estrutura e diferencia a perspectiva interpretativa em que se incluem e com isso se junta a um enorme conjunto de outras discussões no campo da epistemologia e da metodologia e das ciências sociais” (REIS, 2002, p. 06).

“Nesse caso, fez-se necessário conceber a noção de território multifacetada pelas mais diferentes formas de interpretação, derivada de múltiplas posições epistemológicas inerentes às mais distintas filiações teóricas” (MOREIRA, 2015, p. 26). Assim é que o conceito passou a ser entendido como espaço marcado pelas atividades sociais daqueles que habitam e agem sobre ele (BOURDIEU, 2004) e “territorialidade como estratégia para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica, de outra forma, para instaurar, manter e fazer perpetuar as relações de poder. Dentro dessas perspectivas, o conceito de território, assume vários vieses”. (MOREIRA, 2015, p. 26).

Já Milton Santos afirma, partindo de pressupostos epistemológicos, que se faz necessário que “o território essa realidade esquecida, seja retomado, evitando o enfraquecimento de uma das ópticas sem a qual a visão de mundo, dos países, dos lugares, é incompleta e até mesmo irreal” (SANTOS, 2004, p.34), além de, demonstrar que “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. Santos e Silveira (1998) propõem, então, compreender o território a partir de seu uso, e não o território em si mesmo, o que faz dele objeto de uma análise profunda que ajuda a compreender as formas de relacionamento entre os agentes dispostos no tabuleiro de relações travadas ao nível das fontes recursivas.

Reis (2002, p. 17), em sua abordagem epistemológica das territorialidades e do território, destaca que “o território e economias de proximidade, por um lado, e poder e relações assimétricas, por outro, não são questões disjuntivas (o território é um objeto que deve ser interpretado enquanto lugar de relações de poder)”, bem como a necessidade de haver um entendimento do território enquanto resultado das interações que os atores protagonizam ao estabelecer vínculos com o lugar, se desdobrando em elemento crucial da matriz das relações que define a morfologia do poder nas sociedades contemporâneas. O território, assim, emerge como uma arena de conflitos em áreas, mais ou menos, delimitadas.

Lefebvre (1978), por sua vez, ressalta que o território, no qual ocorrem as tomadas de posição, nas quais se inscrevem os atos das gerações, das classes, dos poderes políticos, não

constitui um objeto que se encerra no sentido do espaço, mas sim um processo cuja evolução se dá de maneira perpétua envolvendo diferentes escalas particulares.

Sendo assim, a zona rural II de São Luís convive, permanentemente, com a ameaça à reprodução de seu modo de vida (CÂNDIDO, 1997). A instalação de vários empreendimentos ao entorno da área a dizer a Estrada de Ferro Carajás – EFC e seus terminais, do Complexo Portuário de São Luís e de grandes indústrias minero-metalúrgicas, como o Consórcio ALCOA/ALUMAR, a Vale e sucursais administrativas de indústrias petrolíferas, como a PETROBRÁS, além de ter implicado em diversos deslocamentos compulsórios de várias comunidades ao serem implantados, traz também problemas ambientais com os quais que as comunidades são obrigadas a conviver diariamente. Podemos ressaltar a contaminação dos lençóis freáticos, a diminuição de pescados, que é a base alimentar de todas as comunidades envolvidas, além dos conflitos internos capitaneados pelos próprios empreendimentos quando trazem para seu lado lideranças e moradores locais, através de troca de favores ou beneficiando mais uns do que outros, casos que ocorreram em vários conflitos na área em estudo, assim relatado em reuniões dos grupos locais.

No diálogo informal, nas conversas, percebemos que há uma relação estreita entre os moradores e as moradoras com o território compartilhado. O seu uso, os sentimentos guardados nas lembranças, lembranças que se tornam sagradas com o território, criando assim uma identidade própria a eles e a elas. Como comprovação disso, um dos jovens que participou do Curso de Educação Ambiental. Aylton Fontes, em entrevista no dia 12/11/2015 ao falar de si mesmo, usa sempre a expressão: “nós somos da roça, mas gostamos de morar aqui. Não tem melhor lugar no mundo. Aqui é calmo tranquilo, todo mundo se conhece” (Aylton Fontes, 12/11/2015).

Esse depoimento nos dá elementos para análise de que “*ser da roça*” que no geral é compreendido como algo pejorativo, para ele é motivo de orgulho. D. Máxima Pires uma das referências³⁹ da comunidade do Rio dos Cachorros sempre associa o território, o lugar como sendo sagrado. Ela nos fala assim:

os meus pais ensinavam eu e meus irmãos que a árvore, a mata é sagrada, temos que respeitar a natureza. É aqui no Rio dos Cachorros que tá enterrado o meu umbigo, por isso aqui é o meu lugar, me sinto pertencer a esse lugar. Aquela árvore ali (tá falando de uma grande e frondosa árvore bem em frente a sua casa e nos apontava)

³⁹ Em entrevista concedida a nós no dia 01/11/2015, ela nos explica que há uma diferença em “ser liderança” e ser “referência”. Segundo ela, em sua concepção, ser “liderança” é quando a pessoa exerce um cargo de Presidente de Associação de Moradores, por exemplo, por que ela está lá para representar a comunidade e repassar o que a comunidade decidiu; “referência” é aquela pessoa que mesmo sem cargo, mesmo não representando legalmente aquele lugar (aqui falamos especificamente de comunidades), a pessoa é uma referência na luta, por exemplo, sempre vão se referir a aquela pessoa. Liderança é por um tempo e referência é para sempre. Ao nos referirmos aos demais entrevistados os identificaremos como “lideranças”.

que a minha filha brincava. Aquele pé de azeitona roxa⁴⁰ lá pra dentro, foi o lugar da nossa primeira casa aqui no Rio dos Cachorros. Sempre vou lá conversar com Deus, lá me sinto mais perto do meu pai e da minha mãe, se formos tirados daqui isso tudo vai se perder esse é um dos motivos de não querer sair daqui do Rio dos Cachorros (D. Máxima Pires, 01/11/2015).

Percebemos nas falas tanto do jovem quanto da referência local (como ela gosta de ser identificada) as diferentes concepções de lugar, de sentimento e de pertencimento. Os mesmos não são levados em conta nesse processo de implantação de indústrias. Dentre as diferentes formas, visões, especificidades de autores e referenciais teóricos, utilizaremos nessa pesquisa o conceito de território como o espaço socialmente construído (LITTLE, 2002) por nos parecer um significado próximo daquele que percebemos nas relações estabelecidas com as comunidades da zona rural II de São Luís.

3.2 PERTENCIMENTO E LUGAR: a noção do espaço resignificado

Nesses dez anos nas diversas pesquisas realizadas pelo GEDMMA e no acompanhamento e assessoria às comunidades rurais da zona rural II de São Luís, seja nos momentos de lazer, seja nas conversas informais sobre a situação que se encontram, ouvimos relatos diversos e histórias sobre a vida dessas pessoas. Muitos desses registros já estão registrados em forma de relatórios de pesquisas, teses de doutorado, dissertações de mestrado e fica nítido nas falas o forte sentimento de pertencimento ao lugar que vivem e que nos fornecerá dados para essa pesquisa.

Trago como exemplo os diversos momentos de conversas sobre a comunidade do Rio dos Cachorros⁴¹, as diversas histórias escutadas em várias situações segundo Jesus (2014, p.28),

Em Rio dos Cachorros há uma tradição local de contar e recontar histórias que foram passadas de pais para filhos, cujas narrativas contribuem para a formulação de estratégias de luta no momento dos embates em decorrência da disputa pelo território

Em vários momentos, de forma organizada ou não, através de pesquisas de campo, as pesquisas exploratórias realizadas, no contato direto com os moradores e as moradoras das

⁴⁰ Também conhecida como Jamelão em outros estados. Seu nome científico é *Syzygium cumini* Lamarck muito comum no Brasil. Maiores informações disponível em: <http://www.esalq.usp.br/siesalq/pm/jambolao.pdf>. Acesso em 16.02.2016.

⁴¹ Uma das principais comunidades que deu início na luta pela criação da Resex de Tauá - Mirim principalmente através da participação de Maria Máxima Pires, dona de casa, 56 anos que nasceu, cresceu, pariu seus filhos no povoado e luta incessantemente pela sua qualidade de vida,

comunidades⁴², suas lutas, conflitos familiares e situações que foram percebidos no cotidiano a relação que possuem com o lugar.

Não estamos falando do lugar a partir do olhar que Descartes tinha o espaço como, mera extensão (GRÜN, 2008, p. 1) e tão pouco como Newton que acreditava que o espaço era vazio e absoluto (GRÜN, 2008, p. 1) Casey (2000) afirma que “os lugares estão desaparecendo em detrimento do espaço”, sobretudo pela forma que esse espaço tem sido usado nas últimas décadas.

Essa relação, e podemos até chamar de “confusão”, entre o que é espaço e lugar tem significados diferentes em vários momentos de imersão na pesquisa e por vezes também se confunde nas falas e sentimentos dos moradores e moradoras. Para essas comunidades rurais o lugar tem um significado diferente, sendo eles “os lugares, conduzidos pelas relações do dia a dia, do labor, da arte, do lazer, da religiosidade e toda sorte de elementos em meio à abnegação, ócio e prazer efetivados pelos seres humanos” (MELLO, 2012, p. 1).

Moradores e moradoras das comunidades rurais as quais nos referimos narram fatos de suas vidas, do lugar, esses trazem tradições e significados diferentes. Já para os empreendimentos que por hora almejam se instalar, o lugar tem outro significado, nesse caso específico o lugar é um espaço vazio e serve para dele extrair as riquezas naturais, pois as mesmas não têm dono. E esse olhar diferenciado gera conflitos. O fato de “Estar em lugar”, ter “a noção de lugar” é um modo de pertença ao mundo e é importante para a nossa percepção primária e interconexões com o mundo não humano (GRÜN, 2008, p.1) Essa diferença de sentimentos vem gerando conflitos e perdas incalculáveis de acesso aos recursos naturais, inclusive atingindo diretamente na forma de viver das comunidades envolvidas no processo de criação da RESEX.

Ao mostrar os lugares dos seus ancestrais, lugares como, por exemplo, a “fonte de nhá vó”⁴³ Beatriz Viana junto ao grupo de estudantes do Curso de Educação Ambiental e Cidadania realizada no Rio dos Cachorros (Núcleo Taim), apresentou o lugar dizendo assim: “dizia a minha vó que quando alguém chega aqui e bebe dessa água, e ela fica turva, é porque o espírito que protege essa fonte não gostou da presença da pessoa aqui nesse local” (Entrevista com Beatriz Pires realizada em 07/11/2015), representada na Imagem de número 1.

⁴² Usaremos o termo comunidade para nos referir a povoados da zona rural de São Luís, pois é a forma que os mesmos falam ao para se referirem a seus lugares de viver. Provavelmente, esse uso decorre influência e atuação da Igreja Católica, principalmente, a partir da difusão das comunidades eclesiais de base.

⁴³ Atividade realizada no Curso de EA e Cidadania na Zona Rural II de São Luís na primeira etapa em 2012, dirigida por uma das jovens moradora do Rio dos Cachorros Nila Beatriz Viana Pires e filha de D. Máxima Pires.

Com essa fala podemos concluir que a ancestralidade tem papel importante para eles e elas e que isso torna aquele lugar um lugar sagrado e esse fato é uma ressignificação do espaço do lugar e do sentimento de pertença que permanece forte e latente nos mais jovens devido às histórias contadas pelas mesmas a partir dos conhecimentos aprendidos e repassado pelos mais velhos.

Diante do exposto, nos vem um questionamento que nos cabe responder no decorrer dessa pesquisa: Qual o papel da EA no fortalecimento do sentimento de pertença dos jovens e das jovens das comunidades em questão? Dizemos então que os humanos perderam a sua



Imagem 1 Atividade de campo realizada com os jovens do Núcleo na comunidade do Rio dos Cachorros



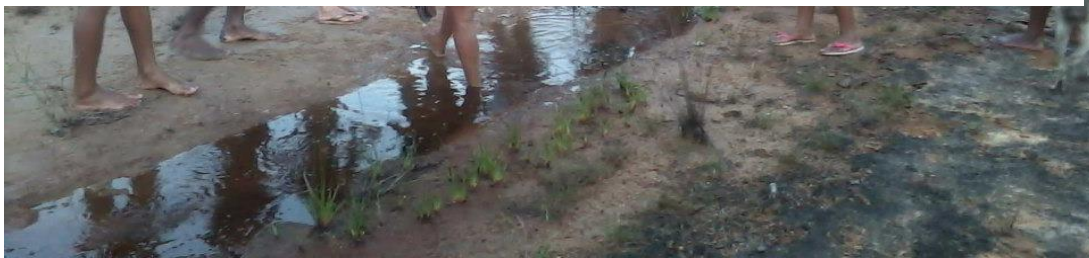
capacidade de pertencimento, a experiência obtida no acompanhamento e nas pesquisas com as comunidades rurais nos mostra o contrário. A relação que estabelecem com o outro, com o lugar no sentido de fazer daquele espaço habitado o “seu lugar”, mostra também que o sentimento de pertença estabelecido entre si e com o ambiente tem um significado para além do que é percebido *in loco* e vamos dizer assim de forma perceptível. Isso se dá na subjetividade das relações e muitas vezes na hora do enfrentamento e na luta pelo território.

Fonte: Banco de Imagens da Autora

Esse tipo de percepção não se faz compreender na lógica vivenciada e imposta pela ciência moderna que define o espaço moderno como sendo “neutro”. Para a ciência moderna de Galileu, Descartes e Locke, e para uma parte da população, o espaço é despido de



Imagem 2 Atividade de campo realizada com os jovens do Núcleo Taim



qua
lida
des
sec
und
ária
s:
che
iros
,
cal
or,
cor
es

(GRÜN, 2008, p. 3) e boa parte dos moradores e moradoras das comunidades ainda, mesmo nos dias atuais, conseguem perceber a mudanças nos aspectos físicos, sociais e culturais no ambiente vivido, ou seja, no lugar que viver. Detalharemos e aprofundaremos esses aspectos sobre o lugar nessa pesquisa no intuito de mostrar como se difere dessa lógica capitalista gerar rendas para poucos.

Fonte: Banco de Imagens da Autora

As atividades de campo, as histórias contadas, a aprendizagem construída e partilhada pelos mais velhos, pode deixar para esses jovens e essas jovens a possibilidade de conhecer os espaços que com o passar da infância e o chegar da adolescência foram importantes para valorizar, tanto o conhecimento e relatos dos maios velhos sobre o lugar, quanto para identificar pontos “sagrados” e a importância da conservação dos mesmos para a qualidade de vida local, assim, como para fortalecer em cada um e cada uma, o sentimento de pertencimento ao lugar.

Durante atividades propostas nos dois núcleos (Taim e Tauá - Mirim) foi percebido que os sentimentos de pertencimento ao lugar, assim como o modo de vida se assemelham entre os jovens e as jovens. O curso também serviu para que conhecessem outras comunidades que fazem parte da Resex de Tauá - Mirim. Apesar de fazerem parte do mesmo

perímetro e bem próximas, as dificuldades de acesso às comunidades da Ilha de Tauá - Mirim tornam as visitas menos constantes e impossibilitou que os jovens da Ilha de Tauá - Mirim

Imagem 3 Aula de Campo realizada na comunidade do Amapá



conseguissem ter uma presença mais assídua no curso e nas mobilizações de luta pelo território. Segundo relatos dos jovens e das lideranças locais, o curso fortaleceu a amizade entre os grupos de jovens. As características ambientais locais se assemelham, no entanto, na Ilha de Tauá Mirim e as comunidades do Núcleo Tauá - Mirim a pesca e a agricultura de subsistência é mais forte. Os jovens e as jovens da Ilha na sua maioria foram morar num bairro próximo à BR 135⁴⁴ devido à falta de oportunidade de estudar e trabalhar.

Fonte: Banco de Imagens da Autora

Auriane dos Santos Inocentes, moradora do Jacamim, que faz parte do Núcleo Tauá - Mirim,⁴⁵ nos relata que gosta muito de morar no Jacamim e ao ser questionada se o curso de EA ajudou a fortalecer o sentimento de pertencimento ela nos diz o seguinte:

gosto muito de morar aqui no Jacamim, não nasci aqui, meu pai veio de Morros e morávamos no Bom Jesus⁴⁶ lá ele não arranjava emprego, estava com dificuldade e viemos morar no Jacamim. Aqui ele pesca, temos uma roça e dá pra vivermos melhor e o curso me ajudou a fortalecer o meu sentimento por esse lugar, não quero sair daqui e vamos lutar pela criação da Resex de Tauá - Mirim” (Entrevista com Auriane dos Santos Inocentes, realizada em 08.11.2015)

⁴⁴ BR 135 refere-se à única saída da Ilha de São Luís para o continente.

⁴⁵ Em entrevista realizada no dia 08.11.2015.

⁴⁶ Bairro periférico na Ilha de São Luís.

Nesse contexto de disputa, as experiências repassadas pelos mais velhos, na tentativa de que os mais jovens tomem as rédeas nesse processo de resistência e enfrentamento nas lutas pelo território o curso de EA tiveram um papel significativo nas tomadas de decisão segundo relatos tanto dos jovens e das jovens quanto das lideranças locais.

s
jov
ens
e as
jov
ens
das
co
mu
nid
ade
s
do



Imagem 4 Aula de Campo realizada na comunidade do Amapá



Taim e do Rio dos Cachorros foram os que tiveram mais participação e assiduidade em todo curso, isso se dá pelo tempo que suas lideranças estão no enfrentamento e na luta pela criação da Resex de Tauá - Mirim.

Fonte: Banco de Imagens da Autora

Na entrevista com o jovem Gabriel Silva da Graça, realizada no dia 13/11/2015 durante o IV SEDMMA⁴⁷, ele revelou que esteve participando do evento apresentando trabalho sobre a comunidade do Cajueiro, uma comunidade que tem tentado reverter o processo de avanço na implantação de um porto privado, que atingirá a sua família que mora a

⁴⁷ IV Seminário Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente foi realizado no Centro de Ciências Humanas do Campus Universitário do Bacanga na Universidade Federal do Maranhão- CCH/UFMA entre os dias 13 a 15 de novembro de 2015. As jovens e os jovens: Francivânia Gonçalves Silva; Samia Cristina Mesquita Moraes; Ruan Mesquita Moraes; Gabriel Silva da Graça; Lucilene Raimunda Costa; Rosana Mesquita apresentaram como comunicação oral o trabalho com o título: A CRIAÇÃO DA RESEX DE TAUÁ-MIRIM: INSTRUMENTO DE LUTA PELO TERRITÓRIO. Ver ANAIS DO IV SEDMMA: TERRITÓRIOS, MINERAÇÃO E DESIGUALDADES NO BRASIL: DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL E LUTA POR DIREITOS. p 173. Mimio. 2015

beira da praia de Paranauçu⁴⁸. Em sua apresentação, Gabriel e Francivânia⁴⁹ moradora do Taim defenderam veementemente o modo de vida das comunidades da zona rural II. Demarcaram em seus discursos, com muita segurança e conhecimento de causa através da comunicação oral, uma defesa do território construído coletivamente. Ao ser questionado sobre o sentimento de pertencimento ao lugar onde nasceu e vive, ou seja, no Cajueiro ele responde o seguinte: “o que me faz pertencer ao Cajueiro é que a minha família mora lá há mais de quarenta anos. Temos o título da terra, temos roça, meu avô pesca (Entrevista com Gabriel Silva da Graça, realizada em 13/11/2015)

Daí a nossa percepção sobre o lugar é de suma importância para a família. Seu Joca, o avô do Gabriel, tem participado, apesar da idade avançada de forma incansável das mobilizações locais em defesa do território.

Ao pedir que fale sobre o Taim e sobre o que a faz “pertencer” aquele lugar, a Francivânia nos relata com muita emoção: “Eu nasci no Taim. Adoro o lugar que moro. Aprendi sobre a cultura. Sei da importância do lugar. O Taim é um lugar com muitas lutas e vitórias...” (Entrevista com Francivânia Gonçalves Silva, realizada em 13/11/2015)

Ao falar sobre o sentimento de pertencimento ela relata:

“Nossa... o amor que tenho. Nosso umbigo tá enterrado lá né? Por mais que a gente saia do lugar a gente volta, dizem que é porque o nosso umbigo tá lá...” Eu amo o Taim. Eu sempre gostei do Taim...quero viver para sempre no Taim...” (Entrevista com Francivânia Gonçalves Silva, realizada em 13/11/2015).

Ao se referir as lutas e vitórias, lembra que o Taim é uma das comunidades que desde o início tem estado à frente da luta e na resistência, agregando experiências na luta e na forma de resistir diante das violações dos direitos e na luta pela posse do território.

O lugar, o espaço, o território em disputa se interliga com os recursos naturais, com os sentimentos. “Estar em um lugar é estar em condições de percebê-lo” (GRÜN, 2008. p. 4). Essa percepção do lugar para esse jovem e essa jovem tem a ver com a forma como ele e ela estão inseridos e como cada um, cada uma se vê e atua no lugar.

⁴⁸ A comunidade do Cajueiro, também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, constitui-se de cinco pequenos núcleos assim denominados: Parnauçu, Andirobal, Guarimanduba, Morro do Egito e Cajueiro. Portanto, quando aqui nos referimos ao Cajueiro, o fazemos considerando o conjunto desses pequenos núcleos, que os próprios moradores reconhecem como sendo o que constitui essa comunidade em termos de configuração físico-geográfica e de representação comunitária, através da União de Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro. Portanto, o desapossamento ou desapropriação de qualquer desses núcleos descaracterizará essa comunidade. Relatório Socioantropológico Resex de Tauá – Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/ MA – Brasil.p.11. Mimeo. São Luís, 2014. A maior parte desse material também disponível no site: www.gedmma.ufma.br

⁴⁹ França como é mais conhecida participou das duas etapas do curso de EA e Cidadania na zona rural II de São Luís – MA e atualmente participa do Curso de Extensão: Projeto Grande Carajás, Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental em um capítulo adiante daremos maiores informações sobre o mesmo.

Como esse espaço é visto por representantes governamentais, aliados a gestores empresariais, como um local com "vocação natural" para implementa o de grandes empresas, esta lógica entra em atrito com lógicas históricas de comunidades que há séculos habitam o local, partilhando entre si modos de vida, de apropria o e preserva o do território, além de crenças e simbologias comuns, o que não está sendo visualizado por aqueles representantes, no momento em que buscam atrair grandes empreendimentos para o local, desconsiderando que ali residem pessoas cuja ancestralidade remonta há séculos. Os indícios históricos contam no mínimo 200 anos de ocupa o territorial, contabilizando, por exemplo, a idade de moradores que nasceram no local e também criaram seus filhos; isto sem considerar indícios históricos que demonstram usos indígenas. (SÃO LUÍS, 2014, p.9)

Diante de todo conflito, toda mobiliza o existente, a participa o dos jovens e das jovens tem sido mais efetiva, no entanto, a necessidade de buscar emprego de carteira assinada, dentro dos moldes impostos pelo sistema capitalista, tem impedido que os mesmos estejam mais atuantes na resistência e mobiliza o organizada pela luta e posse do território em disputa. Os que ainda estão no Ensino Médio, precisam concluir para estarem aptos ao mercado de trabalho. Faltam investimentos do Poder Público, para que as comunidades rurais tenham outras alternativas de garantir trabalho e renda que sejam valorizados no mercado e possam auxiliar na manuten o das famílias.

Concluímos então essa etapa com a afirma o de Bonnemaizon e Cambr zy (1996, p.13)

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mais também  ticos, espirituais, simbólicos e afetivos   assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econ mico.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS AMBIENTAIS

A questão ambiental passou a ocupar progressivamente, mais espaço nos debates políticos, acadêmicos e científicos com a chamada crise ambiental que tem maior visibilidade a partir da década de 1960.

Já em meados de 1970, surgiu a crise estrutural do capitalismo englobando várias dimensões, a econômica, social, política e ambiental. Tornando cada vez mais perceptível a finitude dos recursos naturais, o esgotamento de várias espécies vivas, a desertificação dos solos e todo esse contexto, vão agravando as condições materiais e a reprodução do sistema.

Sendo assim, vai se configurando uma incompatibilidade entre os processos de produção e a preservação ambiental.

Nesse sentido, podemos afirmar que o modelo de desenvolvimento⁵⁰ imposto pelo capital é insustentável, já que o mesmo esfacela a natureza, o que faz com que se torne uma exigência a busca de alternativas para outra lógica de civilização, agora pautada em novos valores e novos padrões de consumo e acumulação.

(...) podemos constatar, também, uma profunda crise ambiental, marcada pela percepção dos efeitos nefastos causados pela disseminação da revolução industrial, e, conseqüentemente, pela difusão de práticas relacionadas à indústria e seus produtos como, por exemplo, as profundas transformações na agricultura, denominadas de Revolução Verde⁵¹. (SANT'ANA JÚNIOR, *et al*, 2009, p. 255, 256).

Essa crise provoca a crescente demanda por uma nova lógica de civilização na qual passam a ser discutidos os estilos de vida e de consumo, a ética, a cultura, dinâmica política e social, e a organização do espaço em escala mundial.

Então, os problemas ambientais que vão surgindo atingem uma esfera agora mundial, já que ultrapassa as fronteiras nacionais, trazendo conseqüências globais que transcendem uma região ou país.

⁵⁰ “O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação. Da mesma forma, os que hoje usam a palavra não conseguem libertar-se de uma teia de significados que causam uma cegueira específica em sua linguagem, pensamento e ação. Não importa o contexto no qual está sendo usada, ou a conotação precisa que o usuário queira lhe dar, a expressão, de alguma maneira, torna-se qualificada e colorida com outros significados que provavelmente nem eram desejados. A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando, segundo uma lei universal necessária e inevitável e na direção de uma meta desejável”. (ESTEVA, 2000, p. 64)

⁵¹A Revolução Verde foi um amplo processo internacional de incorporação de sementes manipuladas geneticamente, insumos agrícolas, fertilizantes, maquinário pesado na agricultura, alterando formas tradicionais e locais de produção na agricultura.

Para Leff (2001, p. 149) “Las crisis ambientales vino cuestionar las bases conceptuales que han impulsado y legitimado el crecimiento económico, negando a la naturaleza”. De forma que a crise ambiental deu vazão a uma nova mentalidade “em que o planeta passou a ser percebido como um espaço comum a todos os seus habitantes” (SANT’ANA *et al*, 2009, p. 256)

Nesse contexto mundial de crise e esgotamento dos recursos naturais surge o que Vieira (1992) denomina uma “consciência ecológica”. Que foi se consolidando mais intensamente com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente Humano que foi realizada em Estocolmo, em 1972, e organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) que reuniam representantes de 113 países e se constituiu um marco histórico decisivo para a abordagem dos problemas ambientais (DIAS, 2000, p. 11)

Gostaria de relembrar que nesse período o Brasil estava em plena busca de “desenvolver economicamente” e a delegação brasileira afirmou que não se importaria de pagar o alto preço da degradação ambiental, desde que aumentasse o Produto Interno Bruto (PIB).

Ficou decidido nesse encontro em comum acordo, que seriam necessárias mudanças profundas no modelo de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos dos indivíduos da sociedade, e isto só poderia ser feito através da educação.

A Educação Ambiental (EA) surge como um “novo” processo educacional que deveria ser capaz de promover essas mudanças tendo em vista que o modelo de educação vigente, devido a sua rigidez e características, inclusive por compreender o distanciamento das realidades vividas pela sociedade não teria capacidade de promover essa mudança tão necessária.

Uma grande batalha se iniciou já que havia um emaranhado de relações divergentes de ordem epistemológica entre ambientalistas, educadores e educadoras e políticos. “Afinal, os interesses políticos e econômicos das nações mais ricas poderiam ser ‘afetados’ por um tipo de educação que poderia proporcionar as pessoas uma nova visão de mundo” (DIAS, 2000, p. 12)

As catástrofes ambientais já vinham ocorrendo em diversos pontos do planeta devido ao modelo de desenvolvimento instalado, em especial nos países ricos. O Clube de Roma⁵² já

⁵² Criado em 1968. Composto por trinta especialistas (economistas, pedagogos, humanistas, industriais e outros), liderado pelo industrial Arillio Peccei e que tinha como objetivo promover a discussão sobre a crise ambiental e sobre o futuro da humanidade. Em 1972 publicam o relatório “Os Limites do crescimento”. Estabelecia modelos globais, baseados nas técnicas pioneiras de análises de sistemas, projetados para prever como seria o futuro, se

havia sido constituído tendo em vista eu o mesmo surge da classe empresarial preocupados com as possibilidades de obterem prejuízos financeiros no futuro, ou seja, a preocupação do grupo não era com o ambiente e sim com a possibilidade de ter prejuízos financeiros. E através do relatório Os Limites do Crescimento denunciaram a busca incessante do crescimento material da sociedade, a qualquer custo, e a meta de se tornar cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento o que levaria a sociedade a um possível colapso. Esse foi o marco em busca de modelos de análise ambiental global. O relatório foi rejeitado pela classe política, no entanto, atingira seu objetivo: alertar a humanidade sobre a questão ambiental.

A Organização das Nações Unidas para a educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promoveu o Encontro Internacional Sobre Educação Ambiental em Belgrado, Iugoslávia em 1975, foi realizada em resposta a Conferência de Estocolmo com a participação de 65 países. Nesse encontro foram formulados os princípios e as orientações para um programa internacional de Educação Ambiental. A proposta é que a EA seja contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais (DIAS, 2000, p. 18).

Nesse encontro foi elaborado o documento mais conhecido como a Carta de Belgrado. O mesmo expressava a necessidade de uma nova ética global, que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana.

Na época, os países em desenvolvimento acusaram os países desenvolvidos de quererem limitar seus programas de desenvolvimento, usando as políticas ambientais contra poluição como meio de inibir sua capacidade de competição no mercado de trabalho. (DIAS, 2000, p. 17)

Desse evento sai como resolução de que se deve educar o cidadão e a cidadã para a solução de problemas ambientais. Podemos então considerar que aí surge o que se convencionou chamar de educação ambiental (REIGOTA, 2012, p. 25).

Em seguida, no ano de 1977 aconteceu em Tbilisi, na Georgia (Ex-União Soviética), a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Esse evento foi uma continuação da Conferência de Estocolmo, 1972. Foi essa conferência consagrada então como ponto culminante da Primeira Fase do Programa Internacional de EA iniciado em Belgrado.

A Conferência de Tbilisi, como ficou mais conhecida, ficou responsável por apreciar e discutir propostas elaboradas em sub-regionais que foram acontecendo em todos os países que tinham influência da ONU, o que possibilitou entender a natureza da EA, definindo seus princípios, objetivos e características.

Em todo esse processo de construção da EA no mundo, havia uma grande confusão sobre o que seria realmente a “Educação Ambiental” (DIAS, 2000, p. 19)

Os conceitos e abordagens defendidos eram variados. Isso se deu pelas visões condicionadas pelos interesses de cada país ou bloco de países. “Os ricos não apoiavam abordagens que pudessem expor as mazelas sócio-econômicas⁵³, políticas, ecológicas, culturais e éticas – produzidas pelos seus modelos de “desenvolvimento” econômico praticado durante décadas e impostos a muitos países pobres”. (DIAS, 2000, p. 19)

Diante de todos os aspectos discutidos debatidos em vários momentos em que se desenvolveu a EA podemos afirmar

“a Educação Ambiental teria como finalidade promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias, para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta a agir em busca de alternativas e soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da sua qualidade de vida” (DIAS,2000,p. 20)

Não podemos deixar de citar que, no Brasil, mais precisamente a cidade do Rio de Janeiro, em 1992 aconteceu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou conhecida também como a Rio 92. Na oportunidade a sociedade civil pôde participar mais ativamente das deliberações e uma série de indicações foi feita aos governos. Assim a educação ambiental foi mais definida e debatida entre os representantes das organizações de sociedades civis e representantes dos governos resultando na elaboração de documentos importantes como: O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Agenda XXI no sentido de promover a educação ambiental em âmbito mundial.

Em 2002, foi realizada em Johannesburgo na África do Sul, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (REIGOTA, 2012, p. 26).

Também conhecida como Rio+10, tinha como objetivo “avaliar as aplicações e progressos das diretrizes estipuladas no Rio de Janeiro e foi considerada um fracasso pelo

⁵³ Manteremos a escrita original do texto escrito anterior a reforma ortográfica brasileira que entrou em vigor nesse ano de 2016.

momento político vivido pelo atentado a 11 de setembro, além do descrédito da ONU sempre atrelada aos interesses das grandes potências um dos motivos em não ter tido nenhum avanço nas diretrizes estabelecidas. Apesar desse contexto nada favorável, a EA esteve presente “nos discursos e nos documentos, mas, principalmente se fez presente por meio das ações concretas de muitas pessoas, cidadãos e cidadãs do mundo, em diferentes regiões do planeta” (REIGOTA, 2012, p. 27).

Nesse contexto contraditório é que vai se institucionalizando a EA no mundo inteiro. Repleto de contradições, incertezas e mais precisamente em nossa pesquisa num contexto de conflitos causados pelo modelo predatório de explorar os recursos naturais.

4.1. Educação Ambiental, Cidadania e Conflitos Ambientais

Há quem diga que a EA tem como função maior despertar a consciência ecológica na sociedade, sensibilizando as crianças e os jovens, ou seja, as futuras gerações para que compreendam melhor a problemática ambiental e que possibilite a aquisição de novos comportamentos e atitudes diante do ambiente natural. O que faz ainda mais desafiador o papel da EA na sociedade. Aos poucos e com uma base teórica bastante diversa, são formuladas concepções, atuações e propostas pedagógicas variadas, em âmbito Formal e Não Formal. Tudo isso, tem permitido além da diversidade, fazer uma análise mais crítica em relação aos fatores sociais, pedagógicos, metodológicos nas propostas de intervenção e em vários espaços públicos e privados.

Temos uma problemática para além da lógica, já que, desde a sua concepção, após as diversas conferências mundiais, muito foi debatido sobre o tema e várias políticas foram institucionalizadas. Porém, na prática, o ser humano: homens, mulheres, jovens e crianças, continuam tendo uma relação com o ambiente natural repassado de geração a geração onde um (a humanidade) se sobrepõe sobre outro (a natureza) que se estende até hoje mesmo com uma Legislação Ambiental bastante avançada no Brasil e no mundo.

Isso reafirma a necessidade de uma melhor análise sobre a EA e o seu papel na sociedade e as complexas relações nas quais está inserida, sejam elas nos aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. Foi nesse sentido, que sentimos a necessidade de refletir a EA de forma dialógica, pautada numa vertente crítica e emancipatória, que estimule a autonomia não apenas no intuito de desenvolver a ética ecológica, mas também em relação aos conflitos ambientais. Eis que surgem então questões a serem reformuladas e vivenciadas nessas situações pela posse e uso

dos recursos naturais e a tentativa de relacionar a EA em situação de conflitos, partindo do que temos e viabilizando uma proposta de como fazer tudo isso na prática. É o que nos propomos na análise feita do Curso de EA e Cidadania.

Precisamos avançar no sentido de que a EA possa sair da visão de conservacionista e preservacionista, e discutir os problemas sociais e políticos, assim cabe fazer uma relação da EA na atual situação de conflitos ambientais e injustiça ambiental⁵⁴ muito presente na atual conjuntura brasileira, nas perdas de território para grandes empresas multinacionais.

Esse é o contexto encontrado na zona rural II de São Luís. Os conflitos instalados pela pose e uso do território nos oferece uma dinâmica própria e, ao propor o curso de Extensão em EA e Cidadania, foi pensando na luta além da forma que a EA poderia comparecer nesse papel importante na construção de pensamento e ações críticas em busca dos seus direitos.

Na situação ambiental que se encontra o planeta, torna-se necessária uma maior reflexão sobre as práticas sociais já que presenciamos uma degradação ambiental em grande escala. Com a necessidade de envolver diferentes atores, propusemos práticas que possibilitem uma melhor qualidade de vida. Entendemos, assim que a EA deve ser pensada em relação à formação política e pedagógica que possibilite o maior engajamento de vários setores da sociedade e de forma interdisciplinar.

Precisamos fazer uma análise crítica, a partir de uma interpretação que considere as disposições dos atores sociais envolvidos no conflito, no entanto, não apenas culpabilizando os indivíduos pelo processo degradante em que está a natureza e seus recursos, mas, avaliar a responsabilidade de todos e cobrar providências do Poder Público no cumprimento das normas legais e que sejam construídas coletivamente.

É nessa complexa relação que temos um enorme desafio dentro da EA e mais especificamente nessa proposta de pesquisa. A EA em seus diversos momentos, na elaboração dos seus objetivos, finalidades, tratados e implantação da sua política de forma institucionalizada traz em seu arcabouço epistemológico que é apresentado, como a “tábua de salvação da humanidade”, já que tem como foco principal a mudança de hábitos, valores e atitudes conforme diz claramente a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Desde as primeiras conferências muitas coisas mudaram. A ideia de pensar a relação homem/natureza foi se transformando e os discursos foram mudando, os projetos e novas práticas foram sendo implementadas, agora no sentido de priorizar o desenvolvimento

⁵⁴ Usamos o termo Justiça Ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual a atual dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais. Ver site www.justicaambiental.org.br

econômico dizendo que o modelo imposto é sustentável. Esse mesmo discurso de sustentabilidade tem sido utilizado por empresas que em sua implantação expulsa comunidades e muitas têm usado do discurso de sustentabilidade e EA para legitimar as ações e violações de direitos já adquiridos pelas comunidades. Tudo indica que:

Em apoio a essas proposições e projetos, a EA tem sido utilizada visando mitigar as consequências de tais empreendimentos ao convencer os grupos sociais mais fracos, prejudicados e que serão desalojados, de que devem contribuir “para as gerações futuras” ao abandonarem as suas terras, áreas, histórias, vidas, enfim, tudo que construíram em nome de um futuro melhor para todos” (SANTOS, ARAÚJO, PASSOS, MACHADO, 2013. p.245-246).

Diante do conflito, das constantes ameaças de deslocamento compulsório falar em cidadania para os jovens e as jovens das comunidades se faz necessário e nesse sentido a importância da interdisciplinaridade nas atividades propostas é vista com bastante relevância já que a mesma:

consiste na consciência de pertinência à sociedade estatal como titular dos direitos fundamentais, da dignidade como pessoa humana, da integração participativa no processo do poder, com a igual consciência de que essa situação subjetiva envolve também deveres de respeito à dignidade do outro e de contribuir para o aperfeiçoamento de todos (SILVA, 1997, p. 142).

A busca constante pela construção dessa cidadania pode ser percebida na luta para a criação da RESEX e nas diferentes formas de resistência utilizadas que possibilite que sejam percebidos, reconhecidos enquanto cidadãos e cidadãs de direito em nossa sociedade. Isso pode ser diretamente associado à construção ou retomada dessa cidadania com o propõe o item 10 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global:

A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos. (CASCINO, 2007, p.45)

Sendo assim, realizar a referida pesquisa tendo como base uma EA que possibilite uma visão mais dinâmica, democrática e participativa se faz necessário. Mas, essa dinâmica precisa ser vislumbrada sob a ótica não apenas teórica e sim, numa ótica abrangente, interdisciplinar já que:

A abordagem interdisciplinar das questões ambientais e a forma que escolheram juntos as temáticas a serem debatidas e estudadas implicam em utilizar a contribuição das várias disciplinas (conteúdo e método) para se construir a compreensão e explicação do problema tratado e desse modo, superar a

compartimentação. Implica, também, em envolver as populações e valorizar seus conhecimentos (CAPORLÍNGUA e COSTA, 2013, p. 06).

E através dessas ações, que todos os aspectos sejam levados em conta na construção dessa cidadania participativa e atuante e que leve em conta também os aspectos físicos, sociais, econômicos no intuito de que as comunidades tradicionais possam realmente ser donas dos seus próprios destinos, viabilizando um modo de vida que seja bom para todas as pessoas, não só do local de moradia, mas, no contexto aqui estudado da Grande Ilha do Maranhão. Isso só será possibilitado se puderem ser ouvidas pelo Poder Público e demais moradores.

4.2 A construção da cidadania: as comunidades rurais e o acesso à educação pública e gratuita

No decorrer do tempo diante da situação de conflito vivenciado pelas comunidades rurais que lutam para serem reconhecidas enquanto Populações Tradicionais como forma de garantir o território habitado secularmente, traz velhos e atuais problemas relacionados à educação pública no Brasil e especificamente no Maranhão.

De acordo com último Censo Demográfico do IBGE 2000/2010⁵⁵, o número de analfabetos no Maranhão é alto. Somos o 4º Estado do Nordeste com maior índice de analfabetismo. Os moradores e moradoras da Zona Rural II de São Luís, têm muita dificuldade de acesso às escolas públicas e isso tem sido um dos maiores entraves para as crianças, adolescentes e jovens que vivem naquela região. Essa foi uma das maiores reclamações em todas as falas desde jovens e das jovens, quanto das lideranças locais nas entrevistas para essa pesquisa.

Beto do Taim⁵⁶ nos conta que:

“a criança sai da família e vai estudar na área urbana e não vão aprender sobre a vida na comunidade rural, aprendem os valores da vida urbana. Até os doze anos deveriam estudar nas comunidades, para estimular o pertencimento ao lugar”. (Entrevista com Alberto Cantanhede – Beto do Taim, realizada em 04/11/2015)

E eu sou um entre milhões de jovens que abandonam o estudo, e volta para a comunidade ao contrário de outros milhões que para continuar estudando tem que afastar-se do convívio de seu ambiente natural da família dos amigos, pessoas que contribuíram para a formação pessoal cristã e de caráter, são substituídas por outras relações que para o bem ou para o mal, são preparadas na sua imensa maioria, para

⁵⁵http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab28.pdf. Visualizada no dia 21/01/16.

⁵⁶ Alberto Cantanhede Lopes mais conhecido como Beto do Taim. Liderança comunitária desde o início luta pela criação da Resex de Tauá Mirim.

formar servidores (as) /consumidores (as) para quem todo o resto é mercadoria”.
(Entrevista com Alberto Cantanhede – Beto do Taim, realizada em 04/11/2015)

Relato que apresenta a realidade vivida pelas comunidades. A dificuldade em frequentar a escola ainda torna-se bem pior nas comunidades da Resex localizadas na Ilha de Tauá – Mirim, já que dependem de embarcação para o deslocamento das crianças e jovens frequentar as aulas, após o término da 4ª Série do Ensino Fundamental Menor. A comunidade de Tauá Mirim (possui uma escola até a 4ª série na própria Ilha) e as comunidades Jacamim, Portinho, Embaubal, Amapá, Ilha Pequena são atendidas por uma escola, também, até a 4ª Série e que atende todas as comunidades pela proximidade do local. Após essa série, as crianças e jovens precisam ir estudar em comunidades vizinhas como Coqueiro e Estiva (Bairros periféricos da Ilha de São Luís)⁵⁷, o que depende do transporte marítimo (lança) vinculado a Prefeitura de São Luís⁵⁷, que tem dificuldades na manutenção da mesma, o que dificulta mais ainda o acesso à escola. Na maioria das vezes, esses fatores impossibilitam as pessoas darem continuidade aos seus estudos ou mesmo, exigem que enviem seus filhos e suas filhas para morar com parentes em bairros da zona urbana.

Os mais velhos nos relataram que, anteriormente, as professoras sempre foram da própria comunidade. Agora com a exigência de concurso público, as professoras vêm de fora e devido à dificuldade de deslocamento e a constante falta de manutenção da lanca que transporta a professora, inclusive no período chuvoso, as dificuldades em chegar à escola são muitas e quando chegam, já com bastante atraso, precisam também terminar as aulas mais cedo para que possam retornar a sua residência.

As dificuldades são enormes, os esforços das famílias para manter seus filhos e filhas nem sempre são exitosos diante de tantos entraves para concluir o Ensino Fundamental Menor, Maior e o Ensino Médio, foi o que aconteceu com Beto do Taim, conforme relato acima.

As jovens e os jovens que frequentaram as duas etapas do Curso de EA e Cidadania, em sua grande maioria conseguiram concluir o Ensino Médio em escolas na zona urbana e a maioria ainda sonha com a tão falada faculdade, pois, apesar de o campus da Universidade Federal do Maranhão estar localizado geograficamente próxima a essas comunidades torna-se distante devido à falta de transporte público que atenda a demanda além de muitas vezes não se sentirem aptos a concorrer a uma vaga na universidade pública, devido a dificuldade enfrentada no ensino básico.

⁵⁷ Em reunião com o atual Secretário de Educação do município de São Luís no dia 15/02/14 uma das queixas era que a lanca está sempre com problemas é que a mesma tem peças muito caras e importadas o que tem dificultado a sua manutenção (Anotação no caderno de campo).

Muitos, nas entrevistas, reconhecem que após o término do curso de EA sentiram-se mais estimulados a buscarem alcançar seus sonhos de possuir um diploma de curso superior.

Conseguimos identificar alguns que chegaram à universidade, mesmo sendo da rede privada, já que o acesso aos Programas de incentivo ao ingresso a universidade como – Programa Universidade Para Todos (ProUni)⁵⁸ e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁵⁹ têm, de uma forma ou de outra possibilitado um novo caminho a seguir.

Do Núcleo Taim, alguns realizaram cursos de aperfeiçoamento, outros cursos técnicos em Escolas Privadas, uma das alunas conseguiu ser aprovada na Universidade Federal do Maranhão, sendo que todos entrevistados e todas entrevistadas afirmam ser um sonho que pretendem realizar em breve.

Do Núcleo do Tauá - Mirim alguns precisaram sair das suas respectivas comunidades para estudar. O processo de saída é muito difícil para alguns, no entanto necessário para atender aos sonhos acalentados por eles e elas. Houve relato de uma das jovens que, após terminar o Ensino Médio, conseguiu um emprego de empregada doméstica, em um bairro de Classe Média Alta. Nesse emprego a jovem só poderia voltar a sua comunidade a cada quinze dias, quando teria folga. A jovem não conseguiu se adaptar ao ritmo de vida diferente que estava acostumada a ter em sua comunidade, apesar de todas as dificuldades enfrentadas e apesar de necessitar do emprego, não conseguiu manter-se por muito tempo, retornando à comunidade e retomando a sua rotina.

Com a criação da Reserva Extrativista, dentro do plano de manejo elaborado por eles e elas há a possibilidade de alternativas de trabalho e renda local. Essa é uma das reivindicações das lideranças. Como nos informa Beto do Taim, a ideia de fazer turismo de base comunitária, restaurante popular seria uma das opções para a população local viver sem sair do local de moradia e ainda ter trabalho e renda que supram suas necessidades básicas. No entanto, os jovens resistem a essa proposta devido à influência do modelo de trabalho incentivado pelo modo de produção capitalista e a ideia imposta de que precisam progredir e se desenvolver.

Rosana Mesquita, em entrevista realizada no dia 19/01/16, enfatiza que devido ao fato das crianças e jovens frequentarem escolas na zona urbana, vivenciam fatos em seu cotidiano escolar que desprestigiam o modo de vida das comunidades rurais. Resultado dessa influência

⁵⁸ O Programa Universidade para Todos (ProUni) do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Ver site: http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php Acesso em 21/01/16.

⁵⁹ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Maiores informações podem ser encontradas no site: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/faq.html>. Acesso dia 21/01/16.

é à vontade e necessidade que as jovens e os jovens têm em se adaptar ao contexto dessa modernidade que exclui e discrimina as diferenças.

Algumas alternativas de cursos profissionalizantes são oferecidas como, por exemplo, pelo Instituto Federal do Maranhão Campus do Maracanã (IFMA)/Campus Maracanã⁶⁰ e alguns dos jovens que participaram do Curso de EA fizeram parte de tais como: Curso de Aquicultura, Curso de Espanhol esses cursos foram definidos em parceria com as comunidades rurais ao entorno da APA.

No intuito de atender à demanda específica das comunidades no antigo sonho de ter uma escola na comunidade ou arredores e que atenda a especificidade das comunidades rurais a comunidade do Taim conseguiu um recurso de compensação ambiental da ALUMAR, no ano de 2011, devido à poluição e o comprometimento dos manguezais, e através de um acordo firmado, a empresa poluidora construiu uma Escola, denominada pela comunidade Casa das Águas. A intenção é que, em parceria com o Estado, que cederia os profissionais da educação, sejam realizados cursos técnicos vinculados às atividades de pesca e agricultura familiar. A escola deverá ser administrada pela própria comunidade, atendendo assim aos jovens e as jovens de toda área rural com cursos específicos baseados na Pedagogia da Alternância⁶¹, a partir de uma experiência do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras (MONAPE). Até os dias atuais as parcerias não foram firmadas e nessa etapa dos conflitos há uma forte pressão para que a Escola seja administrada pelo Estado, mas, sem participação das 12 comunidades da área pleiteada como Resex e as adjacentes, momento de tensão vivenciada pelas comunidades rurais.

O que falar então desse modelo de educação voltado para a formação de mão-de-obra que atenda apenas o mercado? Como falar, então aos jovens da Zona Rural II que eles e elas são o futuro do país? A expectativa gerada é grande. Ao mesmo tempo em que muitos precisam sair do Estado do Maranhão em busca de oportunidades de emprego, os que ficam são bombardeados de que é preciso implantar indústrias para que tenham oportunidade de trabalho e esse fato, gera conflitos, divide as comunidades e as mesmas tornam presas fáceis

⁶⁰ Área da Zona Rural, onde foi implantada uma Área de Proteção Ambiental (APA do Maracanã). A APA do Maracanã é uma de proteção ambiental criada pelo Decreto 12.102, em 1º de outubro de 1991. Está localizada a 18 quilômetros de São Luís e possui uma área de 1.831 hectares.

⁶¹ A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. Esse método começou a tomar forma em 1935 a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades da Educação para o meio rural. (Teixeira, 2008, p.227) Educação e Pesquisa, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

de empresários e empreendedores que chegam apresentando dados fictícios de trabalho para as comunidades rurais.

Falamos de EA enquanto política pública gera uma expectativa de acesso à educação que atenda a demanda não de toda sociedade. Não falamos de uma educação pautada no modelo trabalho e consumo que nos é imposto a cada dia. Política Pública é acesso a saúde, educação, transporte público de qualidade e que no Brasil, apesar de muitos esforços, apesar de algumas melhorias, estão sempre relacionadas ao consumo e ao modelo imposto pelo capital. E o Estado tem tirado direito de acesso às essas políticas, tanto quanto é o maior opressor no sentido de tirar o direito dos cidadãos e das cidadãs em detrimento do capital financeiro internacional e baseado na produção de *commodities*.

4.3 A ilusão do progresso X desenvolvimento

É comum identificarmos genericamente a “humanidade”, “o homem” ou “toda sociedade” como vítimas da crescente degradação ambiental planetária, não importando a maneira ou onde as pessoas vivem. (ACSELRD *et al*, 2009, p. 11)

As moradoras e os moradores da zona rural II de São Luís afirmam categoricamente em suas falas, em diferentes momentos da pesquisa de campo sobre o que é viver num lugar onde o contato com a natureza é permanente. Falam da calma, do modo de vida que possuem enquanto pescadores e agricultores e extratores de mariscos. Calma essa que tem sido fortemente impactada como já ressaltamos anteriormente a partir da implantação de diversas indústrias ao entorno que contaminam os lençóis freáticos, o solo, o ar. Nesse caso não são as comunidades que “impactam o ambiente habitado” como afirma parte da mídia ao generalizar os efeitos causados pelos humanos nos lugares.

O discurso de desenvolvimento está na maioria das vezes ligado à noção de progresso. “Progresso refere-se, também, à emancipação humana, a evolução do saber e da técnica”. As teorias do desenvolvimento, inspiradas na ideia de progresso, consagraram uma forte tendência no pensamento social clássico e contemporâneo e alimentaram pactos políticos e socioeconômicos de modernidade. (BAPTISTA, 2007, p. 01).

Esse discurso de “progresso” e “desenvolvimento” tem chegado às comunidades rurais na tentativa de convencê-las de que o modo em que vivem (pesca, agricultura tradicional, extração de mariscos), ou seja, seu “modo de vida” está relacionado ao “atraso” e que precisam melhorar de vida. Para o sistema capitalista, melhorar de vida significa seguir os moldes modernos, ou seja, ter um emprego, de carteira assinada, e como alternativa a

possibilidade de que com a implantação de indústrias, sejam eles e elas beneficiados, tem sido esse o discurso utilizado pelos empreendimentos e as relações estabelecidas com as comunidades.

A forma de implantação do tão sonhado “desenvolvimento” tem sido realizada através de mecanismos perversos e tem relação direta com a forma como tem sido expansão do capital no Brasil.

O modo específico pelo qual o capitalismo se desenvolveu no Brasil, expulsando camponeses de suas terras, expandindo as fronteiras de grande exploração agropecuária, incentivando a especulação fundiária e o desmatamento, esgotando os solos e contaminando as águas, inviabilizando a pesca artesanal e o extrativismo florestal, adotando um padrão de industrialização danoso para o ambiente, hipertrofiando as estruturas urbanas, concentrando riquezas e marginalizando populações (ACSELRAD, 1992, p. 07)

Esse modelo tem se tornado cada vez mais excludente e vivenciado pelas comunidades, povos e populações tradicionais em todo território brasileiro.

Os produtores do discurso do desenvolvimento faziam com que, do dia para a noite, através da tecnologia, economia, graças à planificação⁶², milenares e intrincadas culturas se transformassem (ESCOBAR, 1996, p. 13). Temos acompanhado algumas modificações já oriundas desse tal “progresso” que vai colocando fim nas atividades antes realizadas pelos mais velhos e que os mais jovens não querem mais realizar. É o caso da pesca artesanal, agricultura (pequenas roças) e criação de animais de pequeno porte (pato, galinha, catraio, vaca para tirar o leite).

Em três comunidades que compõem a área em estudo foram desativadas as casas de farinha⁶³ em 2010, especificamente aquelas que ficam localizadas mais próximas do centro urbano da Ilha. Das comunidades mais afastadas e que fazem parte do Núcleo Tauá - Mirim cinco ainda possuem casa de farinha e praticam a agricultura de subsistência. Na Ilha de Tauá - Mirim a produção de polpa de frutas local, a pesca artesanal e o arrasto de camarão e a cata de caranguejo ainda se mantêm fortes, no entanto, as atividades são realizadas pelos mais velhos. Nas demais, não deixaram de manter a roça, mas, uma pequena parte dos pais trabalham (de carteira assinada) e mantêm a agricultura de subsistência como complemento alimentar da família.

⁶² Na América Latina, o termo **planificação econômica** que, normalmente, se refere à centralização, por parte do Estado, dos poderes de planejamento e execução das políticas econômicas, suprimindo o mercado e a livre concorrência, deu-se, a partir da década de 1960, com a transferência para o Estado dos Produtores do Desenvolvimento, no entanto, sem a supressão do mercado e da livre concorrência. *Grifo do autor.* (SOUSA, 2009)

⁶³ A farinha é a base alimentar do povo maranhense. É feita a partir da mandioca e várias comunidades rurais fazem a farinha para seu consumo e trocam o excedente com outras famílias.

O discurso do desenvolvimento, do progresso nesse contexto se apresenta como um complemento à noção de educação e qualificação profissional na sociedade capitalista. Sendo assim, podemos concluir que a educação é também considerada instrumento de desenvolvimento econômico, de diminuição das diferenças econômicas entre os indivíduos, de permeabilização das classes sociais dentro de cada sociedade e de estreitamento das distâncias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ROSSI, 1980, p. 17).

Se a educação qualifica a força de trabalho no capitalismo e amplia sua capacidade produtiva, podemos utilizar a educação também para potencializar o modo de vida das comunidades rurais e o fortalecimento dos laços já existentes uns com os outros e com a natureza.

A percepção de que o crescimento econômico e a industrialização não trazem por si só a melhoria da qualidade de vida das populações, a superação da miséria e da exclusão social no Terceiro Mundo, fomentou então a tentativa de conceituar melhor o que seja desenvolvimento, adjetivando-o. (LISBOA, 2012, p. 61). O que nos faz acreditar que esse modelo de desenvolvimento criado pelos países capitalistas que não trouxe mais “riqueza” à população dos países ditos subdesenvolvidos e que há um projeto maior de exploração dos recursos naturais desses países em detrimento da manutenção dos seus modos de vida.

A crise ambiental nesse contexto é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Essa crise se apresenta a nós como um limite do real que re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite do desequilíbrios ecológicos e da capacidade e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e desigualdade social” (LEFF,2003, p. 15)

No próximo capítulo descreveremos o Curso de Extensão de Educação Ambiental e Cidadania na zona rural de São Luís e sua metodologia na construção de cidadãos e cidadãs atuantes e participativos na defesa do seu território e lugar.

5. O CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA NA ZONA RURAL II DE SÃO LUÍS – MA: uma análise metodológica

O Curso de Educação e Cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA⁶⁴ realizado nos anos de 2011 (1ª Etapa) a 2014 (2ª Etapa) nas doze comunidades que fazem parte da Reserva Extrativista de Tauá Mirim, sendo elas: Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Cajueiro, Vila Maranhão, Porto Grande (Núcleo Taim); Jacamim, Portinho, Embaúbal, Amapá, Ilha Pequena e a Ilha de Tauá – Mirim e tendo como público-alvo prioritariamente jovens na faixa etária entre 16 e 29 anos.

O projeto de extensão decorre de uma preocupação geral do Grupo de Estudos, Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA – em estudar projetos de desenvolvimento e modernização econômica e suas consequências sociais e ambientais.

O projeto de extensão é uma continuidade à pesquisa “Modernidade, Desenvolvimento e Consequências Socioambientais: a implantação do Polo Siderúrgico na Ilha do Maranhão, município de São Luís – MA (2005/2009) que teve como objetivo investigar a tentativa de implantação de um Polo Siderúrgico na Ilha de São Luís, suas consequências socioambientais e sua relação com a instalação da Resex de Tauá Mirim, procurando detectar os variados agentes , coletivos e individuais, envolvidos nestes processos, suas posições, os conflitos internos a cada instituição ou segmento social, os instrumentos de divulgação de suas posições.

O Projeto de extensão, também continuidade do projeto de pesquisa e extensão “Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais no Maranhão” iniciado em 2009 e finalizado em 2012.

A primeira pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Edital MCT/CNPq 61/2005 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e bolsas de iniciação científica financiadas pelo PIBIC/CNPq/UFMA, BIC/FAPEMA/UFMA e BEC/IEB.

A segunda pesquisa envolveu também atividades de extensão, buscou verificar a relação entre grandes projetos de desenvolvimento e os conflitos socioambientais no Maranhão. Procurou ainda identificar como as políticas de desenvolvimento implementadas

⁶⁴ Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) nas duas etapas. Houve um atraso nas atividades durante a 1ª etapa. Teve início em setembro de 2011 e terminou em junho de 2013. A 2ª etapa teve início em junho de 2013 e finalizou em dezembro de 2014.

no Maranhão pelas esferas estadual e federal desde a década de 1960 atingem grupos sociais locais e como os mesmos reagem e se organizam na busca de garantia de seus interesses e direitos e como repercute em arranjos territoriais que vão se delineando em relação, ou não, com a legislação ambiental brasileira. Foi financiado pelo CNPq – MCTI/CNPq/MEC/CAPES – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Os projetos de pesquisa foram realizados com equipes formadas por vários bolsistas, professores, professoras, oriundos de diferentes áreas, configurando-se uma equipe multidisciplinar, formada por estudantes de graduação, mestrados, doutorados e de profissionais da Geografia, Pedagogia, História, Biologia, Ciências Sociais, Serviço Social, Antropologia, Filosofia.

Nessa confluência de ideias entre pesquisadores, pesquisadoras, moradores, moradoras comunidades, identificamos a partir dos projetos de pesquisa e extensão a necessidade de fortalecer a organização social das comunidades que desde 2003 reivindicam a criação da Reserva Extrativista de Tauá – Mirim, com a demanda de lideranças das comunidades por um trabalho de educação ambiental para os jovens e as jovens. O motivo da escolha da escolha dos jovens como foco do Curso também se dá por ter sido definida a necessidades de se envolverem mais na luta pelo território além de que a solicitação da criação da reserva extrativista (Resex) por parte dos moradores e moradoras da área é uma consequência dos conflitos decorrentes da permanente ameaça de deslocamento compulsório, levando ao quadro de instabilidade quanto ao domínio territorial, bem como em função das externalidades⁶⁵ de empreendimentos industriais e de transporte instalados em sua vizinhança.

5.1 *Para início de conversa...*

O curso de extensão organizado pelo GEDMMA junto às lideranças e jovens das comunidades da zona rural II de São Luís – MA foi pensado coletivamente. Teve como objetivo geral:

- Fortalecer a organização social dos povoados rurais que demandam a criação da Resex de Tauá Mirim na Zona Rural II de São Luís, através da extensão universitária, com enfoque no direito e na cidadania com destaque para educação ambiental.

Teve como objetivos específicos:

⁶⁵ Na ecologia econômica, externalidade pode ser definida como aqueles fatores que não entram no cálculo d processo produtivo, como, por exemplo, os efluentes líquidos e gasosos de um empreendimento industrial ou fertilizantes e herbicidas que atingem cursos d'água em função de sua utilização na agricultura, fazendo com que os ganhos do processo produtivo sejam mantidos privadamente, pelos empreendedores, e seus custos ambientais sejam socializados (MARTINEZ, ALIER,2007)

- Assessorar na medida em que houver demanda as associações de moradores dos povoados, bem como, órgãos governamentais e judiciário disponibilizando dados das pesquisas e contribuindo para reflexão e produção de documentos relativos a conflitos socioambientais;
- Realizar atividades de Educação Ambiental (EA) nos povoados⁶⁶ rurais que compõem a área proposta para a Resex de Tauá Mirim;
- Utilizar a EA baseada na construção de Habilidades e Competências;
- Propor atividades a partir da realidade e necessidade das comunidades trabalhadas;
- Realizar trocas de experiências entre as comunidades durante o projeto.

A partir dos objetivos traçados, a proposta pensada coletivamente, partimos para o campo empírico, revisão de literatura e adaptamos uma metodologia de trabalho desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) denominado de Diagnóstico Rural Participativo⁶⁷ (DRP) através de um guia prático e tem como definição “um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006, p.12)

Ainda no Guia Prático do DRP encontramos a seguinte explicação:

O DRP pretende desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação. Em vez de confrontar as pessoas com uma lista de perguntas previamente formuladas, a ideia é que os próprios participantes analisem a sua situação e valorizem diferentes opções para melhorá-la” (VERDEJO, 2006, p. 12)

No decorrer das idas às comunidades percorremos as comunidades com a ajuda das lideranças locais como Beto do Taim (Taim), D. Maxima Pires (Rio dos Cachorros) marcar reuniões locais com os moradores e moradoras, na maioria das vezes nas sedes de Associação de Moradores e Moradoras (como nos mostra a imagem de número 7) do Jacamim, Rio dos Cachorros, Taim e nas escolas públicas locais.

A receptividade foi aceita de imediato e o Projeto foi sendo construído coletivamente com a participação dos jovens, das jovens, das lideranças, pais e mães e foi agregando experiências e conhecimentos, construindo o conhecimento de forma coletiva.

⁶⁶ Em momentos nos referimos a povoados, no entanto, os moradores e moradoras se auto identificam enquanto comunidades rurais.

⁶⁷ Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Verdejo, Miguel Expósito, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos – Brasília: MDA/Secretária de Agricultura Familiar, 2006. Disponível no site: www.ministeriodedesenvolvimentoagrario.gov.br

❖ *A primeira etapa do Curso...*

Através do curso nos propusemos a desenvolver práticas de EA de forma democrática e baseada na perspectiva da formação de cidadãos e cidadãs mais críticos e sensíveis à questão ambiental. Na primeira etapa estava prevista a duração de doze meses, no entanto, a sua duração foi estendida, por vários problemas, como a liberação do recurso, o tempo chuvoso que é muito intenso no Maranhão, além da dificuldade de comunicação que por muitas vezes impediu que os encontros mensais fossem realizados.

Durante o DRP, constatamos a necessidade de dividir os grupos em dois Núcleos que denominamos: Núcleo Taim (Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Cajueiro, Vila Maranhão e Porto Grande) e Núcleo Tauá - Mirim (Jacamim, Portinho, Embaúbal, Amapá, Ilha Pequena e a Ilha de Tauá - Mirim) 6 em cada núcleo, foi decidido durante o DRP que cada comunidade poderia indicar cinco jovens para essa etapa e que seriam multiplicadores em suas respectivas comunidades. Na primeira etapa tivemos vinte jovens inscritos no Núcleo Taim e dezenove no Núcleo Tauá - Mirim (Quadro 2 e 3). Ainda no DRP foi tirado um calendário participativo já com o planejamento prévio das atividades mensais e os conteúdos a ser trabalhados levando em conta o que queriam “aprender e ensinar”, enfatizando o modo de vida e a relação com o ambiente natural e social, repassado de geração para geração.

Imagem 5 Reunião realizada durante o DRP na comunidade do Jacamim



Fonte: GEDMMA, 2011.

Quadro 3 Lista nominal dos jovens e das jovens do Núcleo Taim – 1ª Etapa

CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ZONA RURAL II DE SÃO LUIS - MA 1ª ETAPA	
NÚCLEO TAIM	COMUNIDADE
Alisson Jesus Santiago	Rio dos Cachorros
Antonia Elenilza Lima Silva	Vila Nova República
Aylton Fontes Pires	Rio dos Cachorros
Bruna Sousa de Moraes	Rio dos Cachorros
Cássia Camila de J. Lopes	Taim
Débora Cecília Pires dos Santos	Rio dos Cachorros
Erick Jhonny dos Santos	Rio dos Cachorros
Francivalda S.Santos	Taim
Ítalo de Moraes Cardoso	Rio dos Cachorros
Jéssica Carmem Silva de Moraes	Rio dos Cachorros
Júnior Cruz Silva	Rio dos Cachorros
Karla Moraes de Jesus	Taim
Kássia Moraes de Jesus	Taim
Leidivânia Gonçalves Silva	Taim
Leila Letícia de J. dos Santos	Taim
Maria Deusamar Lima Vila	Vila Nova República
Natacha dos Santos Pires	Rio dos Cachorros
Nayara Araújo	Rio dos Cachorros
Nila Beatriz Pires Viana	Rio dos Cachorros
Paulo Rodrigo Pires	Rio dos Cachorros
Rafaela Mesquita dos Santos	Taim
Rodrigo Trinta Mendes	Rio dos Cachorros
Rosana Mesquita	Taim
Thayson Carlos Silva Lopes	Taim

Fonte: Dados organizados pela autora

Quadro 4 Lista nominal dos jovens e das jovens do Núcleo Tauá-Mirim – 1ª Etapa

CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ZONA RURAL II DE SÃO LUIS - MA 1ª ETAPA	
NÚCLEO TAUÁ - MIRIM	COMUNIDADE
Adriana dos Santos Inocentes	Jacamim
Akássia Nunes da Silva	Ilha de Tauá Mirim
Auriane dos Santos Inocentes	Jacamim
Claudirene Cabral Nunes	Ilha de Tauá Mirim
Cleudinice Costa França	Ilha Pequena
Diego Dantas da Silva	Ilha de Tauá Mirim
Dioenes Amorim Serra	Jacamim
Elisângela dos Santos Moreira	Jacamim
Elizângela de Jesus	Portinho
Jadenilson Correia da Silva	Ilha de Tauá Mirim
Jadinalva Correia da Silva	Ilha de Tauá Mirim
Jaynna Moreira Maciel	Amapá
Kássia Kellen Canelas Moreira	Amapá
Maria José dos Santos Moreira -	Amapá
Michele dos Santos Pereira	Jacamim
Neilson Santos Pereira	Jacamim
Patrícia de Jesus Marinho Reis	Portinho
Renata Mariana de S. Marinho	Jacamim
Wellison Amorim Pereira	Jacamim

Fonte: Dados organizados pela autora

Nesse contexto atual, essas populações rurais, urbanas ou tradicionais tornam-se empecilhos para o “desenvolvimento” assim como, suas práticas e as relações históricas com o ambiente tornam-se obsoletos diante do progresso capitalista.

Pensar a educação ambiental como uma proposta de ação educativa ampla e buscando a participação ativa dos/as educando/as e dos educadores/as, bem como do contexto geral das populações já descritas acima, é um grande desafio dentro do contexto social e político por qual passa o Brasil. Contudo, apesar da conjuntura atual, a mesma “surge como uma das possíveis estratégias para o enfrentamento da crise civilizatória de dupla ordem, cultural e social” SORRENTINO, *et al*, 2005, p. 285).

Conforme a política nacional de educação ambiental é possível afirmar que

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso

comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
(BRASIL⁶⁸, 1999)

Nesse sentido de agregar conhecimentos iniciamos as atividades de campo cumprindo o Princípio de número 1 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que diz: “a educação ambiental é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores” (DIAS, 2000, p. 60).

Tal afirmação atende ao que o Paulo Freire orienta quando diz que “ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p.24). Podemos também relacionar as afirmações acima com concepções de trabalhos de EA realizados em comunidades e populações que vivenciam conflitos ambientais em decorrência da injustiça ambiental tendo seus modos de vida, cotidiano e trabalho, alterados, nas quais não são negligenciados tais conflitos e injustiças, mas que, ao contrário, há empenho na construção de formas de resistência a partir de suas experiências. Sendo assim, entendemos que a EA pode servir de instrumento de empoderamento e construção da cidadania das comunidades.

Dessa forma nos alinhamos com a afirmação de Freire (1996, p. 24) que diz que “Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética (...) Por se tratar de processos educativos a educação ambiental diretiva e política não podem negligenciar os conflitos e a injustiça socioambiental e conforme nos mostra o princípio 4 do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Social, “a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social”. Eis o desafio da Educação Ambiental, transmutar-se gradualmente em uma educação política, até desaparecer a necessidade de se adjetivar a educação de “ambiental”.

Dentro desse contexto de conflitos ambientais, onde as comunidades tradicionais buscam resgatar a autonomia e o fortalecimento em defesa do seu território e do lugar, estes construídos pelos seus antepassados e que estão sendo violados pelo próprio estado que tem como dever protegê-los, torna-se um desafio no sentido de refazer a história e proporcionar um quadro de vida futuro onde sejam superadas as injustiças.

A construção de uma educação popular dialógica resgata a necessidade de organização popular em defesa dos modos de vida não capitalistas que são “pouco a pouco

⁶⁸ BRASIL, Lei ° 9.795, de 27 de abril de 1999. Que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Maiores informações no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm

destruídos pelo mercado, por não atenderem à dinâmica lucrativa dos capitais (...)” (ACSELRAD, 2009, p.42) e das construções e relações próprias entre a natureza e a população atingida. Refletindo o papel que cabe tanto ao poder público quanto a sociedade em viabilizar, tanto em relação ao uso dos recursos naturais dessas, a EA tem um papel importante nesse contexto já que a mesma não é somente um conjunto de práticas de defesa do meio ambiente, mas sim, a possibilidade de se construir uma *práxis* socioambiental, comprometendo todos os envolvidos a uma nova postura ética, social, cultural, econômica, histórica e ecológica. (DICKMANN, 2010, p.15).

Nesse processo de relação entre as populações afetadas diretamente pelas grandes indústrias, projetos hidroviários, agropecuários, etc. implantados nas proximidades das populações tradicionais trazemos ao debate ambiental uma categoria que chamamos de Justiça Ambiental. Esse termo surge nos EUA ainda na década de 1960 após ser observado que a populações negras eram as mais expostas aos riscos ambientais e incentivados pelo governo. O mesmo acontece até hoje, as populações estão expostas a esse modelo desenvolvimentista que o país escolheu no intuito e com o discurso de trazer mais empregos e automaticamente melhorar a qualidade de vida dessa população. “A justiça ambiental exige que as políticas públicas sejam baseadas no respeito mútuo e na justiça para todos os povos, livres de toda a forma de discriminação e preconceito” (ACSELRAD, 2004).

Nesse contexto social, político e ambiental far-se-á necessárias abordagens diferenciadas ao mesmo tempo em que se estimulem as populações a buscar uma postura em defesa do seu modo de vida e do seu território. Necessário também que, através da educação ambiental participativa, dialógica, parta da realidade local e respeite a diversidade, a construção dessa nova forma de agir e de pensar o local seja repassada aos mais jovens e possibilite maior autonomia nas tomadas de decisões que beneficiem o coletivo.

5.2 Educação ambiental, cidadania e interdisciplinaridade

A educação ambiental está diretamente ligada à formação de valores e atitudes em relação à diversidade, à complexidade existente no mundo e na vida, seja em relação ao ambiente e/ou a pessoas. Sendo assim, com essas características peculiares, percebe-se a necessidade de que à sua prática associemos a interdisciplinaridade, pois, “Desde o início a educação ambiental posicionou-se na contramão da educação chamada tradicional, disciplinar, cujos conteúdos fragmentados não fazem conexão com a vida das pessoas” (CARVALHO, 1998. p.24).

Percebe-se ainda a importância de questionarmos se o atual contexto social/econômico/político e ecológico tem contemplado as necessidades atuais das populações e comunidades afetadas pelo grande capital financeiro. Diante de tudo isso se faz necessário promover o fortalecimento da cidadania, entendida aqui como construída coletivamente de forma que permita maior participação nas tomadas de decisões sobre os projetos que atingirão diretamente o seu modo de vida, nas questões emergentes e na necessidade de compreender e interferir positivamente nos debates ambientais.

O que há de mais desejável, do ponto de vista da educação do que preparar as pessoas para avaliar e decidir sobre o que as afeta? (CARVALHO, 1998, p. 66). Nesse sentido a educação freireana mostra de que forma o educador pode contribuir na formação de sujeitos mais críticos e atuantes no seu contexto de vida.

O campo da educação ambiental ao propor a interdisciplinaridade na sua forma de atuação, deixando de ser a uma educação fragmentada, amplia o debate comprometido com os dilemas contemporâneos. Sendo assim, “não adianta centrar todos os esforços numa educação ambiental que aposta tudo na pedagogia comportamental, confundindo mudança pontual de comportamentos com a formação de sujeitos éticos e políticos”, (CARVALHO, 1998, p.67) isso não implica dizer que atitudes como não jogar papel no chão, economizar água não sejam importantes, no entanto o debate na educação ambiental vai além disso e tem que propor alternativas viáveis no contexto atual de conflitos ambientais, já que além de um processo educativo é também um processo político e social.

A crise ambiental e a crise do saber surgem como “acumulação das externalidades do desenvolvimento do conhecimento e do desenvolvimento econômico”. Surgem como todo um campo real negado e do saber desconhecido pela modernidade, reclamando a “internalização” de uma “dimensão ambiental” através de um “método interdisciplinar”, capaz de reintegrar o conhecimento para apreender a realidade complexa (LEFF, 2011) em vez de esse conhecimento ser fragmentado, compartimentado, precisa ser compreendido num todo, de forma que esse processo de desenvolvimento científico e tecnológico não tire a alegria de viver de homens e mulheres atingidos pelo atual modelo capitalista.

Para isso, se faz fundamental uma abordagem interdisciplinar das questões ambientais, pois

implica em utilizar a contribuição das várias disciplinas (conteúdo e método) para se construir a compreensão e explicação do problema tratado e desse modo, superar a compartimentação. Implica, também, em envolver as populações e valorizar seus conhecimentos. (CAPORLÍNGUA; COSTA, p.6, 2013).

Vale ressaltar que o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) ao incorporar a dimensão ambiental em suas diferentes disciplinas, métodos e conteúdo, seja em âmbito formal e informal, estabelece uma melhor compreensão dos seus propósitos.

Na Conferência de Tbilisi, em 1977, foram estabelecidas as orientações gerais da educação ambiental, tendo o princípio da interdisciplinaridade em forma de método no intuito de compreender e restabelecer as relações sociedade-natureza, sendo assim, abre precedentes para se pensar uma forma de educação baseada na compreensão de um todo e das relações estabelecidas no meio social e ambiental.

A interdisciplinaridade na educação ambiental ao ouvir diversos atores que vivenciam situações de conflitos ambientais, proporciona um saber mais crítico e construído coletivamente não limitado apenas aos conhecimentos biológicos e de preservação da natureza, mas partindo das experiências de vida de cada um/a e que mostre a possibilidade de uma sociedade sustentável, mas, não nos modelos atuais de exploração dos recursos naturais de forma desordenada, que propicie um diálogo com os iguais e que os antagônicos possam entender essa relação efetiva entre as comunidades e a natureza.

Os efeitos do domínio humano sobre a natureza, que aumentou drasticamente nas últimas décadas, têm feito com que cada vez menos haja um diálogo de saberes diversos. Muitas, ou seja, na maioria das vezes, esse diálogo se inviabiliza devido ao fato de que o modelo de conhecimento que nos é imposto pelo capitalismo, prega que a tecnologia supera o conhecimento tradicional e não tem levado em conta a forma com que as comunidades tradicionais e populações se relacionam com o ambiente. O que tem prevalecido são políticas que não consideram o conhecimento dessas comunidades.

Nessa compreensão sobre a EA e a interdisciplinaridade elaboramos um quadro 1 com o rol de conteúdos trabalhados nas duas etapas do Curso. A seguir iremos relatar os desdobramentos das atividades propostas.

Quadro 5 Rol de Conteúdos do curso – 1ª Etapa

CONTEÚDOS	DIA/MÊS	COMUNIDADE
Diagnóstico Rápido Participativo - DRP	Setembro de 2011	Todas as comunidades da Resex de Tauá Mirim
Introdução a Educação Ambiental	15/10/2011	No Jacamim (sábado) Taím (Domingo)

CONTEÚDOS	DIA/MÊS	COMUNIDADE
1º Encontro – Diagnóstico Socioambiental de cada comunidade	13/11/2011	Porto Grande
Resultado da pesquisa feita pelos alunos e alunas em seus respectivos povoados	10/12/2011	Rio dos Cachorros
SNUC/UC/RESEX	04/01/2012	Limoeiro
SNUC/UC/RESEX	26/02/2012	Amapá
Código Florestal/Manguezal	10/03/2012	Rio dos Cachorros
Código Florestal/Manguezal	11/03/2012	Jacamim
Modernidade, Desenvolvimento e Suas Consequências e o Potencial Econômico Ecológico dos Recursos Naturais	14/04/2012	Taim
Modernidade, Desenvolvimento e Suas Consequências e o Potencial Econômico Ecológico dos Recursos Naturais	15/04/2012	Ilha de Tauá Mirim
Políticas Públicas de Juventude – Urbana, Rural e Metropolização	19/05/2012	Rio dos Cachorros
Políticas Públicas de Juventude – Urbana, Rural e Metropolização	20/05/2012	Jacamim
Recursos Hídricos e o processo industrial no Brasil e no Maranhão	02/06/2012	Jacamim
Recursos Hídricos e o processo industrial no Brasil e no Maranhão	03/06/2012	Taim
Resíduos Sólidos: reciclagem e reaproveitamento	14/07/2012	Rio dos Cachorros
Resíduos Sólidos: reciclagem e reaproveitamento	15/07/2012	Ilha Pequena
2º Encontro	Agosto	Jacamim (Os dois núcleos)
Seminário Final – Encerramento da 1ª Etapa	Setembro	Na UFMA

Fonte: Dados organizados pela autor

Devido às dificuldades de deslocamento os cinco jovens da Ilha de Tauá Mirim que no início do curso tinham participação assídua foram deixando de frequentar o que nos ajuda compreender o que esses jovens enfrentam para continuar os estudos fora da ilha já que lá não possui escolas para a faixa etária.

Vale ressaltar ainda que durante a 1ª Etapa estava acontecendo o Projovem⁶⁹ e recebiam uma bolsa – auxílio de R\$ 100,00 (cem reais) para ajuda de custo, no caso do Projeto de Extensão não tinha rubrica para tal custo, um dos entraves para a participação dos que possuem uma renda menor e mais dificuldade para manter o custo do deslocamento, esse foi uma dificuldade enfrentada, que tentamos reverter realizando atividades na comunidade da Ilha de Tauá - Mirim no intuito de incluir os jovens nas atividades propostas, foram bastante produtivas e teve alguns desdobramentos positivos. Única escola na Ilha de Tauá Mirim. Realizávamos nossos encontros nesse local quando planejada para integrarmos os jovens e as jovens da Ilha. (Imagem 6)

Um dos desdobramentos entre a 1ª e a 2ª Etapas foi da realização de duas oficinas. Sendo a primeira a Oficina de Cartografia Social com o Profº Jeovah Meirelles da Universidade Federal do Ceará (UFC) nos dias 10 e 11.01.2013, realizada na comunidade do Rio dos Cachorros, outra foi a Oficina de Metodologia, que aconteceu nos dias 16 e 17 de janeiro de 2013 na UFMA com os temas: Educação Popular e as experiências de organizações nesse campo educativo, com a participação do Movimento dos Sem-Terra (MST); Congregação das Irmãs de Notre Dame, Pastoral da Juventude de São Luís (PJ) e Aula de Campo dentro da concepção da Educação Popular já que a primeira opção de trabalho com a metodologia de Habilidades e Competências sempre foi um ponto divergente na coordenação do GEDMMA. Na primeira etapa do Curso de Extensão foi utilizada a metodologia de habilidades e competências devido a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA,1999) em seu texto enfatiza a construção de habilidades e competências em suas diretrizes, a partir então, das trocas de experiências com as irmãs de Notre Dame, com a equipe da educação do MST aos poucos foi sendo substituída gradualmente em suas atividades propostas utilizando a Educação Popular já com forte influência de Paulo Freire em suas obras.

⁶⁹ Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), busca colaborar a formação de jovens de baixa renda. Criado em 2005 e reestruturado em 2008 quando passou a ser denominado de Projovem Integrado, o programa federal é uma extensão da Política Nacional de Juventude e se divide em quatro modalidades, voltada aos jovens com diferentes perfis. Ver site: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/programa-capacita-jovens-para-o-mercado-de-trabalho>

Baseada além da PNEA, também tivemos como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais⁷⁰ (PCN's,1997) na utilização da metodologia de Habilidades e Competências documento básico onde o tema Meio Ambiente aparece como tema transversal. Nesse documento

reconhece a importância da participação construtiva do aluno e da aluna e ao mesmo tempo, da intervenção do professor e da professora para a aprendizagem de conteúdos específicos, que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias na formação do indivíduo – expressas em termos de competências e habilidades, nas suas diferentes dimensões. (MELLO, RIBEIRO,2003, p. 61)

Um outro desdobramento ainda na primeira etapa para a segunda etapa foi uma parceria com o Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais que tinha como tutora a Prof Dr Madian Pereira, uma das coordenadoras do GEDMMA que faria a reconstrução histórica oral das comunidades que demandam a Resex com os estudantes de Ciências Sociais - PET, junto com os jovens e as jovens das comunidades rurais, esse momentos entre os petianos, a tutora e as comunidades foram planejadas coletivamente e teve como produto final um relatório que ainda não foi apresentado ao GEDMMA até o momento, sendo que está previsto a apresentação no 2º semestre de 2016 conforme informação a tutora.

As imagens que seguem (colocar número de cada imagem) são relativas a primeira etapa do curso. No Encontro, nome dado aos encontros realizados com todas as comunidades para troca de experiências e maior interação entre os jovens, as jovens e as comunidades em geral.

Deslocamento dos jovens até a Ilha da Boa Razão para uma atividade de campo de reconhecimento a área pleiteada para a criação da Resex de Tauá Mirim foi realizada a parte dentro da própria Ilha de São Luís até o espelho d'água. Esse foi um momento que tivemos a participação do líder comunitário e pescador Beto do Taim, contribuindo na construção do conhecimento dos jovens e das jovens de forma lúdica e participativa.

⁷⁰ Documento oficial do Ministério da Educação – MEC – com diretrizes para a implementação de Temas Transversais na educação básica.

Imagem 6 Aula de Campo – 1ª Etapa



Fonte: Arquivos da autora

As atividades eram organizadas por um grupo de jovens de cada comunidade e ao ser planejada a cada encontro o local do próximo encontro, os jovens e as jovens de cada comunidade eu acolhia o grupo organizava o espaço, a alimentação, tudo de forma cooperativa e com frutas, comidas regionais e o menor número possível de materiais descartáveis, e funcionou de forma participativa em toda primeira etapa do curso e nas aulas embarcadas eram utilizados os equipamentos de segurança adequados.

Imagem 7 Aula de campo na comunidade do Amapá



Fonte: Arquivos da autora

Nesse sentido, foi trabalhado a questão da cooperação, da autonomia e responsabilidade de cada grupo local.

As imagens de números 6, 7,8,9,10,11 ilustram as atividades propostas de EA.

Imagem 8 Beto do Taim participando da Aula de Campo

Imagem 9 Aula de campo



Fo
nte:
Arquivos
da autora.

Fo
nte:
Arquivos
da autora.

Fo
nte:

Arquivos da autora.

Imagem 11 Escola de Ensino Fundamental Menor na Ilha de Tauá Mirim



F

onte:
Arqui
^a Etapa
vos
da
autor
a.

Imagem 12 Caminho percorrido para chegar na Ilha de Tauá Mirim



F

onte:
Arqui
vos

da



Autora

❖ *O seminário temático da primeira etapa...*

Na primeira etapa do curso tivemos algumas dificuldades na execução do calendário. Algumas datas não foram cumpridas como previsto devido a diversos fatores. Dentre eles podemos citar: a comunicação com os jovens e as jovens foi deficiente em alguns momentos por que o telefone móvel nem sempre funcionava, pois o sinal de telefonia móvel é fraco na Zona Rural, houve um atraso na liberação do recurso em tempo hábil para desenvolvermos as atividades e no período chuvoso ficava complicado de nos deslocarmos, principalmente na área da Ilha de Tauá - Mirim e as outras comunidades que precisávamos ir embarcados. As imagens 11 e 12 mostra a estrutura onde aconteciam as atividades e o caminho até chegar a escola na comunidade do Jacamim, algumas vezes era um fator externo que dificultava a realização das atividades planejadas.

Mesmo assim, o Seminário Temático planejado anteriormente conforme Quadro 1, antes planejado para acontecer em setembro de 2012 foi acontecer em junho de 2013 pelos fatores já citados.

O Seminário Temático teve por objetivo: Que cada Núcleo e suas respectivas comunidades apresentassem os motivos pelo qual defendiam a criação da Resex de Tauá Mirim. Os jovens e as jovens da Ilha de Tauá Mirim não conseguiram participar devido problema no deslocamento, mas, as demais comunidades estiveram presentes no dia 14.06.2013 no Auditório A do Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Federal do Maranhão e surgiram coisas muito interessantes além da união dos jovens e das jovens em busca de um denominador comum: a criação da Resex de Tauá - Mirim em defesa do seu território construídos por seus antepassados. Histórias que foram pesquisar com os mais velhos, fizeram entrevistas e apresentaram com muita emoção como enfatiza MAIA, (2014) ao falar do poema:

*“ Nós somos tainos
somos herdeiros bons de onde só vem dor,
povo humilde, honrado e trabalhador
o bem é o que nós temos pra dar
quem há de me dizer quem somos?
Se nem acaso tu sabes quem és?
quem há de me dizer quem somos?
Querem nos lançar fora como se fossemos pragas
nas plantas das construções,*

quem há de dizer quem somos?

Se nem acaso tu sabes.”

Rafaela Mesquita

O poema acima foi escrito e recitado pela jovem Rafaela em voz engasgada de tanta emoção, por ocasião do encerramento da primeira etapa do Curso de Educação Ambiental, promovido pelo Grupo de Estudos, Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e idealizado por lideranças das comunidades que lutam pela criação da Resex de Tauá Mirim (MAIA, 2014, p.56).

Muito bom desse momento e acreditar que o objetivo do curso foi de certa forma cumprido apesar do longo e dolorido caminho que as comunidades têm passado nos últimos anos conforme relataremos mais à frente.

Na primeira etapa todos aprendemos juntos. Na avaliação encontramos muitas falhas identificadas pelos próprios jovens e a tentativa de adequar essas experiências na segunda etapa era grande. Em alguns momentos, na primeira etapa, os jovens e as jovens acharam muito teórico os conteúdos apresentados e mudamos o planejamento e fomos desbravar o manguezal na comunidade do Rio dos Cachorros sob a coordenação de Beatriz Pires que nos levou fazendo paradas, explicando o que aprendeu com os mais velhos, momento também de conhecimentos partilhados com muita propriedade pelos jovens e pelas jovens.

Para quem estava de fora dentro dos “padrões” de sala de aula, não entendeu aquela mudança no planejamento como algo bom, compreenderam que estava desorganizado. A educação brasileira segue um modelo que não atende a demanda dos jovens e das jovens, quando na verdade foram eles e elas que direcionaram a atividade e foi surtiu um efeito positivo e estimulante para o planejamento da próxima etapa. No dia do Seminário Temático finalizamos a primeira etapa e demos o pontapé inicial para a segunda etapa que iremos relatar no próximo item.

❖ *A segunda etapa do curso...*

Novas expectativas, novos momentos, membros, comunidades que não fazem parte do perímetro da Resex de Tauá - Mirim juntaram-se em busca de maiores conhecimentos, apesar de não conseguirem frequentar as atividades propostas com muita frequência a até o final do curso.

Nessa etapa a comunidade de Cajueiro, Vila Maranhão e Porto Grande tiveram representatividade com um jovem cada uma. Na primeira etapa não haviam representantes

dessas comunidades, as mesmas foram inseridas nessa segunda etapa e acreditamos ter sido motivadas pela intensidade dos conflitos enfrentados terem aumentado no final do ano de 2014.

A coordenação da primeira etapa foi substituída e assumiu o Prof^o Dr. Samarone Marinho na etapa do ano de 2014.

Ainda nos dois primeiros meses conseguimos acompanhar as reuniões iniciais, cabe aqui ainda informar que durante a primeira etapa do Curso de Extensão em EA foi necessário formar uma equipe que se responsabilizaria em organizar todo o curso (planejamento, textos de estudos para aprofundamento dos temas, providenciar convidados para cada tema específico). Assim foi criado ainda na primeira etapa o Núcleo de Educação Ambiental do GEDMMA (NEA/GEDMMA) com participação de bolsistas e pesquisadores e pesquisadoras. Grupo formado por: Ana Lourdes Ribeiro (Coordenadora afastada para o mestrado); Horácio, Jadeylson Ferreira, Maria Ecy, Tamires Rose, Samara Reis, Josemiro Ferreira, Neuziane dos Santos.

Na segunda etapa 30 jovens se inscreveram do Núcleo Taim conforme nos mostra o Quadro 4 e 22 conforme o Quadro 5 no Núcleo Tauá Mirim. Podemos perceber no quadro do Tauá-Mirim que houve a participação de 2 jovens que não moram no território da Resex de Tauá- Mirim. No entanto, interessados em contribuir na luta, os dois moradores de área pesqueiras e que passam por problemas ambientais oriundos de projetos de desenvolvimento, no caso da comunidade do Pau Deitado, projetos relacionados a construção civil que tem gerado muitos impactos ambientais e conflitos. Já a Vila Samara está localizada no entorno das comunidades que fazem parte do Núcleo Tauá – Mirim e com fortes laços familiares e afetivos, o que facilitou o conhecimento sobre o curso e a vinda desses dois jovens na segunda etapa.

O Curso de Extensão de Educação Ambiental teve essa característica, aproximar outras comunidades a luta pelo território e pela qualidade de vida da grande Ilha do Maranhão e que no decorrer das entrevistas, conversas informais foi percebido o laço forte construído, mesmo que por vezes apesar de estarem localizados no mesmo território, a distância e as dificuldades de transporte público tem dificultado essa interação embora, ainda aconteça esporadicamente após o término do curso por motivos que mais adiante ficará mais claro.



Imagem 13 Atividade na Comunidade do Cajueiro 2ª Etapa.



Fonte: GEDMMA,2014

Imagem 14 Oficina de Cartografia Social – 2ª Etapa – Comunidade do Rio dos Cachorros



Fonte: GEDMMA, 2014.

Quadro 6 Lista nominal dos jovens e das jovens do Núcleo Taim

CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ZONA RURAL II DE SÃO LUIS - MA 2ª ETAPA	
NÚCLEO TAIM	COMUNIDADE
Angla Silva Gomes	Rio dos Cachorros
Brenda Sosa de Morais	Rio dos Cachorros
Cássia Camila de Jesus Lopes	Taim
Danielli Cristina Moraes	Rio dos Cachorros
Elenilcy Santos Silva	Taim
Erick Jhonny dos Santos	Rio dos Cachorros
Evaldecy C. S. Júnior	Vila Maranhão
Francivalda Silva Santos	Taim
Francivânia Gonçalves Silva	Taim
Gleyce Dayane S. Cantanhede	Vila Maranhão
Hudecir Walentim de Melo	Cajueiro
Jeniffer Hellen O. Teixeira	Rio dos Cachorros
Jéssica Cristina Silva	Rio dos Cachorros
Josemar Silva de Morais	Rio dos Cachorros
Juliete Lopes	Rio dos Cachorros
Karla Moraes de Jesus	Taim
Larissa Layane	Taim
Leidivânia Golçalves Silva	Taim
Margô Sousa	Rio dos Cachorros
Maria Bárbara Trinta	Rio dos Cachorros
Maria de Fátima	Vila Maranhão
Maria Eduarda Oliveira Teixeira	Rio dos Cachorros
Maryelle Cristine Moura dos Santos	Rio dos Cachorros
Nataniel Costa Barreto	Cajueiro
Nila Beatriz Pires Viana	Rio dos Cachorros
Pedro Henrique	Vila Maranhão
Rafaela Mesquita dos Santos	Taim
Raíssa Macedo dos Santos	Cajueiro
Thayson Carlos Silva Lopes	Taim
Valdenice Lopes Silva	Taim

onte: Dados organizados pela autora

Quadro 7 Lista nominal dos jovens e das jovens do Núcleo Tauá - Mirim

CURSO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ZONA RURAL II DE SÃO LUIS - MA 2ª ETAPA	
NÚCLEO TAUÁ - MIRIM	COMUNIDADE
Adão Borges	Jacamim
Aldilene Amorim de Souza	Jacamim
Alessandra dos Santos Costa	Jacamim
André Santos Sousa	Pau Deitado
Andrea Cristina Marinho Barros	Portinho
Andressa Pereira de Aquino	Jacamim
Carlos Alberto Santos Pereira	Jacamim
Daniele Santos da Silva	Jacamim
Domingas de Jesus	Portinho
Erica Costa Pereira	Jacamim

NÚCLEO TAUÁ - MIRIM	COMUNIDADE
Gabriel Silva da Graça	Cajueiro
Irenilde Serra Sousa	Amapá
Jean Júnior Santos Pereira	Jacamim
Joana de Jesus	Portinho
Kleber Silva Soares	Jacamim
Leandro Pereira Borges	Jacamim
Maria Claudiana dos Santos Inocentes	Jacamim
Maria Madalena S. Pereira	Jacamim
Mychelly Vale Baldez	Vila Samara
Raiane Miely Paixão Pereira	Jacamim
Suelen Pereira Santos	Jacamim
Tatiele dos Santos Silva	Jacamim

Fonte: Dados organizados pela autora

Quadro 8 Rol de Conteúdos do curso – 2ª Etapa

MÊS	ATIVIDADE/TEMÁTICA	COMUNIDADE
Janeiro	Oficina de Cartografia Social	UFMA/Rio dos Cachorros
Fevereiro	DRP da 2ª Etapa do Curso de EA	Rio dos Cachorros /Jacamim
Março	Introdução a Educação Ambiental	Taim /Jacamim
Abril	SNUC/Unidades de Conservação/RESEX/Lei dos Povos Tradicionais	Rio dos Cachorros /Jacamim
Mai	Seminário Internacional Carajás	UFMA
Junho	Unidades de Conservação; A peleja do povo contra o Dragão de Ferro Taim / Jacamim	
Julho	1º Encontro	Amapá
Agosto	Exibição do filme Avatá/ GEDMMA/PET - EA e a Resex de Tauá Mirim	Taim e Amapá
Setembro	Não houve atividade	
Outubro	Visita de Pesquisadores da Universidade de Cabo Verde	Taim e Rio dos Cachorros
Novembro	Histórico sobre os conflitos do Cajueiro / RESEX em Redes Sociais - Cajueiro	Cajueiro
Novembro	Oficina sobre como manusear redes sociais	UFMA

sobre o Cajueiro - Blog,Facebook - UFMA		
MÊS	ATIVIDADE/TEMÁTICA	COMUNIDADE
Dezembro	2º Encontro e Encerramento da 2ª Etapa do Curso e Extensão de EA	Taim

Fonte: Dados organizados pela autora

Essas datas organizadas no DRP não seguiram a sequência e foram sendo planejadas e executadas juntamente com as jovens e os jovens. Conforme relatório de pesquisa no DRP surgiram as seguintes necessidades:

- Planejar semestralmente as atividades do curso levando em consideração o calendário das comunidades e particularidades dos alunos e das alunas;
- Levantar fundos para que os alunos e as alunas se desloquem de suas comunidades para outras quando necessário;
- Formar um núcleo gestor pelos alunos e alunas;
- Formar um grupo de pais que possibilite maior interação entre os alunos;
- Integração das comunidades de Maracanã, Vila Maranhão ao projeto, diante dos interesses dos líderes destas.

Na segunda etapa foi retomada a ideia central do curso de educação ambiental que seria a de estimular o protagonismo juvenil visando a renovação de liderança e sua participação política na luta pela RESEX com base no direito à cidadania. Nesse sentido faz-se necessário uma definição política da EA que, pois, entendemos como

A análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre seres humanos, visando à superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos (REIGOTA, 2009, p. 13).

Nesse sentido, essa EA ainda de acordo com o mesmo autor “está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum” (REIGOTA, 2009, p.13)

E ainda, nesse sentido de educação política ela deve ser por princípio:

Questionadora das certezas absolutas e dogmáticas: é criativa, pois busca desenvolver metodologias e temáticas ambientais com a vida cotidiana e estimula o diálogo de conhecimentos científicos, étnicos e populares e diferentes manifestações artísticas e crítica, muito crítica, em relação aos discursos e as práticas que desconsideram a capacidade de discernimento e intervenção das pessoas e dos

grupos independentes e distantes dos dogmas políticos, religiosos, culturais e sociais e da falta de ética (REIGOTA, 2009, p.15).

Segundo a compreensão do autor essa ética que se refere à utilizada por educadores e educadoras ambientais quando enfatizam: A necessidade de respeito a todas as formas de vida, quando a estimulam a igualdade e o respeito às diferenças étnicas, culturais e sexuais e ao se posicionarem contrários a todo tipo de corrupção, privilégios e violência, principalmente quando para isso, se utiliza de dinheiro público e de espaços públicos (escolas, universidades, instituições de governos, etc) (REIGOTA, 2009, p. 16).

Não podemos concordar com o autor quando o mesmo generaliza o conceito de ética a todos os educadores e educadoras. Já que não podemos esquecer que o modelo econômico capitalista o tempo todo enfatiza que possibilitará “melhor” qualidade de vida e “mais emprego para todos”, Será mesmo isso?

Sendo assim, a atuação da EA é no sentido de “auxiliar e incentivar o cidadão e a cidadã participarem da resolução dos problemas e da busca de alternativas no seu cotidiano de realidades específicas”. Mas, é preciso ressaltar que, diante dos complexos problemas ambientais, os indivíduos não resolverão sozinhos todos eles, porém, ela pode contribuir ao formar cidadãos e cidadãs conscientes dos seus direitos e deveres e que ao atuarem na defesa de seus territórios espaciais e simbólicos, com certeza não existirão efeitos mesmo que ao longo prazo.

Assim tem sido a postura da equipe de pesquisadoras e pesquisadores ao incentivar, através das atividades de EA, uma postura de resistência em defesa do lugar, no sentido também de fortalecer o pertencimento a esse lugar que traz muitas recordações e atendem ainda as demandas da vida de todas as comunidades envolvidas no processo através da participação ativa através das audiências públicas, nas mobilizações locais em busca dos direitos assim como de acesso aos recursos lá existentes.

Nessa etapa do curso foi importante, a participação de vários movimentos sociais que foram aderindo à luta pela Resex de Tauá Mirim, que teve como desdobramento várias ações importantes na luta que iremos pontuar uma a uma nas considerações finais dessa pesquisa.

Muitos desafios foram lançados durante o curso, dentre eles podemos elencar nesse momento a necessidade que os jovens e as jovens possuem, após completarem os estudos no Ensino Médio, de arranjar empregos para que possam ajudar a família e conseguir, assim, a sua emancipação financeira. Nesse interim, alguns dos nossos potenciais líderes encontrados durante o curso não conseguiram mais acompanhar as atividades, o que de certa forma

enfraquece a luta, mas ao mesmo tempo o curso agregou muitas pessoas na coletividade e em prol da Ilha de São Luís.

Sendo assim, a “EA como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum (REIGOTA, p.13).

A educação básica em toda área da pretensa Resex de Tauá – Mirim tem funcionado de forma precária conforme relatos e muitas vezes esses jovens não sabem que rumo tomar, já que vivem na zona rural, com modos de vida particulares mas, a todo momento são pressionados a escolherem uma profissão que atenda o mercado.

Pode ser percebido nas falas de algumas jovens quando questionados sobre o que mudou em suas vidas após o Curso de EA:

“Abriu os meus horizontes “(França do Taim); “Professora a senhora lembra que eu estava perdida, sem saber o que queria estudar na vida, eu descobri, quero fazer o curso de Nutrição” (Beatriz Pires- Rio dos Cachorros, 07/11/2015).

“*Eu como educadora ambiental...*” Repete Francivânia a todo instante durante a entrevista e diz mais:

O curso de educação ambiental, mudou minha vida, sempre amei o Taim, quando tive que sair de lá e morar na Vila Maranhão para estudar, sofri muito... sempre quis viver no Taim e depois do curso de Educação Ambiental sei como é importante a luta pela Resex de Tauá Mirim, e vamos lutar até o fim! (Francivânia Gonçalves Silva, 13/11/2015)

As entrevistas, as atividades de campo, oferece a possibilidade de entender mais profundamente o momento vivenciado por eles e elas, assim como a esperança e expectativa de um futuro mais promissor.

Entre as lideranças apesar de mais velhos, mais experientes e a mais tempo na luta, observam, acompanham as atividades, colaboram com depoimentos e n incentivo que esses jovens tomem as rédeas das suas próprias vidas, sem esquecer no entanto de defender o território passado pelos seus ancestrais. Enfatizando a todo instante os sentimentos que possuem em relação as suas comunidades e é bem claro em uma das suas falas Maria Máxima Pires ao afirmar em sua entrevista que:

“o pertencimento ao lugar, é quando ela lembra de cada pé de manga, de cada planta, do maxixe, do quiabo que vai para o Projeto revive⁷¹r e turistas comem o

⁷¹ Nome do projeto de restauração realizado no Centro Histórico de São Luís na década de 1990 e popularizou-se ao fazermos referência ao Centro Histórico de São Luís – MA.

arroz de cuxá⁷² e se a zona rural acabar de onde vai sair o camarão, a vinagreira para o arroz de cuxá? (Maria Máxima Pires, 01/11/2015).

Faz-nos concluir que aprendemos e ensinamos na convivência com as comunidades rurais.

Rosana Mesquita do Taim, se emociona ao lembrar da sua infância, das dificuldades de ir para a escola, mais que ao mesmo tempo,

“era muita alegria que iam andando de uma comunidade a outra para estudar e hoje um dos maiores problemas enfrentados pelas crianças e jovens é que apesar de ter transporte escolar para as crianças que as levam até a escola da Vila Maranhão, o que aprendem lá, não atende e não ajuda na manutenção do modo de vida que possuem no Taim” (Rosana Mesquita, 19/01/2016)

Rosana hoje é Conselheira Tutelar na área da zona rural e no Conselho estão enfrentando problemas para conseguir vagas nas escolas em outras comunidades (Vila Maranhão, Pedrinhas):

“e um dos motivos é a violência que aumentou na cidade, e aqui nós não temos Escolas de Ensino Médio e as mães ficam com medo de mandar seus filhos estudar no centro da cidade”. (Rosana Mesquita, 19/01/2015)

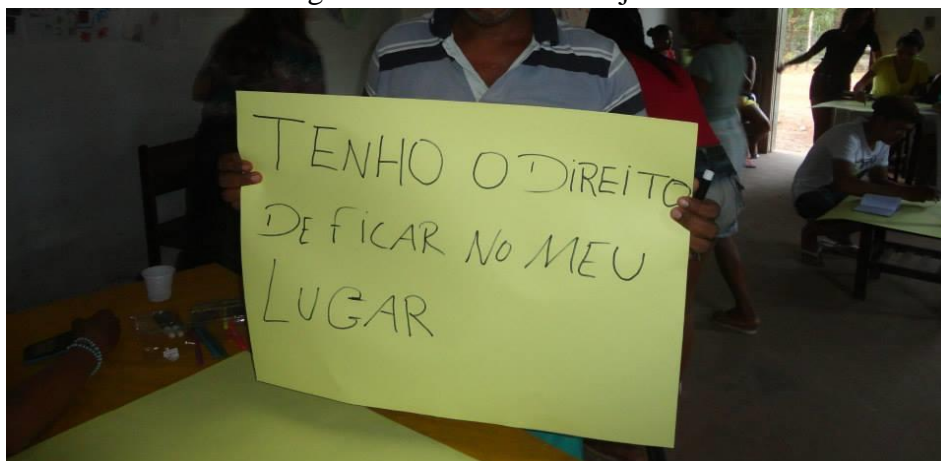
O árduo trabalho das mulheres da Zona Rural II de São Luís, acumulam funções variadas como por exemplo, lideranças locais, referências de luta, ainda precisam cuidar da casa e dos filhos, além das cobranças diárias dos companheiros devido o tempo que ficam ausentes de casa na militância política e em defesa dos seus territórios, numa luta desigual de acesso e uso das políticas públicas locais bastante desigual.

⁷² Prato típico da culinária maranhense que tem como ingredientes: camarão seco, vinagreira, gergelim.

Imagem 15 Atividade no Cajueiro



Imagem 16 Atividade no Cajueiro



Fonte: GEDMMA, 2014



Fonte: GEDMMA, 2014

As imagens 15 e 16 representam bem as atividades de mobilização realizadas na comunidades do Cajueiro durante um momento de conflito intenso entre os moradores e moradoras, com o Estado que pretende ampliar o Porto e as comunidades se juntaram e como parte do Curso de EA, se uniram a favor do Cajueiro, debatendo o conflito e buscando alternativas de minimizá-los de forma coletiva e organizada.

E foi assim, quando no final de 2014, as comunidades junto com os jovens e as jovens do Curso de EA muitas vezes transformaram a atividade num momento de auxílio mútuo no intuito de fortalecer a luta pelo território e lugar. O Cajueiro nesse momento se transformou o ponto principal da luta em busca de estratégias coletivas de ação.

6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A DEFESA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Nas últimas décadas EA vem se consolidando na academia como um campo social, apesar de uma crise epistemológica que alguns pesquisadores e pesquisadoras identificam no decorrer das suas pesquisas.

Esse processo é reflexo de um movimento histórico de cerca de quatro décadas, promovido por agentes sociais vinculados aos mais diferentes setores da sociedade, portadores de discursos ancorados em práticas distintas, por vezes antagônicas, que expressam o modo como compreender, produzem e aprendem a questão ambiental e atuam no enfrentamento dos problemas contemporâneos por meio da educação (LIMA, 2011).

Os sujeitos envolvidos nesse campo social também se mostram heterogêneos, buscando objetivos e finalidades comuns aparecem também como um campo de disputa, no qual prevalece o entendimento que constroem sobre o campo.

Do ponto de vista teórico e epistemológico, uma maior clareza e explicitação das maneiras como o conhecimento, os discursos e as práticas sociais se produzem são indicativos de quais projetos societários em disputa, em suas dinâmicas e relações contraditórias, estão se objetivando no plano social, permitindo entender as conformações do próprio campo social (BOURDIEU, 2005; 2007).

Isso posto, longe de defendermos uma educação ambiental única em seu entendimento de mundo e forma de agir, partindo dos pressupostos de que sua natureza conflitiva, na diversidade e na disputa de concepções e espaços na sociedade, fortalece-a e a legitima nas institucionalidades acadêmicas, nas políticas públicas e nos movimentos sociais que buscam a garantia de direitos, a afirmação das diferenças, a superação das desigualdades de classe e a construção de outro patamar societário (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2013, p.54).

Fizemos questão de iniciar esse capítulo com essas reflexões porque, no decorrer da pesquisa, no acompanhamento das comunidades e mesmo com alguns questionamentos sobre a EA e a quem ela atende, acreditamos na possibilidade de fazermos uma EA na perspectiva dos atingidos e atingidas dos megaprojetos de desenvolvimento implantados no país há mais ou menos três décadas ou antes disso, desde a colonização do Brasil.

Partindo dessa premissa de que EA estamos falando, é que nos possibilita a refletir de forma crítica. A EA surge diante de uma demanda não da população atingida pelo modelo de desenvolvimento que foi imposto pelos países capitalistas e “desenvolvidos” e sim de uma demanda do próprio sistema financeiro e empresarial preocupados não com as pessoas e sim

com os problemas que viriam a surgir no futuro que poderiam comprometer o lucro das empresas.

Como falar em garantia de direito, superação de diferenças quando o próprio Estado é o maior violador dos direitos e povos e comunidades tradicionais?

Nas últimas décadas, percebe-se, no Brasil, uma grande ofensiva contra as políticas ambientais instituídas em decorrência das lutas e dos movimentos sociais e ambientais, sempre visando questionar a responsabilidade do Estado (ACSELRAD, 2004).

A quantidade de empreendimentos em todo país com o aval do governo federal na construção de termoeletricas, hidrelétricas, infraestrutura urbana, empreendimentos imobiliários que veem as populações menos favorecidas como empecilhos para o desenvolvimento.

Nesse contexto, através do projeto de desenvolvimento expulsam famílias, povos, comunidades tradicionais através do deslocamento compulsório obrigando-os a abandonarem suas terras, áreas, histórias, vidas, enfim, tudo que construíram no passado, em nome de um futuro melhor (SANTOS *et al*, 2013, p. 246).

Em muitos momentos no curso de EA e Cidadania na Zona Rural II de São Luís, foi difícil falar de EA dentro dos padrões existentes, muito distante da realidade dos povos e populações, falar, por exemplo, que temos uma das leis ambientais mais avançadas no mundo, mais que deixa brechas para que as empresas multinacionais invadam espaços antes coletivos, vivenciados com seus núcleos familiares passando de geração e que é desse recurso que tiram o pão de cada dia.

Então, já que temos esses questionamentos, o curso de EA surge não no intuito de ser a “tábua de salvação” apregoada por todo canto do mundo, mas como alternativa de pensar na cidadania como forma de resistir a esses processos de forma organizada e contra hegemônica a esse modelo que nos sido imposto.

Nesse sentido, acreditar que o empoderamento de uma parcela dos povos e populações atingidas no sentido de ter argumentos a partir das próprias experiências vividas e aprendidas em comunidade e pelo bem comum, pode ser alternativa de vida a esse modelo hegemônico e impositor. “A urgente transformação social de que se trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade” (SORRENTINO, *et al*, p. 287;2005).

Esse discurso sobre as transformações da natureza muito é usado. Muitos pesquisadores e muitas pesquisadoras apresentam dados de suas pesquisas, financiados pelo

próprio Estado, que apesar do discurso, é o mesmo que tem tirado os direitos de acesso à terra por povos e comunidades tradicionais. Nas últimas décadas tem se espalhado por todo território brasileiro, de Norte ao Sul do Brasil os conflitos pela posse e uso do território, e o que está em jogo é a vida de um enorme número de famílias, que moram em locais com recursos naturais em abundância, as nossas idas a campo nos mostra, que essas populações possuem um meio bem próprio de uso dos recursos naturais em seus territórios. Esses territórios têm sido utilizados como moeda de troca entre os governos e as multinacionais. Fator esse que tem aumentado significativamente a violência no campo, na cidade. Expropriação de territórios ancestralmente construídos pelos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e ameaçados pelos grandes projetos de desenvolvimento. Como falar de uma educação ambiental crítica, emancipatória diante desse contexto social que vive o Brasil, em relação a perdas de direitos em prol do agronegócio, da construção de barragens, hidrelétricas e etc?

O próprio governo que tem tirado todas as conquistas de anos de lutas por milhares de povos e populações tradicionais, liberar recursos públicos para dar continuidade à expansão do capital internacional e financeiro no país e em toda América Latina.

Os problemas ambientais têm sido responsabilizados de forma individualizada quando se impõe à população a economizar energia, água, a reciclar o lixo, enquanto aos empresários e empreendimentos, se dá isenções de impostos para contaminar, poluir, destruir os recursos naturais que na maioria das vezes estão em territórios de povos e populações com diferentes formas de ser e estar no lugar construído historicamente.

Podemos, com isso, afirmar que a EA tornou-se um importante instrumento/ferramenta para os poderes hegemônicos (político e econômico) ao servir de compensação dos impactos sociais e ambientais (previsto no processo de licenciamento) elaborado por consultores e, dessa forma, utilizado para comprovar a responsabilidade socioambiental (marketing verde) de grandes corporações (SANTOS *et al* 2013,p.250).

Encontramos várias produções da EA que romantizam a sua execução como, por exemplo; Sorrentino (2005, p. 287) ao afirmar que:

Vivemos processos de exclusão nos quais há uma ampla degradação ambiental socializada com uma maioria submetida, indissociados de uma apropriação privada dos benefícios materiais gerados. Cumpre a educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente)?

Sabemos que essa é a realidade de muitos países latino americanos e vários são os questionamentos que ainda não temos uma resposta, no entanto, reverter a condição da EA construída no bojo de uma sociedade que segrega, eu excluí se faz um grande desafio.

Nos governos Lula 2003/2010 os investimentos nas obras de infraestrutura para a expansão do capital internacional iniciaram e se consolidaram no primeiro mandato de Dilma Rouseff (2011/2014). A violação dos direitos de povos e populações como os indígenas de Xingu, a transposição do Rio São Francisco tem impactado não só ambientalmente, como também socialmente. Os deslocamentos compulsórios desses povos e populações aumentam, os mesmos, excluídos dos processos legais como audiências públicas, essas tem sido utilizadas como instrumento de exclusão, na medida que não ouvem as populações, seus anseios e necessidades e muitas vezes não conseguem ter qualidade de vida que possuíam nos territórios em disputas. As disputas se acirraram. Os territórios da pesca artesanal, dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos homens e mulheres do campo em diferentes pontos do país tem vivenciado situações de muitos conflitos com atos de violência e mortes, além da criminalização dos ativistas de direitos humanos e líderes comunitários que lutam em defesa do pedaço de chão que vivem com suas famílias.

A EA tem servido assim de instrumento para apaziguar, amenizar conflitos e outras vezes apresentando dados mentirosos, que minimizam os efeitos nefastos dos impactos na vida dos povos e populações tradicionais. Sendo assim,

entendemos, portanto, a necessidade de inserir a injustiça ambiental no núcleo de debates da EA. Ou seja, de considerar que o pano de fundo da EA, ou a realidade, é de relações desiguais entre as classes e destas com o ambiente natural, bem como de distribuição sistemática das consequências ambientais negativas sobre os mais pobres, os mais fracos e desorganizados” (SANTOS *et al.*, 2013).

Em sua essência, a EA surge com maior força nas escolas formais, na formação de professores. Com o passar o tempo, as organizações da sociedade civil vêm atuando em comunidades, em associações, com um papel importante nesse contexto da ausência do Estado na execução de políticas públicas que atendam aos menos favorecidos, aos mais pobres, no entanto, sempre a EA aparece no sentido de culpabilizar os atingidos pelos grandes empreendimentos, quando escamoteia a desigualdade das “responsabilidades sobre os problemas ambientais, bem como da apropriação da riqueza e dos impactos decorrentes das transformações da natureza e das consequências negativas de tais atividades” (SANTOS, *et al.*, 2013, p.250).

Vale ressaltar que esse modelo de EA não atende o contexto atual de conflitos ambientais. Quando prioriza os empreendimentos e criminaliza a população.

Um exemplo emblemático acontece na zona rural II de São Luís quando o território em disputa é cercado de empresas mineradoras, que extraem areia e deixam para a população os resultados desse grande impacto ambiental que vai atingindo o lençol freático, impactando diretamente na produção agrícola de pequeno porte, que é feita nos quintais. Os grandes empreendimentos contam com licenças concedidas pelos órgãos ambientais locais e, nos últimos anos, os moradores e moradoras precisam recorrer a esses órgãos para cultivar pequenas roças e com muita burocracia, além de não significar impacto tal qual a mineração e outros empreendimentos ao entorno das comunidades causam.

De modo geral, pode-se observar que as atuais tendências na política ambiental nacional privilegiam primordialmente os interesses do capital, respectivamente das empresas, sejam eles privados ou públicos. (ZHOURI, 2011, p.23)

Nesse cenário totalmente desigual, acreditamos no importante papel a ser desempenhado pela educação. Se focarmos na educação enfatizando que “perdeu toda a importância e sentido nesta sociedade determinada pelo mercado, estamos como que tateando a verdade” (LEROY, 2010, p. 34).

Podemos refletir no sentido de pensar se a EA surge no sentido de apaziguar a função do estado quando organizações não governamentais (ONG's) assumem a EA como “Educação Ambiental de Etiqueta”⁷³ e de comportamento ambientalmente correto?

Esses questionamentos estão ainda longe de serem respondidos e que talvez continue conosco até quem sabe buscar responder no doutorado. Por hora nos cabe ressaltar que os dilemas ressaltados no modelo de educação vigente que temos se refletem também na EA. Como nos afirma Leroy (2010, p. 35)

Numa visão simplista poderíamos dizer que nosso desafio maior seria fazer com que todos entendessem a importância do meio ambiente para a preservação da própria vida humana. É a velha história - precisamos acabar com a miopia de que, de alguma forma situa ainda em campos opostos e em tola disputa aqueles que lutam pela justiça social e pelos direitos da cidadania e os que se dedicam à defesa das florestas e das águas, dos animais e das sementes. Na verdade, o problema é bem mais amplo, na medida em que uma nova armadilha se instala, especificamente para aqueles e aquelas que defendem a importância do meio ambiente e da educação ambiental.

A EA precisa nesse momento de crise, seja econômica ou crise ambiental, social, ecológica, porque elas se misturam e se confundem, buscar caminhos e propiciar mudanças

⁷³ Muito preocupada em trabalhar com as práticas cotidianas dos cidadãos e modifica-las, focam suas atividades em difundir a necessidade de se mudar alguns hábitos quanto ao consumo de água, de luz e outros, devido à crise ambiental em que nos encontramos, sem fazer qualquer reflexão sobre a sua causa. (SANTOS, 2013.*et al*, p. 252)

que não marginalizem a natureza e a restrinjam aos aspectos conservacionistas, já que tem “sua importância como palco da verdadeira experiência humana” (LEROY, 2010, p. 35).

É preciso que seja vista a sobrevivência da humanidade. Não apenas a natureza como algo fora da humanidade, como uma natureza que precisa ficar intocada.

Essa relação homem/mulher/natureza/ambiente apresenta uma complexidade de valores traçados e reproduzido no decorrer do avanço da humanidade.

6.1 A Complexidade do debate ambiental

Nesse dilema vivido pela sociedade moderna, Morin (2012, p. 28) afirma que “o desenvolvimento da hominização não constitui uma interrupção das desordens e dos acasos, mas, uma aventura submetida a desafios ecológicos, acidentes, conflitos, entre espécies primas, que se terminam pela liquidação física dos vencidos”. Assim talvez, tendo a morte, nesse caso, não como um fim do corpo físico, mas, como o fim da luta pela posse da terra e pelo modo de vida que as comunidades do qual nos referimos pode chegar, na luta desigual entre elas e o governo.

Pensar na complexidade partindo da compreensão de Morin, na sua perspectiva histórica e relacionar à Educação Ambiental não é uma das tarefas mais fáceis, devido a sua subjetividade. Além disso, para Morin, tem o homem na sua constituição um ser individual, social e natural, várias das suas características humanas se confundem, se completam na formação do *homo sapiens* arraigado de características múltiplas o que o torna complexo na sua interação com o outro e com o ambiente.

O mundo capitalista tem mudado no decorrer do tempo a sua relação com o ambiente natural, se antes, na sua formação enquanto *homo sapiens*, essa relação era de respeito, chegando ao sagrado, hoje, na sociedade de consumo, na qual quem dita às regras é o mercado consumidor, é o capital financeiro, o homem quer dominar a natureza e tirar dela o que for necessário, não só mais para sua sobrevivência como outrora, o que tem trazido consequências graves de qualidade de vida que inclui as relações sociais. Entendendo aqui, essa relação como a segunda natureza (MORIN, 2012).

Assim, a forma de organização da sociedade foi historicamente se modificando no decorrer do tempo, se confundindo e se organizando junto com os aspectos culturais, dessa forma “o ser humano é um metativo eu, a partir das suas aptidões organizadoras e cognitivas, cria novas formas de vida, psíquicas, espirituais e sociais: a vida do ‘espírito’ não é uma metáfora, nem a vida dos mitos e das ideias: tampouco, como veremos a vida das nossas

sociedades” (MORIN, 2012, p. 30). Dentro dessa complexidade, o homem na sua essência possui o seu instinto de se defender, onde entra a luta pelo território, pelas possibilidades de conviver com o ambiente natural, e com isso, sustentar às comunidades e os povos tradicionais através da luta pela terra e pela vida.

Com a chegada do século XX muitos foram os desafios lançados na sociedade, bem como as mudanças trazidas no bojo da civilização, tais como a forma de trabalho sendo feita de forma excludente.

Nessa perspectiva de compreender o mundo, na relação dialógica da natureza, do homem, entendemos que “todos somos filhos do mundo vivo e animal e todas as nossas mitologias mostram o nosso parentesco com outros seres vivos” (MORIN, 2013, p. 49). Nessa emblemática luta entre homem e natureza, que se intensifica nos dias atuais, na qual alguns homens tem se colocado acima da natureza na tentativa de dominação e obtenção de lucros, tem gerado conflitos e sérios problemas ambientais.

Nesse sentido, a questão ambiental torna-se central no debate sobre o planeta Terra, entendendo-a na sua forma complexa, bem como o homem na sua demência que acelera e faz crescer os impactos ambientais, bem como os conflitos ambientais.

Além de que, para o capitalismo, essas diferenças entre cultura, relação com o ambiente não são levadas em conta.

O Curso de EA na Zona Rural II de São Luís finalizou em 2014 com os conflitos bastante latentes, a população acurrada entre o discurso do “desenvolvimento” amplamente divulgado pelo estado como sendo primordial para a vida econômica da Ilha de São Luís e para o país, através da ampliação do Complexo Portuário de São Luís na área proposta para a criação da Resex de Tauá – Mirim, e a necessidade e vontade de permanecerem em seu lugar, com seu modo de vida próprio mesmo com a perceptível falta de investimentos em saúde, educação, que ao que parece, tem sido a forma encontrada pelos governos e empreendimentos para que os moradores e moradoras “se sintam desmotivados e deixem seu lugar” (GEDMMA- Relatório final do Curso de Educação Ambiental, 2ª Etapa, 2014, mimeo).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou fazer uma relação entre sentimento de pertencimento ao território e de que forma o curso de extensão de Educação Ambiental e Cidadania oferecido pelo GEDMMA contribuiu para o fortalecimento na participação dos jovens e das jovens da Zona Rural II de São Luís – MA na luta em defesa do território ancestralmente construído.

A disputa pela posse e uso do território tem acirrado os conflitos instalados desde a década de 1970 com a implantação de indústrias no entorno da área que pleiteia a criação da Reserva Extrativista de Tauá - Mirim desde o ano de 2003. Após dezesseis anos, com todos os trâmites legais necessários para a criação de uma unidade de conservação estadual, precisando apenas do aval do governo do estado, o que vem se arrastando desde o governo passado, a área da Resex tem sido palco de muitas violações dos direitos dos moradores e moradoras.

A forma truculenta como o estado tem atuado, agora em parceria com a Prefeitura de São Luís, tenta de todas as formas desmobilizar a resistência das comunidades, inclusive, criminalizando moradores e moradoras dessas comunidades, e propondo alterações na Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e alterações no Plano Diretor de São Luís, sem a participação popular, como preconiza o Estatuto das Cidades. Além disso, que tem que priorizado os empreendimentos e as corporações através de parceria entre o poder público e empresas privadas.

No ano de 2014, ainda na segunda etapa do curso de educação ambiental, a disputa acirrou, quando a Empresa WPR uma subsidiária da empresa WTorres invadiu o território do Cajueiro com milícias armadas no sentido de expulsar a comunidade do seu território de forma truculenta e desigual.

Nesse mesmo sentido, paralelo a isso, a empresa solicita a Licença Prévia do empreendimento de forma ilegal, com uma audiência pública para consulta da população realizada no Quartel da Polícia Militar, como fora de intimidação de população popular.

Tudo orquestrado para desestabilizar e expulsar a comunidade do Cajueiro. Com a invasão do Cajueiro, as demais comunidades da Resex de Tauá - Mirim que mantêm relações devido às lutas enfrentadas, e pelo acompanhamento de várias comunidades expulsas na década de 1970, se juntaram à luta do Cajueiro, como forma de defender não só o território de povoado, mas de toda área rural. Mobilizaram-se e criaram vários instrumentos de luta. Queremos ressaltar que várias são as formas coletivas de resistência que a Resex de Tauá - Mirim tem se disposto a realizar dentre elas:

- Oficinas em todas as comunidades da zona rural II, com informações elaboradas didaticamente com dados sobre a poluição, degradação ambiental assim como seus impactos na vida comunitária;
- A criação do Conselho Gestor da Resex de Tauá - Mirim;
- A Criação da Resex de Tauá - Mirim pelo coletivo de comunidades locais e parceiros;
- Estudo coletivo do Plano Diretor de São Luís;
- A criação do coletivo intitulado Movimento em Defesa da Ilha, que surge a partir das irregularidades ocorridas nas Audiências Públicas para a alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís e do Plano Diretor;
- A elaboração de peças técnicas (Relatório Socio Antropológico) que comprova a necessidade da Criação da Resex de Tauá Mirim para a manutenção da vida e da qualidade ambiental da Grande Ilha do Maranhão ao Ministério Público Federal (MPF);
- Projeto de Pesquisa Formação Política e Educação Ambiental com em parceria com a ONG Justiça nos Trilhos – JnT – com os jovens dos municípios por onde passam a Estrada de Ferro Carajás- 2015/2016;

Essas ações de mobilização e resistência com os jovens e as jovens, surgem articuladas à partir da experiência do Curso de Educação Ambiental da Zona Rural II de São Luís e tem congregado várias parcerias que uniram-se a luta pela Resex de Tauá - Mirim. Houve a inserção de alguns jovens das comunidades da Zona Rural para troca de experiências e participação ativa no planejamento das atividades propostas. Jovens do Cajueiro, Taim, que participaram do Curso de EA e Cidadania fazem parte do Curso de Formação Política.

Identificamos no campo, nas entrevistas, que apesar de estarem sempre informados sobre as reuniões, audiências públicas, somente alguns jovens conseguem participar ativamente das reuniões de resistência pelo fato de estarem trabalhando, a maioria no comércio, no intuito de conseguirem a emancipação financeira e ajudar os pais, já que atualmente a pesca diminuiu bastante e a agricultura tradicional ainda é feita nas comunidades mais distantes, como as do Núcleo Tauá Mirim (Ilha de Tauá - Mirim, Jacamim, Embaúbal, Ilha Pequena, Portinho e Amapá) e nas mais próximas às indústrias, os impactos já aparecem com mais frequência.

Os mais velhos como Seu Joca da comunidade do Cajueiro, Cabeção da comunidade do Rio dos Cachorros, conseguem ainda plantar, pescar para a subsistência, no entanto, nos últimos meses os conflitos acirraram e com a presença de jagunços, os moradores e moradoras têm maiores desafios e ameaças no intuito de constranger os moradores e moradoras das

comunidades. Quem sofre com mais intensidade é a comunidade do Cajueiro conforme já citado anteriormente a disputa existente para a ampliação de um porto privado. Ataques e constrangimentos constantes, acarretou em alguns moradores presos, o intenso fluxo de agentes do Estado e das empresas no intuito de expulsar as famílias das suas comunidades e aproximou os jovens da luta, apesar dos conflitos internos e externos terem se intensificado.

Faz-se necessário a continuidade do exercício do “processo autodocente”. A educação ambiental obriga o educador a ocupar ao mesmo tempo o papel de educando, na medida em que necessita descobrir e transmitir o que surge de novo (LEROY, 2010, p.37).

Na ação coletiva, na descoberta mútua, pois os jovens e as jovens, os moradores e as moradoras nos ensinam muito nessa troca de experiência e na relação estabelecida com a natureza, relações essas que reconsidera as relações entre os seres humanos e natureza, entre a natureza e a cultura. “Portanto, o caminho está literalmente sendo feito ao andar; está sendo inventado e, ao mesmo tempo, transmitido como saber. É desnecessário dizer que, como qualquer (boa) educação, presume-se também que o educador consiga igualmente aprender e se educar com as descobertas feitas pelos educandos” (LEROY, 2010, p. 37).

Em relação a esse ato de “aprender” e “ensinar” ficou muito demarcado nas falas dos jovens e das jovens ao falar que o curso de EA.

É preciso então que haja uma “educação pautada na resistência” (LEROY, 2010, p. 37).

A Praia de Parnuaçu que significa para os empreendimentos escoamento do minério de ferro, dos fertilizantes, significa para os moradores e moradoras a vida da família, a manutenção da segurança alimentar de seiscentas pessoas que moram no Cajueiro mais as outras comunidades ao entorno.

Nesse sentido a EA fortaleceu os laços entre as comunidades, apesar de alguns conflitos menores que acontecem internamente, o protagonismo juvenil foi potencializado apesar de, por motivos alheios a vontade de todas as pessoas, a necessidade de se manter financeiramente, de pensar numa “forma de vida” que atenda o mercado, seja uma fragilidade encontrada entre os jovens e as jovens, atualmente há maior mobilização e adesão de outras comunidades que sofrem as mesmas violações, assim como, professores, professoras, alunos, alunas juntos na luta pela criação da Resex de Tauá-Mirim tem sido bastante significativa o que teve como resultado a potencialização das relações interpessoais.

A criação do Movimento em Defesa da Ilha surge também dessa congregação de ideais na luta em defesa da Ilha de São Luís, vários movimentos como Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís, advogados populares, estudantes de

universidades públicas e privadas e todas essas ações estão diretamente vinculada as atividades do Curso de EA e Cidadania na Zona Rural II DE São Luís – MA.

Além dessas ações tem ainda, ações judiciais, Laudo Antropológicos junto ao Ministério Público Federal comprovando a existência as famílias, assim também como o Ministério Público Estadual através da Defensoria Agrária; a criação da Reserva Extrativista de Tauá- Mirim no dia 17 de maio de 2015 como forma de resistência ao grande capital internacional e ao modelo implantado no Estado do Maranhão.

A possibilidade de retomar outra etapa do Curso de Educação Ambiental em outro formato e com novas propostas a serem trabalhadas é uma proposta que já foi sinalizada e a luta, o enfrentamento continua de forma articulada e fortalecida através das informações trocadas entre pesquisadores, comunidades, ativistas políticos tem sido a força encontrada para continuar o processo educativo baseado no fortalecimento do sentimento de pertença já encontrado e vivenciado pelas 12 comunidades que formam a pretensa Reserva Extrativista e Tauá- Mirim.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Cidadania e meio Ambiente, In: ACSELRAD, Henri (Org). **Meio Ambiente e Democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais: In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

ALMEIDA, Alfredo Vagner Berno de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de **Antropologia dos arquivos da amazônia**. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALVES, Élio de Jesus P; SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes; MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Projetos de Desenvolvimento, Impactos Socioambientais e a Reserva Extrativista do Taim. In: **Ciências Humanas em Revista**. Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas. São Luís, 2007. v. 5. Número Especial. Semestral. pp. 29-40.

ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (org.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a RESEX do Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA. 2009.

BAPTISTA, Rosanita. **GÊNESE E CRISE DOS CONCEITOS DE PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO NA TEORIA SOCIAL XIII Congresso Brasileiro de Sociologia** 29 de maio a 1 de junho, UFPE, Recife (PE) GT 28 – Teoria Sociológica

BONNEMAISON, J; CAMBRÈZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et identities, Géographies et Cultures**, Paris, L'Harmattan-CNRS, 20, 1996.

BOURDIEU, Pierre. “A Representação Política: elementos para uma teoria do campo político”. In: **O Poder Simbólico**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho **Caminhos do gado: conquistas e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CARPOLINGUA, Vanessa Hernandez; COSTA, César Augusto S da. Direito e Educação Ambiental: horizonte interdisciplinares. In: **Relatos de Experiência de Minicurso**. Disponível em:

<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20%281%29.pdf>. Acesso em: 24.03.2015.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Ordenamento Territorial e Impactos Sócio-Ambientais no Distrito Industrial de São Luís-MA**. São Luís: Monografia do curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal do Maranhão, 2008.

CARVALHO, I.C. de M. **Cadernos de Educação Ambiental: Em Direção ao Mundo da Vida**. 1998.

CASCINO, Ibid. Fábio. **Educação Ambiental: princípios, história e formação de professores** – 4ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. MINAYO, Maria Cecília De Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método E Criatividade**. (ORG)31 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DE JESUS, Tayanná Santos Conceição. **Violência, memória e a resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1996 – 2013)**. São Luís: Curso de História/UFMA, 2014. Monografia de Conclusão de Curso. Mimeo.

DIAS, Genebaldo Freire. **Fundamentos de Educação Ambiental**. Brasília: Universa, 2000.

DICKMANN, Ivo. **Contribuições do Pensamento Pedagógico de Paulo Freire Para a Educação Socioambiental a Partir da Obra Pedagogia da Autonomia** – Dissertação – Universidade Federal de Curitiba, 2010 – MIMEO

FEITOSA, A.C; TROVÃO, J.R. **Atlas Escolar do Maranhão: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2006.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. **Encontros e Caminhos; formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Catalogação na Fonte Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis. Brasília: MMA- Diretoria De Educação Ambiental, 2005.

FERREIRA DE MELLO, João Baptista. **Texto O Triunfo Do Lugar Sobre O Espaço**. Em: Qual espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia/organização. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ª Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professor Sim, Tia Não: cartas para quem quer ensinar**, Ed. Olho d'água. 1997.

GEDMMA – **Relatório final do Curso de Educação Ambiental**, 2ª Etapa, UFMA, 2014, (mimeo).

GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2ª edição, Questões da nossa época. Cortez Editora. São Paulo, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**, 2. Ed.- São Paulo: Contexto, 2005.

GRÜN, Mauro. **A importância dos lugares na Educação Ambiental**. Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental. Revista do PPGA/FURG/RS. v. especial, dezembro de 2008.

HAESBAERT, Rogério **TERRITÓRIO, TERRITÓRIOS; ensaios sobre o ordenamento territorial. Concepções de território para entender a desterritorialização**, 2007. p.51.

HARVEY, David. “O Novo Imperialismo: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento”. In: **Revista Lutas Sociais**, São Paulo: V.13/14, 1º Semestre de 2005.

IBAMA/CNPT-MA. **Laudo Socioeconômico e Biológico da Reserva Extrativista do Taim. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – Maranhão**, 2006. Mimeo.

IMESC, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Situação Ambiental da Ilha do Maranhão/ Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos**. – São Luís: IMESC, 2011.

KAWASAKI, Clarice Sumi; CARVALHO, Luiz Marcelo de. **Tendências da Pesquisa em Educação Ambiental**. In: Educação em Revista, v.05, n° 03, p-143-157, dez de 2009, Belo Horizonte.

LABGEO, **Atlas do Maranhão/Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico**, Laboratório de Geoprocessamento-UEMA. São Luís: GEPLAN. 2002.

LEFF, E. La insoportable levedad de La globalización: La capitalización de La natureza y las estratégias fatales de La sustentabilidade. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol.07, n° 1. 2001.p. 149-160.

LEFF, E. **A Complexidade Ambiental**/Enrique Leff, (coord): Tradução de Eliete Wolff. - São Paulo: Cortez, 2003.

LEROY, Jean Pierre. **Territórios do Futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

LIMA, G. F. da C. **Educação ambiental: formação, identidades e desafios**. Campinas: Papyrus, 2011.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. 2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/Dan/serieantrop.htm>. Acessado em 30/10/2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: Perspectivas de Aliança Contra-Hegemônica/Political Ecology, Justice, and Critical Environmental Education: Perspectives**

of a Counter-Hegemonic Alliance Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013

MACHADO, Carlos et al. **Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios /** organizadores Carlos R.S. Machado, Caio Floriano dos Santos et al.- Porto Alegre; Evangraf, 2013

MAIA, Maiâna Roque da S. **RESEX de Tauá-Mirim: uma etnografia dos conflitos ambientais.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, 2014.

MARANDOLA, Eduardo Jr. HOLZER, Werther. OLIVEIRA, Livia de. **QUAL ESPAÇO DO LUGAR? Geografia, epistemologia, fenomenologia/organização.** São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARTINEZ, Alier, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização/**Joan Martinez Alier;(tradutor Mauricio Waldmano) - São Paulo; Contexto,2007.

MELLO, Maria Cristina e Ribeiro; AMARAL, Amélia escoto do (ORGANIZADORAS) **Competências e Habilidades: da teoria à prática.** RIO DE JANEIRO – WAK 2003.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. Curso de Ciências Sociais.** São Luís: Curso de Ciências Sociais/UFMA, 2006. Monografia de graduado. Mimeo.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro.** Projeto de Qualificação de Mestrado. GEDMMA/UFMA, 2015. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais.

MORIN, Edgar. **Método 5: a humanidade da humanidade.**/Edgar Morin;trad.Juremir Machado da Silva. 5ª edição – Porto Alegre: Sulina, 2012.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão.** [Artigo científico]. Acesso em: 11 maio 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIGOTA, Marcos. **Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

REIS, José. **Por uma Epistemologia do Território.** Comunicação. Lisboa, 2002.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad.: FRANÇOIS, Alan et. al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e Educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista.** Ed. São Paulo. 2ª edição- São Paulo: Moraes.1980.

SANT'ANA JÚNIOR, et all. A Resex de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate. In SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus P. Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX do Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA. 2009.

_____. O ambiente, a política e o espetáculo: A lei de Zoneamento do Pólo Siderúrgico de São Luís. In SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus P. Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX do Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA. 2009.

SANT'ANA, Renata. Populações Humanas em Unidades de Conservação. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 2, N 1. Rio de Janeiro, 2003. p. 117-123.

SANTOS, Ana Maria dos; BARBOZA, Elizângela Maria. Entrevista com Maria Máxima Pires. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus P. Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX do Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA. 2009.

SÃO LUÍS. Lei nº 3.253 de 29 de dezembro de 1992. **Dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano e dá outras providências**. Diário Oficial do Município, São Luís.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; JUNIOR, Luiz Antônio. Educação Ambiental Como Política Pública. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p.285-299, Maio/Ago. 2005.

STEINBERGER, Marília (Org) **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**/Marília Steinberger *et alii* – Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

STEINHORST DAMASCENO, Elena; BARBOZA, Elizângela Maria. O Homem e o Manguezal: percepções ambientais e expectativas da efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís-MA. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus P. Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção (org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX do Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA. 2009.

TROVÃO, José de Ribamar **O Processo de Ocupação do Território Maranhense**/José De Ribamar Trovão, São Luís – IMESC, 2008 – CADERNOS IMESC, 5.

VELHO, Otávio Guilherme: **Frentes de expansão e Estrutura Agrária**. Rio de Janeiro: editores, 1981.

VIEIRA, L. Cidadania e Globalização. In: GOLDENBERG, M(org.). **Ecologia, ciências e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

ZHOURI, A. **TENSÕES DO LUGAR: Hidrelétricas, Sujeitos e Licenciamento Ambiental**. ANDRÉA ZHOURI, Organizadora – Belo Horizonte, EDITORA UFMG, 2011.

ZHOURI, A. VALÊNCIO, N. **Formas de Matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**/Andréia Zhouri, Norma Valêncio, organizadoras – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

Outras Fontes:

BRASIL, SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000)**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2000.

_____. Lei ° 9.795, de 27 de abril de 1999. Que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Maiores informações no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm

_____. Constituição (1988) Lei nº 9.795, Cap. I, Art. 1º **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Coleção de Leis de Direito Ambiental, Barueri – São Paulo, pp. 129.

_____. Constituição (1988) Lei de nº 6.938 de 1981. Política Nacional de Meio Ambiente. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Coleção de Leis de Direito Ambiental, Barueri – São Paulo, pp. 1253.

_____. Política Nacional de Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Coleção de Leis de Direito Ambiental, Barueri – São Paulo, pp. 636.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: 128p. – 1997

_____. **Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação, 2000.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (1999) Lei de nº Lei nº 9.394 de dezembro de 1996. Art. 62.

_____. **Lei Nº 9. 975, de 27 de abril de 1999**. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Sites consultados:

<https://www.google.com.br/search?q=imagens+da+Ilha+de+São+Luís>